



ALFABETO DO
DESENVOLVIMENTO

CONCEITOS / HISTÓRIAS / IMAGENS

ALFABETO DO
DESENVOLVIMENTO

CONCEITOS / HISTÓRIAS / IMAGENS

TALENTOS HUMANOS

O tempo de complexidades e perplexidades que é o nosso confronta-nos com necessidades múltiplas, da recusa da vertigem e do simplismo, à compreensão do nosso papel individual e colectivo e à exigência de rigor no que construímos.

Alfabeto do Desenvolvimento, é assim uma proposta de olhares reflexivos sobre o mundo e também fragmentos diversos de história recente. Cada letra abre uma porta para um tema, apresentado por um investigador e, em leituras autónomas, por um jornalista e um fotógrafo, permitindo assim cruzar três perspectivas e diferentes formas de formar, informar, comunicar, influenciar. A escolha dos 26 temas para as 26 letras não é inocente, ela procura abarcar um conjunto de elementos de diferentes naturezas, que por vezes se cruzam ou contradizem, mas que balizam a nossa vida colectiva.

Este é um tempo de crises multidimensionais, que põem em causa valores e modelos de sociedades, as bases das relações entre países e povos, os limites das apostas assentes no crescimento económico e no esgotamento de recursos naturais, o processo imparável de agravamento das desigualdades. É um tempo em que já dispomos de ferramentas para conhecer o nosso passado próximo, mas em que duvidamos das certezas sobre o presente e sabemos que o futuro desafia a nossa criatividade.

O Alfabeto do Desenvolvimento é assim um exercício, que pretende ser pedagógico, de cidadania inquieta, sempre disposta a re-aprender, a pensar e a actuar.

É um risco assumido por três organizações com distintas missões e naturezas – uma ONGD, a ACEP, uma associação de desenvolvimento local, a IN LOCO e um centro de investigação universitário, o CESA – que se propuseram criar um espaço, alimentado por muitos outros, de olhar diferentemente para o seu terreno de pensamento e acção comum, seja ele geográfico ou temático: o desenvolvimento.

Alfabeto do desenvolvimento – uma exposição, este livro/catálogo e um espaço virtual – é assim um instrumento de trabalho, uma forma nova de contribuir para qualificar os talentos humanos com que inter-agimos nas nossas respectivas áreas de especialidade, para que eles se possam revelar, na sua diversidade, verdadeiros “artistas do invisível” (A. Kaplan), no processo social e profissional do desenvolvimento e da cidadania.

É por isso uma forma de concretização de uma ideia, que procura propor um quadro de leitura de mudanças em curso no mundo do desenvolvimento, integrando novos dados, velhos desafios e criando pontes de comunicação com valores que nos norteiam - um alfabeto onde se cruzam novas formas de relacionamento e inter-acção a nível local ou global, dimensões de diferentes culturas, formulações de expectativas individuais e colectivas, diferentes formas de as realizar, violações de direitos que se perpetuam - e também a permanência de valores, como a justiça ou a liberdade.

ÍNDICE

TALENTOS HUMANOS

3

ÁGUA

Manuel Roberto, Pedro Rosa Mendes, Viriato Soromenho-Marques

6-9

BEM-ESTAR

Leonardo Negrão, Paulo Nuno Vicente, Carlos Sangreman

10-13

COOPERAÇÃO

David Clifford, Ana Cristina Pereira, Tânia Santos

14-17

DESIGUALDADE

Fábio Teixeira, Ricardo Alexandre, Alexandre Abreu

18-21

ÉTICA

Adriano Miranda, Rita Colaço, Maria Paula Meneses

22-25

FINANCIAMENTO

Fábio Teixeira, Lúcia Crespo, Fernando Jorge Cardoso

26-29

GOVERNAÇÃO

Carla Carvalho Tomás, Fernando Alves, Carlos Jalali

30-33

HABITAT

Paulo Pimenta, Ana Cristina Pereira, Manuel Correia Guedes

34-37

INOVAÇÃO

Sérgio Azenha, Paulo Nuno Vicente, Luís Jerónimo

38-41

JUSTIÇA

Nuno Ferreira Santos, Margarida Santos Lopes, Maria Paula Meneses

42-45

KRIOL

Fernando Veludo, Paulo Nuno Vicente, Corsino Tolentino

46-49

LIBERDADE

Adriano Miranda, Catarina Gomes, Carlos Jalali

50-53

MIGRAÇÕES

Nelson Garrido, Waldir Araújo, João Peixoto

54-57

NECESSIDADES E DIREITOS

Lara Jacinto, Pedro Rosa Mendes, Tânia Santos

58-61

ONG

Mariana Palavra, Sofia Lorena, Ana Larcher Carvalho e Alexandre Maurício

62-65

PARTICIPAÇÃO

João Henriques, Catarina Falcão, Nelson Dias

66-69

QUALIDADE

João Henriques, Sofia Branco, Alexandre Abreu

70-73

REDE

Paulo Pimenta, Conceição Lima, Alcides A. Monteiro

74-77

SOBERANIA

Javier Martínez, Lúcia Crespo, Carlos Jalali

78-81

TRANSPARÊNCIA

Lara Jacinto, Tiago Pimentel, Marina Costa Lobo

82-85

UBUNTU

Manuel Roberto, Mafalda Gameiro, Elísio Macamo

86-89

VOZ

Carla Carvalho Tomás, Paula Borges, Albertina Lobo

90-93

WIKIPÉDIA

Carla Carvalho Tomás, Jean-René Bilongo, Livia Apa

94-97

XENOFOBIA

Manuel Roberto, Susana Moreira Marques, Bruno Peixe Dias

98-101

YOUTUBE

David Clifford, Margarida Santos Lopes, Ana Filipa Oliveira

102-105

ZAPPING

Javier Martínez, João Pedro Pereira, Adelino Gomes

106-109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

111

NOTAS BIOGRÁFICAS

114

FICHA TÉCNICA

118



O líquido mais precioso que há pode obrigar a longas caminhadas em África. Nesta imagem, duas mulheres aproveitam um poço que se formou no meio de uma estrada que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Maputo, para recolher a água de que tanto necessitam para fazer vida.

Moçambique, Maputo, Fevereiro de 2000

ÁGUA DE TODO O ANO

Uma das propriedades da água é ser irrequieten. Foge quando pode, às vezes ao ponto de desaparecer do mapa e até da memória.

“Cabo Verde sofreu sempre uma seca cíclica, em média duas secas em cada dez anos, quatro em cada vinte, alternando pequenas e grandes crises. Mas foi em 1968 que tudo mudou, quando o arquipélago foi atingido pela seca do Sahel”, contou-me Elísio Rodrigues, fundador da organização de intervenção comunitária CITI-HABITAT, numa visita a São Francisco, na Ilha de Santiago. “Agora, pode chover numa noite o que devia chover num ano, mas não adianta” porque a água, desgarrada dos altos picos vulcânicos, precipita-se pelas encostas impermeáveis, enxurrando finalmente para o mar a pouca terra e as poucas culturas que se acumulam na paisagem agreste de Santiago e de outras ilhas. Água esquiva, a de hoje nas ilhas: rouba a terra e deixa a sede. É preciso então uma engenharia imaginativa, esforçada, a que se lança a fazer diques de gabião (enormes gaiolas cúbicas de arame cheias de pedra) para reter a água que ainda não há, mas que um dia virá. Nas gaiolas ficará algum solo, alguma humidade, apenas algum tempo.

Elísio mostra-me o vale pedregoso que se avista de São Francisco. Está lá um fóssil de ribeira e, nas vertentes também sem vida, podemos acompanhar o friso improvável de valas que levam nada a lado nenhum. Algumas acabam em tanques vazios, idosos, gretados, estalados de calor e sol. Até aos anos 70, estes riscos na paisagem serviam culturas de regadio, diz Elísio. É preciso acreditar em toda a sua autoridade para acreditar que assim tão antontem houve alguma água ali. “Aqui plantava-se cana sacarina, mangos, banana, hortaliças e o resto eram terrenos de pastagem”,

confirma Porfírio, que ali nasceu. Nos anos 90 – contaram-me também, não tive nem confirmação nem desmentido científico, técnico ou político –, São Francisco deixou, de repente, de ter água porque foi aberto um furo a montante da freguesia. Para servir a Cidade da Praia. A Achada andou uns tempos a pagar água – de autotanque, que não de nascente! – ao dobro do preço de tabela.

“NA CIDADE, A FALTA DE
ÁGUA É UMA ANGÚSTIA.
NOS PIORES MOMENTOS,
UMA IRRITAÇÃO URBANA.
O CAMPO, PELO CON-
TRÁRIO, QUANDO NÃO
BEBE, NÃO É.”

Na cidade, a falta de água é uma angústia. Nos piores momentos, uma irritação urbana. Mas a cidade, porque a cidade é quem manda, tem normalmente a possibilidade de ir beber a outro lado. O campo, pelo contrário, quando não bebe, não é. Definha e petrifica. É assim em Cabo Verde; lembro-me perfeitamente de ser assim em Portugal. Bem dentro dos anos 70, na “minha” vila do Pinhal Interior, na Beira Baixa, Verão queria dizer racionamento de água durante vários meses, apesar de haver três albufeiras no concelho. Tão certo como os incêndios.

É claro: entre o Pinhal Interior e os vulcões áridos de São Francisco há toda uma distância, dirá alguém, chama-se desenvolvimento.

É claro: o “desenvolvimento”, nesta matéria, é a possibilidade de abrir uma torneira sem medo que não corra nada. Ou, quando muito, pensar na água pelo seu custo. Nunca, já não, pelo seu peso.

ÁGUA

Água s. f. Substância química composta de hidrogénio e oxigénio, sendo essencial para todas as formas conhecidas de vida na terra.

*fotografia de MANUEL ROBERTO
texto de PEDRO ROSA MENDES*

ÁGUA

O problema da água integra a magna questão de saber se teremos capacidade, enquanto indivíduos, empresas, Estados, organizações internacionais e multilaterais de construir as condições institucionais, políticas e económicas que evitem a rota de colapso, para onde todo os indicadores apontam que nos estamos a dirigir. Os governos devem recorrer, cada vez mais, às redes de conhecimento (universidades, institutos, centros de investigação, academias, ONG, etc.) não só para a formulação das políticas públicas como para a sua avaliação e revisão atempadas.

A ÁGUA NUMA VISÃO DE CONJUNTO: Um dos elementos fundamentais de qualquer estratégia política responsável passa pela manutenção do acesso aos recursos hídricos, em qualidade e quantidade. A água está hoje sujeita a dois tipos de pressão muito distintos. Por um lado, uma pressão quantificável, bastante previsível, com um padrão quase linear de evolução. Tal é o caso da pressão demográfica sobre os recursos hídricos, que actua tanto pelo aumento bruto da população (caso de muitos dos Países em Desenvolvimento) como pelo aumento dos consumos nas populações com rendimentos crescentes (caso de muitos países emergentes e de todos os países desenvolvidos). Por outro lado, existem pressões sobre a água muito mais imprevisíveis e complexas. O caso mais relevante é o das alterações climáticas, com alcance global e um tipo de impacto transversal e não linear, afectando os modelos meteorológicos, o ciclo hidrológico, a quantidade e qualidade da água disponível, quer à superfície, quer nos lençóis freáticos, incidindo também sobre a segurança de abastecimento de grandes bacias hidrográficas, como ocorre na cordilheira dos Andes ou nos Himalaias.

De acordo com todas as projecções, a procura da água nas próximas décadas, mesmo descontando os efeitos mais complexos das alterações climáticas, vai aumentar dramaticamente, passando de um consumo anual de 4 500 mil milhões de m³, em 2005, para 6 900 mil milhões de m³, em 2030. A ligação às componentes demográficas e mudança de estilos de vida em países emergentes é bastante significativa. Com efeito, o aumento mais acentuado da procura será em África (um crescimento de 283%), significativamente, o Continente que irá mais do que duplicar a sua população, passando de 900 milhões de habitantes, em 2005, para cerca de 2 mil milhões em 2030. Também a Ásia, que crescerá, no mesmo período, de 3,9 mil milhões para 5,2 mil milhões, conhecerá um aumento acentuado da procura.

Alguns traços rápidos ajudam a melhor compreender o que se encontra em causa na situação desse bem vital para a humanidade e a vida que é a água:

/ A Pegada Hídrica Total (PHT) de um país tem duas vertentes: a) A Pegada Hídrica Interna (PHI) é o volume de água necessário para gerar serviços consumidos domesticamente; b) A Pegada Hídrica Externa (PHE) é água contida nos serviços e bens importados.

Os Países em Desenvolvimento são aqueles com menor capacidade para preservar os seus recursos hídricos (a “água cinzenta”, dos efluentes industriais e domésticos, contamina a “água azul” (superficial e subterrânea) e a “água verde” (humidade do solo).

/ O uso da água está marcado pela irracionalidade e pelo desperdício (sobretudo no sector agrícola, que corresponde a 70% do consumo humano). As mudanças de hábitos alimentares, para dietas menos ricas em carne, será um dos ingredientes de uma estratégia bem sucedida de uso mais eficiente dos recursos hídricos.

/ A poluição dos recursos hídricos tem não só aumentado os custos do seu uso como conduzido à degradação acelerada de preciosos ecossistemas (10 000 espécies desaparecidas ou em perigo).

/ Apesar do gigantismo de milhares de projectos hidráulicos, dispersos pela superfície planetária, erguidos na maioria dos casos sem uma adequada consideração pelos impactes ambientais, mais de 1,1 mil milhões pessoas vivem sem acesso seguro a água, 2,4 mil milhões não possuem condições adequadas de saneamento, registando-se, anualmente 5 milhões de mortes associadas a esta deplorável falta de condições. Cólera, disenteria, enterite, febre tifóide, hepatite A, poliomielite, malária... eis a constelação de um pesadelo sanitário de veiculação hídrica.

/ A pressão humana sobre a água tem conduzido a uma crescente escassez nos recursos disponíveis, motivando situações de grande stress hídrico. Actualmente, 40% da população mundial vive com menos de 2000 m³ *per capita* anuais. Estima-se que em 2025 metade a dois terços da população do globo habite em áreas com níveis diversificados de stress hídrico. Ao ritmo actual os Objectivos do Milénio para a água, serão atingidos com alguns anos de atraso, em particular para o saneamento básico.

/ A escassez hídrica reveste-se cada vez mais de delicados problemas estratégicos e de segurança. A existência de 263 bacias hidrográficas internacionais constitui um repto ambiental e técnico, mas também diplomático, político e cultural, no sentido de proporcionar um acesso equitativo e pacífico a esse bem precioso a todas as partes e actividades interessadas. Entre 1999 e 2006 registaram-se 60 conflitos e disputas, revestindo-se de diversos graus de intensidade, de natureza internacional e doméstica, em torno da posse e uso de recursos hídricos.

NO LABIRINTO HÍDRICO DA POBREZA. Uma parte da pobreza associada à água deriva da sua escassez. Contudo, existe também o reverso da medalha: a pobreza que resulta da exclusão e marginalização de grupos sociais inteiros, geralmente camponeses pobres, assalariados rurais, que são transformados em refugiados nos seus próprios países e regiões pela implantação de gigantescas obras hidráulicas. Quatro milhões de deslocados devido à barragem das Três Gargantas, no rio Yangtsé, na China. Meio milhão de refugiados por causa da barragem de Sardar Sarovar, no rio Narmada, na Índia. A Comissão Mundial de Barragens, no seu relatório de 2001, falava entre 40 a 80 milhões de pessoas desalojadas pelas cerca de 45 000 obras de hidráulica construídas no decurso do século XX...

Uma boa legislação é indispensável para romper o círculo vicioso da pobreza hídrica. Mas um país pode ter boas leis e até planos estratégicos, sem que tal produza efeitos significativos se faltar a vontade política para criar as estruturas técnicas, para disponibilizar os meios financeiros e para formar as capacidades humanas que permitam uma cabal implementação das boas leis e das razoáveis opções estratégicas. A água necessita de informação adequada, recolhida no campo e trabalhada pelos meios técnicos adequados, precisa sobretudo de boa governação baseada na transparência e na possibilidade de todos os interesses ligados a um certo caudal ou a uma certa área hidrográfica poderem apresentar os seus pontos de vista e os seus argumentos.

“A POBREZA TORNA A ÁGUA NUM BEM DE CONSUMO LUXUOSO PARA OS MAIS DESPROVIDOS. HOJE, O NEGÓCIO DA ÁGUA MOVIMENTA CERCA DE 700 MIL MILHÕES DE DÓLARES POR ANO.”

A água necessita de um mercado regulado, que permita preços justos para esse recurso, que permita tarifas flexíveis, que discriminem positivamente os mais pobres. A pobreza torna a água num bem de consumo luxuoso para os mais desprovidos. Hoje, o negócio da água movimenta cerca de 700 mil milhões de dólares por ano. Em 2004, só no sector da água engarrafada ganharam-se 100 mil milhões de dólares. Entre os principais consumidores contam-se o México, a China, o Brasil, a Índia, a Indonésia. Isso significa que em muitos casos, aqueles que mais necessitam e menos podem são os que mais pagam pela água. A pobreza mantém-se, também, pela inércia dos interesses instalados.



Ao passar por um dos bairros de Bissau, procuro retratar as pessoas no mais simples dia-a-dia, sem compor a imagem. Esta criança, como muitas outras e adultos, não tem água canalizada. Mas isso não a impede de cuidar de si, há um balde, há água e junta o prazer de se refrescar.

QUINTA DA SERRA: BEM-ESTAR É (TAMBÉM) PODER ESCOLHER A CASA EM QUE SE VIVE

Chamo-me Natália Gomes e tenho 19 anos. Natália é o meu primeiro nome, mas prefiro que me chamem por Nanambi. Nanambi apenas, o apelido do meu pai.

Nasci e vivi perto de 17 anos na Quinta da Serra, no Prior Velho. Em Lisboa, este é um dos últimos bairros construídos com zinco, algum tijolo e cimento. É verdade: costumam chamar-lhe “bairro de barracas”. Quem lhe chama isso, normalmente, não nasceu ou cresceu aqui. A Quinta é essa mesma que se vê passando de automóvel na CRIL. Pouco se vê. Ao longe, e em dias de sol, apenas um aglomerado de chapas brilhando. Mas ela continua cá desde a década de 1980.

Foi nessa altura que o meu pai veio para cá morar. Ele nasceu na Guiné-Bissau, em Bassarel, chão manjaco. Eu cresci aqui, fiz a escola, a catequese e aprendi a falar crioulo nas ruas do bairro. A minha casa era exactamente aqui, mas foi demolida depois de sairmos. Agora apenas restam algumas paredes e o antigo chão de mosaico. Mas ainda consigo reconhecer as divisões: aqui onde estou era o meu quarto!

Adorei viver no bairro. Todos deixavam sempre as portas abertas. Tratávamos todas as mulheres por “tia”. À noite brincávamos à macaca. No escuro, para desenhar as linhas do jogo usávamos fios de água, como na Guiné.

Agora vivo num prédio de 8 andares. Moro no 5.º piso. Mudámos num dia 3 de Janeiro. Não conheço todos os meus vizinhos. Ao início cumprimentava as pessoas. Ninguém respondia com “Bom dia”. As pessoas não se falam e perde-se

o hábito. Isto é: quando não nos respondem, não praticamos o “Bom dia”. Chega um dia em que deixamos de falar.

Na Quinta, o mal são as condições em que as pessoas têm a sua casa construída. Há três e quatro famílias numa só habitação. Mas agora as pessoas que já saíram daqui, dizem-me que têm saudades do convívio noite dentro. Ficávamos a falar e a brincar horas sem fim. Agora as pessoas que ainda vivem aqui já não têm muitos vizinhos.

“BEM-ESTAR É TER ALGUM CONFORTO, MAS AQUI AS PESSOAS HABITUARAM-SE A VIVER COM MUITO POUCO. VIVEM COM 200 OU 300 EUROS POR MÊS, MAS CRIARAM O SEU LUGAR PRÓPRIO.”

Bem-estar é ter algum conforto, mas aqui as pessoas habituaram-se a viver com muito pouco. No prédio, não nos sentimos felizes a nível social. As pessoas aqui não estão bem materialmente, mas não se lamentam. Vivem com 200 ou 300 euros por mês, mas criaram um ambiente africano, o seu lugar próprio. Os espaços reciclam-se. Por isso, no que resta das antigas casas, começam agora a surgir estas pequenas hortas: milho, cebola, feijão, cana-de-açúcar, alface.

Com as demolições o bairro já não é o que era. Dizem-nos que o realojamento está parado por falta de dinheiro. Muitas famílias não têm meios para procurar outra casa. Bem-estar é poder escolher onde se mora. Este terreno é privado, tem um dono que é uma empresa. O que querem fazer aqui? Ouve-se: um condomínio fechado.

BEM- ES- TAR

Bem-estar s. m. [redireccionado para Qualidade de Vida] Expressão utilizada para avaliar o bem-estar geral dos indivíduos e das sociedades. Termo utilizado em diferentes contextos, incluindo o desenvolvimento internacional, cuidados de saúde e a política.

fotografia de LEONARDO NEGRÃO
texto de PAULO NUNO VICENTE

BEM- ES- TAR

O bem-estar é um conceito, simultaneamente, consensual e problemático. Ou seja, todos sabemos o que é o bem-estar intuitivamente se pensarmos em termos individuais, no nosso próprio bem-estar. Contudo, se pensarmos em termos da colectividade, já não temos uma definição tão clara do que possa ser, dado que existem diversas perspectivas (nessa mesma colectividade), sobre o que possa significar. Foi nesse mesmo sentido que os autores da economia do desenvolvimento passaram a utilizar outros conceitos de natureza mais quantitativa e generalizável, relacionados com a produção de bens e serviços.

Se partirmos do conceito individual de bem-estar, podemos simplificar dizendo que é tudo aquilo que nos faz feliz. Ou seja que maximiza a nossa utilidade. Deste modo, e tendo presente o conceito de utilidade, é importante referir que um dos autores desta “escola”, Sidgwick (1907) define utilitarismo como “*a teoria normativa que defende que o comportamento, sob circunstâncias dadas, é objectivamente correcto, se produz uma maior soma de felicidade*” do que em situações anteriores. A felicidade é o critério universal para escolha e pressupõe a possibilidade de medir e de agregar essa variável, tal como afirma ainda o mesmo autor, “esta afirmação pressupõe que todos os prazeres podem ser comparados entre eles e com todas as dores” ou pelo menos serem grosseiramente ponderados e comparados em escalões uns com os outros. Já Bentham, J. (1791) utiliza “*a propriedade de qualquer objecto de produzir benefícios, (...), prazer ou felicidade*”, para definir utilidade e rejeita a hierarquização de prazeres com base noutros critérios, exemplificando que, se proporcionar o mesmo prazer, plantar pinheiros é tão bom como escrever poesia.

Podemos também considerar a pirâmide de Baulch e pensar como será a nossa própria pirâmide:

PIRÂMIDE DE BEM-ESTAR ¹

RECURSOS AB + VESTUÁRIO + HABITAÇÃO + RSFAR + EMPREGO + RECURSOS PÚBLICOS + TERRA + EMPODERAMENTO
RECURSOS AB + VESTUÁRIO + HABITAÇÃO + RSFAR + EMPREGO + RECURSOS PÚBLICOS + TERRA
RECURSOS AB + VESTUÁRIO + HABITAÇÃO + RSFAR + EMPREGO + RECURSOS PÚBLICOS
RECURSOS AB + VESTUÁRIO + HABITAÇÃO + RECURSOS SOCIAIS FAM/AMIGOS/RELIGIÃO
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS + VESTUÁRIO + HABITAÇÃO
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS + VESTUÁRIO
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS

Quem vê esta pirâmide ou quem pensa que aquilo que o faz feliz não é necessariamente igual para outros, conclui que o conceito tem de ser articulado com uma dimensão interdisciplinar, para permitir uma leitura mais completa da sociedade em análise, sob pena do resultado analítico se abstrair da complexidade do tempo, do espaço e da vida social e privada das pessoas.

O caminho para considerarmos o bem-estar social com esse tipo de diversidade começa com autores como Marshall (1890) quando parte da impossibilidade de medir a felicidade ou a ética e da preocupação de considerar o “*homem tal como é; não um homem abstracto ou “económico”; mas de um homem em carne e osso*”, para se focar “*nos requisitos materiais do bem-estar*”, insistindo na função da economia, menos preocupada com aspectos normativos, e mais como ciência capaz de desenvolver conselhos de aplicação prática à política. Pigou dá o passo seguinte ao considerar que a única parte do bem-estar social que

lhe interessa é a que se pode “*relacionar directa ou indirectamente com a capacidade de medição pecuniária*”, embora não deixando de referir que os efeitos das políticas no bem-estar económico eram equivalentes ao efeito no bem-estar total. (Pigou, 1920)

Para a vida prática, a teoria procura definir critérios de escolha entre diferentes situações de bem-estar social, de forma a poder proporcionar uma metodologia para tomada de decisões sobre políticas económicas e sociais que contemplem todas as possibilidades.

“JULGO CONSTITUIR HOJE UMA VERDADE ACEITE PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA E NÃO CIENTÍFICA DE QUE O BEM-ESTAR É O CONCEITO CENTRAL QUE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TEM DE CONSIDERAR.”

É uma área normativa da Economia, no sentido da economia substantiva de Polanyi (1957), que reconhece que o homem é um ser moral com deveres para consigo mesmo e para com os outros, com uma noção daquilo que é errado e certo, de acordo com um código moral que exerce uma profunda influência nas suas decisões.

Chegamos assim ao bem-estar social formalizado por uma função de preferências da sociedade que seja ordenável de acordo com os critérios da sociedade onde se encontra. Ou seja, para ordenarmos níveis diferentes de bem-estar, temos de obter uma função de bem-estar social, a partir das preferências (ou utilidades) expressas pelos indivíduos. Essa função permitirá obter uma ordenação e, por conseguinte, uma escolha de políticas económicas e sociais.

Pode articular-se com o processo de revelação de preferências, designado na literatura da área por “mecanismo de Clark-Groves”, que consiste na determinação do máximo de valor monetário que os indivíduos estão dispostos a pagar para usufruírem da utilidade resultante da apropriação de um conjunto de recursos. As preferências sociais são aquelas que forem definidas por maior montante. Esta última opção, se for ponderada pelo número de indivíduos que revelaram essa preferência, proporciona um critério de escolha e é operacional para a comparação interpessoal das utilidades e portanto do bem-estar.

A crítica mais significativa a esta regra da maioria é a sua potencial compatibilidade com situações em que uma minoria vai piorando o seu bem-estar. Ou seja, a situação de deterioração do bem-estar de uma minoria não é valorizada e pode eternizar-se, piorando sempre a desigualdade. Outra crítica consiste em notar que os conceitos como a harmonia social, a reciprocidade, ..., não estão presentes na teoria

do bem-estar. Ou seja, estão ausentes as opções normativas, que autores como Kolm ou Temple defendem que as sociedades tradicionais americanas e africanas ainda possuem e são, em geral, objecto de estudo da antropologia e sociologia.

Note-se também que, sem possibilidade de medição as decisões políticas e técnicas são quase cegas. O relatório da comissão formada por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2008) é hoje a investigação que conheço mais profunda sobre como medir o bem-estar de uma forma operacional para as políticas práticas, tomando em consideração os rendimentos e o consumo das famílias mas também o património, o capital social e o trabalho não mercantil bem como o tempo de lazer (ter o rendimento de 3000 euros mês trabalhando 160 ou 240 horas não corresponde ao mesmo nível de bem-estar).

Julgo constituir hoje uma verdade aceite pela comunidade científica e não científica de que o bem-estar é o conceito central que o processo de desenvolvimento tem de considerar e para tornar operacional essa verdade temos de conseguir ter modos de medir e avaliar a sua evolução tanto subjectiva como objectiva, tanto individual como colectiva, não podendo ter como indicador de síntese da nossa vida apenas a produção mercantil per capita ou seja o PIBpc. Só assim se conseguirão construir políticas que correspondam aos desejos complexos e por vezes contraditórios de felicidade da população de determinado local seja uma aldeia ou um país.

¹ RECURSOS AB = ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS

RECURSOS PÚBLICOS = ACESSO A ÁGUA, ELECTRICIDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.

RSFAR = RECURSOS SOCIAIS FAMÍLIA/AMIGOS/RELIGIÃO

TERRA = RECURSOS DE CAPITAL FÍSICO PARA ALÉM DA HABITAÇÃO

EMPODERAMENTO = PARTICIPAÇÃO NA VIDA COLECTIVA EM LIBERDADE. OU SEJA: EXERCÍCIO DE PODER

POLÍTICO, SEJA A NÍVEL DE ALDEIA, DE BAIRRO OU DO PAÍS, E DE ACORDO COM AS RELAÇÕES SOCIAIS MAIS

TRADICIONAIS, OU POR MEIO DE DEBATES, VOTO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, MAIS DE

ACORDO COM O SISTEMA POLÍTICO EUROPEU.



Cena quotidiana do mercado de São Domingos. Os mercados em África são pontos de encontro por excelência. E sendo um pequeno país com mais de 20 etnias distintas, a Guiné Bissau não é exceção. Em generosos espaços abertos como só em África podemos ter, encontram-se. Vendem, compram, discutem, comem. Uns chegam, outros estão de partida. O sentimento do benefício mútuo que os leva ao espaço aberto e relembra-nos o que temos em comum. O encontro é também cooperação.

LUGAR DE ESPERANÇA

Espreitei o edifício construído no início do século XX, esvaziado já, decrépito ainda, paredes de um azul descolorado. Havia alguma justiça poética naquela ideia: transformar em Casa dos Direitos a 1ª Esquadra de Bissau, que fora uma cadeia na era colonial e que se manteve uma cadeia após a independência, como uma espécie de templo de prisão arbitrária, tortura, julgamento sumário. A Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), com sede em Portugal, e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), da Guiné-Bissau, atraíram outras nove organizações nos dois países. E, com financiamento da Cooperação Portuguesa, avançaram para a recuperação daquele espaço, que entretanto fora cedido pelo Governo da Guiné-Bissau.

Fátima Proença, a directora da ACEP, e Luís Vaz Martins, o presidente da LGDH, idealizavam um lugar de referência. Queriam que o projecto servisse de impulso para as diversas organizações, que se debatiam com escassez de recursos e falta de conhecimento especializado, combinarem e afinarem estratégias de defesa dos direitos das pessoas e do meio ambiente.

Não o vi encher-se a 28 de Fevereiro de 2012, já como Casa dos Direitos, com as paredes animadas por uma exposição fotográfica sobre as mulheres da Guiné-Bissau. Só pude deter o olhar nas imagens que me chegaram por e-mail: quantos dos presentes tinham ali sido privados da sua liberdade?

Aquele dia foi também de palestra, de estreia de uma série de pequenos documentários produzidos pela TV Kelelé e de lançamento de um livro assinado por mim e pelo Nelson Constantino Lopes, todos dedicados aos direitos das mulheres na Guiné-Bissau. É que o lugar-

-transformado tem programação anual e o primeiro ano coube às mulheres – o segundo cabe às crianças.

Agora, abrem-se as portas e as janelas para deixar entrar o calor húmido da cidade, mas também a brisa que sopra do oceano. Há quem lá vá consultar livros e documentos sobre direitos humanos, frequentar acções de formação e participar em palestras. Em breve, poderão aceder à internet e assistir a filmes.

“NO RESCALDO DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL, NINGUÉM ABRIU AS PORTAS E AS JANELAS. REABRIRAM-NAS MAL A CORAGEM DEIXOU.”

No rescaldo do golpe de Estado de 12 de Abril, ninguém abriu as portas e as janelas. Reabriram-nas mal a coragem deixou. Afinal, a casa não quer ser uma casa igual às outras: ambiciona ser uma rede de recursos para a paz e para o desenvolvimento, não admite ser menos do que esperança.

COO-
PERA
-ÇÃO

Cooperação s. f. No contexto da economia e sociologia é uma relação baseada na colaboração entre indivíduos ou organizações, no sentido de alcançar objectivos comuns, utilizando métodos mais ou menos consensuais.

*fotografia de DAVID CLIFFORD
texto de ANA CRISTINA PEREIRA*

COO- PERA -ÇÃO

O termo cooperação remete-nos para a ideia de colaboração entre indivíduos ou grupos no sentido de se alcançarem resultados mutuamente acordados. Trata-se de uma equação que inclui uma dimensão de sonho, enquanto um futuro desejado, de confiança, enquanto crença no outro e de poder, ainda que por vezes desigual, para intervir nas circunstâncias desafiadoras do presente e do futuro.

Cooperação e competição podem ser entendidas como os dois tipos de relação-motor da transformação da Humanidade. Mas, a discussão de ambos, remete-nos para visões do Homem, da natureza e das sociedades que oscilam entre a preponderância do egoísmo ou do altruísmo enquanto valores primordiais da conduta dos indivíduos bem como dos modos de organização e funcionamento dos grupos. Cooperação e competição, quase como duas faces de uma moeda, estabelecem entre si relações complexas em que uma pode ser promotora ou constringedora da outra.

Na reflexão académica, algumas teorias enfatizam a preponderância do egoísmo. São exemplos importantes a abordagem conhecida como o Dilema do prisioneiro, proveniente da Teoria dos Jogos (Flood e Dresher, 1950), a abordagem de Olson sobre acção colectiva (1965) e a Tragédia dos Comuns, proposta por Hardin (1968). Todas têm em comum a ideia de que a busca pelo interesse individual prevalece, mesmo que os seus impactos, nomeadamente de longo prazo, sejam prejudiciais para todos. Ou seja, a cooperação enfrenta como limitação fundamental, o egoísmo como elemento chave nas decisões humanas.

Contudo, outras abordagens, nomeadamente da Antropologia e da História, desenvolvidas a partir de estudos de comunidades e de movimentos sociais, têm evidenciado a importância da capacidade de cooperação e os comportamentos de altruísmo, na manutenção da sobrevivência dos grupos (Ostrom 1990).

Outros autores (Bowles e Gintis, 2011) procuram perceber os factores subjacentes à cooperação enquanto estratégia central para o funcionamento das sociedades. Desta reflexão apontam-se como respostas, a capacidade dos grupos humanos encontrarem formas de recompensar comportamentos altruístas, que reconhecem como fundamentais à sobrevivência – e de punir comportamentos contrários – através da partilha de recursos e da limitação das hierarquias e das desigualdades. Pelo processo de socialização é garantida a aquisição dos valores e normas fundamentais à colaboração e ao alinhamento com os objectivos colectivos. Finalmente, a inter-relação competição e cooperação revela-se importante no fortalecimento de formas de colaboração intra-grupo em resposta a desafios ou ameaças exteriores.

Em suma, os grupos cooperam porque a cooperação se mostrou benéfica para os seus membros. Ela é também resultado da capacidade humana de estabelecer instituições, definir normas de conduta, comunicar e punir comportamentos, bem como, de experienciar emoções sociais como a empatia, a vergonha, a revolta, e de criar laços afectivos, para além dos laços familiares, com base numa identidade comum, que se reflecte na partilha de códigos de comportamento, comunicação, valores e visões do mundo.

Assim, a partir do debate das relações complexas entre competição e coope-

ração e das noções de nós e do Outro, como posicionar a cooperação enquanto modo de relação entre povos ou Estados, no contexto internacional? As explicações teóricas para esta questão podem ser posicionadas num *continuum* entre a ideia de que a cooperação corresponde fundamentalmente, a uma estratégia de defesa dos interesses individuais dos Estados, que procuram posições mais favoráveis num quadro de competição global, e a ideia de que problemas mundiais exigem o estabelecimento de formas de relacionamento, fundadas em valores comuns que permitam buscar soluções.

“UMA EQUAÇÃO QUE INCLUI UMA DIMENSÃO DE SONHO, ENQUANTO UM FUTURO DESEJADO, DE CONFIANÇA, ENQUANTO CRENÇA NO OUTRO E DE PODER, AINDA QUE POR VEZES DESIGUAL, PARA INTERVIR.”

Poderemos então afirmar que as relações internacionais de cooperação são, numa perspectiva ampla, formas de comunicação entre povos que, pela constatação de desafios ou sonhos comuns permitem relações de confiança e o estabelecimento de instituições e normas internacionais, apesar das diferenças de poder, de riqueza, de valores, de culturas e de interesses?

As abordagens realistas das Relações Internacionais afirmam que não. Consideram que os objectivos, princípios e valores considerados como universais pela comunidade internacional são fundamentados e vão de encontro aos interesses dos Estados que detêm mais poder e são assim sempre parciais apresentando-se, mesmo que inconscientemente, como reflexos das suas políticas e discussões internas.

Mas esta resposta tem sido criticada a partir da experiência de desenvolvimento das instituições e do Direito Internacional bem como do que Bull refere como “moralidade da sociedade internacional” ou seja, formas de resposta, protesto e mobilização contra situações percebidas como injustas ou contrárias a princípios que considera serem comumente aceites como os Direitos Humanos (Bull cit. in Wheeler e Dunne, 2002). O argumento é assim o de que os Estados reconhecem a necessidade de respeitar interesses e valores e de garantir o seu cumprimento, através de um conjunto de regras e de instituições nas quais estão integrados e que reflectem uma ética global.

Mas, para além dos Direitos Humanos como princípios base - apesar da discussão inerente aos mesmos - os interesses e valores chave no contexto internacional incluem a manutenção da Paz e a procura do Desenvolvimento.

Retomando a complexidade da relação competição e cooperação, experiências devastadoras de conflito à escala global, nomeadamente a II Guerra Mundial, evidenciaram a importância da colaboração. A paz surge como motivação para a criação de instituições internacionais que procuram mitigar os efeitos perversos da competição. No mesmo contexto histórico emerge a ideia de que a reconstrução e o desenvolvimento são valores e tarefas comuns. Em 1945, a Ajuda ao Desenvolvimento tornou-se um compromisso dos vencedores construindo-se, a partir daí, um discurso, práticas e instituições com essa finalidade, com o objectivo de reconstruir a Europa e posteriormente, elevar os padrões de vida dos chamados Países em Desenvolvimento. Aqui também, a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional desempenham um papel chave, a par dos Estados, nas relações bilaterais.

Mas importa referir igualmente, que a par da construção das instituições internacionais e da cooperação entre Estados, se construiu um espaço para a chamada cooperação descentralizada que se fundamenta na colaboração entre organizações não-governamentais, movimentos sociais, grupos de vários tipos, órgãos descentralizados do Estado. O argumento fundamental para este tipo de cooperação é o da construção da proximidades entre indivíduos como factor crucial na construção da chamada sociedade internacional, fundamentada nas relações, valores, práticas e emoções humanas, que permita a partir daí a construção de instituições efectivamente comuns e da tal comunidade humana imaginada.

Mas, as críticas às abordagens internacionais de cooperação – para a Paz e Desenvolvimento – têm sido muitas. A cooperação é considerada como espaço de construção de dependências, de manutenção das posições favoráveis pelos países mais ricos, de imposição cultural e ideológica. Efectivamente, as relações sociais, incluindo as de cooperação, não são espaços de neutralidade (Lima, 2005). Incluem relações de poder – confronto e alinhamento em torno de orientações e construção de consensos para o que se pretende alcançar – que se expressam em práticas concretas ou seja, formas de competir ou colaborar, de construir ou destruir sonhos de futuro, de criar lugares de confiança e desconfiança.

De todos estes modos de relação surgem culturas específicas como forma de encontro entre os povos permanecendo a relação cooperação-competição, nós-outro, espaços de reconfiguração permanente. Atentando nesta complexidade e na sua persistência enquanto aspecto central da condição humana, a cooperação mantém-se pergunta para reflexão científica mas também filosófica, artística, política, religiosa. A revista *Science* coloca-a entre as 25 perguntas mais relevantes para os cientistas – das ciências naturais e sociais – para os tempos que se avizinham.



*Mudam-se os tempos, agravam-se as desigualdades.
Manifestação de 12 de Março de 2011, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.*

NOS BALCÃS, UM GENERAL SEM MEDO

A desigualdade social não pode ser combatida quando olhamos o outro de forma... desigual; quando o nosso olhar estereotipa o Outro como inferior, menos capaz, menos bonito, menos inteligente. Em situações-limite, nas guerras, o Outro, o inferior, passa a ter menos direito à vida. Antes e depois, que os conflitos entre povos, etnias ou religiões duram para lá do fim das guerras. E assim se perpetua a desigualdade.

Há 20 anos, quando os sérvios bósnios iniciaram o cerco a Sarajevo, um general sérvio podia ter feito o mais fácil: estar do lado dos mais fortes e que, por religião e consanguinidade, eram os seus.

Jovan Divjak não pensou assim. Decidiu ficar com os cidadãos de Sarajevo. “Nasci no Hospital de Belgrado, mas isso não faz de mim um cidadão de Belgrado. Poderia ter nascido em Lisboa e seria na mesma cidadão de Sarajevo. Vivo aqui há 40 anos, os meus filhos são de cá, fiz aqui toda a minha carreira no exército. Para muitos, foi estranho, alguém nascido na Sérvia e criado na Voivodina, ter decidido ficar em Sarajevo com os muçulmanos. Insisto neste ponto: sou bósnio, cidadão de Sarajevo, e do mundo, independentemente de ter nascido sérvio, croata ou muçulmano”. E não mudou de campo ao assumir as funções de comandante adjunto da Defesa Territorial da Bósnia Herzegovina: “os outros que atiraram sobre mim é que mudaram”.

Após a guerra, a ala dura do partido do poder em Sarajevo, o SDA, conseguiu a ordem de reforma do general Divjak. O exército nacional bósnio passou a ter, em exclusivo, generais muçulmanos.

Divjak tinha-se tornado incómodo para o novo poder. Passava a vida a salvar vidas de civis sérvios de Sarajevo, nomeadamente às mãos de um músico bósnio que se transformou em senhor da guerra, Caco, autor de vários massacres contra civis não muçulmanos.

Na sede da sua Education Builds Bosnia Herzegovina, que já atribuiu mais de 20 mil bolsas de estudo e promove a igualdade social no país, Divjak explica-me: «A educação é a base para o desenvolvimento. Na Bósnia há 35 mil crianças sem pais». Na guerra foram mortas 20 mil crianças. Números dramáticos num país onde 40% da população está desempregada e 60% vive no limiar da pobreza. «Todas as crianças da região, aqui, na Croácia ou na Sérvia, sofreram com a guerra, os traumas estão por todo o lado... muitas sofreram danos psicológicos irreparáveis e vão necessitar de acompanhamento para sempre».

“ANTES E DEPOIS,
QUE OS CONFLITOS
ENTRE POVOS, ETNIAS
OU RELIGIÕES DURAM
PARA LÁ DO FIM DAS
GUERRAS. E ASSIM SE
PERPETUA A DESI-
GUALDADE.”

DES- IGU- AL- DADE

Desigualdade s. f. Problema que afecta actualmente a maioria dos países, mas principalmente os países menos desenvolvidos. Trata-se principalmente da distribuição desigual da renda de um país, mas também existem outros factores, como a má formação educacional e o investimento ineficiente de um país em áreas sociais.

*fotografia de FÁBIO TEIXEIRA
texto de RICARDO ALEXANDRE*

DES-IGUALDADE

O mundo não é plano, mas profundamente desigual. De acordo com os indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial, os 10% mais ricos da população mundial foram responsáveis por 59% do consumo privado global em 2008, enquanto os 10% mais pobres consumiram em média 120 vezes menos: apenas 0,5% do total global. Ao nível do património, as disparidades são ainda mais impressionantes: segundo a estimativa de Davies *et al.* (2008), mais de metade da riqueza mundial é propriedade de apenas 2% da população, enquanto o património da metade mais pobre da humanidade não corresponde sequer a 1% da riqueza global. Os 1% mais ricos a nível mundial possuem, em média, um património quase 2.000 vezes superior à dos 50% mais pobres. E, como seria de esperar, esta enorme disparidade ao nível do rendimento e do património faz-se acompanhar por desigualdades igualmente profundas em muitos outros domínios, tal como ilustrado de forma especialmente impressionante por alguns indicadores de saúde e mortalidade: a probabilidade de uma criança morrer antes de atingir os 5 anos de idade em Angola (161/1000) era, em 2010, cerca de setenta vezes superior à que se verificava na Islândia (2,4/1000); e um indivíduo nascido nesse mesmo ano no Japão tinha, à nascença e em média, uma esperança de vida superior em 35 anos à de um outro nascido na Guiné-Bissau.

O mundo é, portanto, muito desigual. Mas o que é isso da desigualdade? Uma consequência inevitável de diferenças naturais entre seres humanos e entre nações? Ou uma perversão dos sistemas socioeconómicos, com causas estruturais e evitáveis? Um problema a combater activamente? Ou um aspecto a encorajar, na medida em que possa estar associado à meritocracia e ao dinamismo económico? Quais são as principais tendências recentes da desigualdade a nível global? Que consequências produz, afinal? E de que formas será possível reduzir a desigualdade, caso se considere desejável fazê-lo?

Ao falar-se de igualdade e desigualdade, é habitual distinguir-se entre igualdade de oportunidades e igualdade de resultados. A primeira assume um carácter sobretudo formal e legal: está em causa a igualdade “de meios” e a inexistência de situações de discriminação ou de desvantagens à partida. Já a segunda assume um carácter mais “substantivo”, referindo-se à maior ou menor disparidade ao nível das situações de chegada. Segundo a meta-narrativa dominante da modernidade “ocidental” – o liberalismo –, o tipo de igualdade que constitui um objectivo político, social e económico razoável e legítimo é a igualdade de oportunidades, não a de resultados: esta última é considerada ética e politicamente irrelevante, quando não mesmo algo de positivo e defensável (na medida em que reflecta diferenças de mérito e esforço). Contudo, esta visão não é partilhada por outras correntes político-filosóficas mais igualitárias, tal como não o é pelos sistemas normativos dominantes noutros espaços do globo: muitas comunidades rurais parcialmente pré-capitalistas em África, na Ásia e na América Latina apresentam ainda hoje valores e normas sociais dominantes que penalizam fortemente a desigualdade, especialmente acima de determinados níveis considerados nocivos para a coesão dessas mesmas comunidades.

O debate em torno da desigualdade e das suas consequências recebeu recentemente um novo impulso através do trabalho dos epidemiologistas Richard

Wilkinson e Kate Pickett (2010), que no livro “O Espírito da Igualdade” assinalaram a existência de uma relação estatística forte e robusta entre o grau de desigualdade à escala nacional e uma série de problemas sociais, incluindo ao nível da saúde física e mental, insucesso escolar, obesidade, violência, criminalidade, abuso de drogas ou incidência de gravidez adolescente. O argumento defendido e empiricamente sustentado por estes autores é que acima de um determinado limiar de riqueza material das sociedades, a qualidade da vida social deixa de depender do *nível* do rendimento e passa a depender, sobretudo, do *grau de igualdade* da distribuição: as sociedades mais igualitárias apresentam sistematicamente indicadores mais positivos em cada um dos domínios atrás referidos. A explicação para isso, segundo estes autores, é que a desigualdade exerce um efeito nocivo sobre os níveis de coesão social e confiança interpessoal, fomentando a ansiedade, a morbidade, o consumo excessivo e a agressividade.

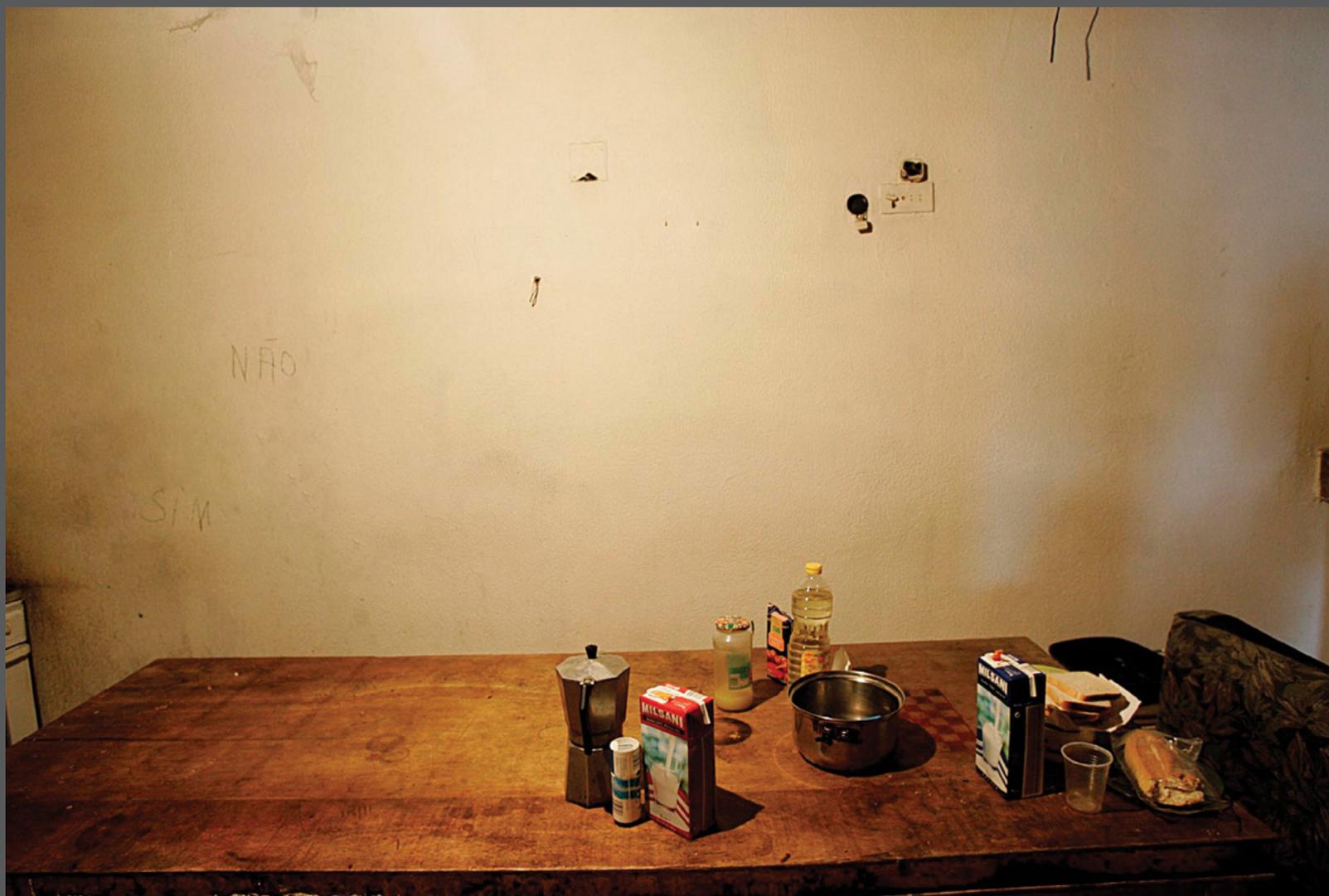
“MAIOR IGUALDADE DE RESULTADOS CONSTITUI NÃO SÓ UM FIM EM SI MESMO, COMO TAMBÉM UM INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES MAIS HARMONIOSAS, MAIS SAUDÁVEIS E COM MAIOR QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS”

Ora, se assim é, o combate à desigualdade deixa de ser apenas uma questão político-filosófica relativamente abstracta, passando a assumir também um carácter instrumental: maior igualdade de resultados constitui não só um fim em si mesmo, como também um instrumento para a construção de sociedades mais harmoniosas, mais saudáveis e com maior qualidade de vida para todos.

Neste sentido, as tendências a nível mundial não podem ser consideradas animadoras. Para efeitos de análise, podemos separar a desigualdade global em dois factores complementares: desigualdade entre países e desigualdade no seio dos vários países. No que se refere a esta última a tendência nos últimos 30 anos é inequívoca: na vasta maioria dos casos, incluindo em sociedades tão distintas quanto os Estados Unidos, a China, a África do Sul ou a Suécia, os níveis de desigualdade de rendimento registaram aumentos significativos, tal como expresso pelo indicador mais comumente utilizado neste tipo de análises (o coeficiente de Gini) (Milanovic, 2011). À luz dos argumentos avançados por Pickett e Wilkinson, estamos assim perante um retrocesso claro e generalizado ao nível da qualidade da vida social.

No que se refere à desigualdade entre países, a tendência pode ser considerada mais positiva: devido principalmente à ascensão económica de alguns países muito populosos e relativamente pobres, sobretudo a China e a Índia, mas também ao crescimento económico da África subsariana ao longo da última década, a desigualdade internacional global em termos dos níveis médios de rendimento tem apresentado uma tendência decrescente nos tempos mais recentes. O resultado líquido da acção combinada destas duas tendências é objecto de discussão, mas é provável que o gigantesco fosso entre ricos e pobres a nível mundial continue, apesar desta última tendência, a tender para aumentar (Milanovic, 2007).

Seja à escala global ou nacional, os mecanismos de combate à desigualdade dividem-se essencialmente em preventivos e correctivos. Estes últimos consistem principalmente em diferentes formas de redistribuição directa ou indirecta do rendimento – através dos sistemas fiscais e de protecção social nacionais, dos fluxos de ajuda internacional ou da provisão de bens públicos nacionais e globais. Porém, existe uma consciência crescente de que a redução sustentada e dinâmica da desigualdade exige algo mais do que correcções *ex-post*, devendo ser complementados pela adopção de mecanismos preventivos em diferentes domínios. Nesse sentido, os mecanismos tradicionais de combate à desigualdade à escala nacional assentam na regulação e enquadramento das relações laborais, na promoção de políticas activas de pleno emprego, na provisão pública robusta em áreas como a saúde e a educação e na adopção de políticas fiscais progressivas e limitadoras da amplitude da desigualdade. No caso dos Países em Desenvolvimento, o fomento e enquadramento dos mercados de trabalho desempenham também um papel-chave. Já o combate à desigualdade entre países depende essencialmente das trajectórias de desenvolvimento dos países mais pobres e de rendimento médio – as quais podem e devem ser apoiadas tanto através da ajuda pública ao desenvolvimento como de outras formas de cooperação, incluindo o estabelecimento de novas parcerias em domínios como as migrações internacionais, o comércio internacional, as transferências de tecnologia ou a provisão de bens públicos globais.



Trabalhadores portugueses da construção civil vítimas de exploração em Valladolid, Espanha. Não recebiam salário e viviam em condições desumanas. Março, 2007

A SECRETÁRIA VAZIA

A camisola colava-se a cada poro há 22 anos.

Em menina, diziam-lhe que era impensável ir do Porto para Lisboa estudar jornalismo. Por isso, Aurora Lopes, 54 anos, abraçou o secretariado e uma carreira na empresa de Vila Nova de Gaia, uma grande empresa da indústria automóvel.

Chegou a secretária de direcção e estava longe de imaginar os quatro anos de humilhação que se seguiriam ao envio de um e-mail a uma colega de trabalho, que estava de férias.

“Oi fofinha,

Estás bem? Novidades?

Ontem estive ao lado do teu querido, ou seja, mais propriamente à beira do Miguelito. Sentei-me sem saber ao lado de quem e durante a prelecção sobre a filosofia japonesa (que para estes gajos, por acaso, não é japonês, mas sim chinês) (...).”

Brinca, como é hábito, mas um delator intercepta a mensagem enviada por correio electrónico – por lei, privada – e leva-a ao vice-presidente da empresa.

Aurora é suspensa no mesmo dia. Pedem-lhe que se demita, Aurora recusa, mas não se livra de um inquérito disciplinar, com o despedimento no horizonte. O objectivo acaba por ser consumado.

Uma formiga nunca venceu um elefante, dizem-lhe. Mas Aurora não acredita e avança para o tribunal. Ganha na 1ª instância, num dos primeiros processos de violação de correspondência electrónica do país.

A empresa recorre para o Tribunal da Relação e perde – uma vez mais – mas contra-ataca: avança para o Supremo Tribunal de Justiça, que também dá razão a Aurora. É reintegrada, mas a carreira de 30 anos acabou.

Copia os salmos da bíblia para não mor-

rer de tédio. Oito horas por dia, cinco dias por semana.

Pica o ponto e é Deus quem lhe dá trabalho e companhia. À volta há indiferença e humilhação. Toma comprimidos para adormecer e comprimidos para acordar. Dois filhos sofrem com a frustração da mãe e um segundo amor sucumbe ao processo.

“UMA FORMIGA NUNCA VENCEU UM ELEFANTE, DIZEM-LHE. MAS AURORA NÃO ACREDITA E AVANÇA PARA O TRIBUNAL. GANHA NA 1ª INSTÂNCIA, NUM DOS PRIMEIROS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA ELECTRÓNICA DO PAÍS.”

Aurora come “o pão que o diabo amassou”, mas decide voltar à justiça e avançar com uma acção por assédio moral.

Em conferência prévia, o juiz aconselha a empresa a progredir para uma indemnização. Aurora já venceu muitas batalhas, mas é preciso acabar com a guerra. Paga as despesas do processo com o dinheiro que recebeu, despe a camisola da empresa, que se agarrava à pele, e investe numa loja de roupas góticas. Tão negras quanto os quatro anos sentada à beira de uma secretária vazia.

ÉTI-
CA

Ética s. f. Ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais. A palavra “ética” é derivada do grego ἠθικός, e significa aquilo que pertence ao ἦθος, ao carácter.

*fotografia de ADRIANO MIRANDA
texto de RITA COLAÇO*

ÉTI- CA

Falar sobre ética, sobre os desafios morais associados ao bem viver, à felicidade, envolve vários dilemas. Um destes dilemas deriva dos debates em torno do que conta como “a verdade”, num mundo crescentemente mais consciente da diversidade e da presença de regimes de verdade; este dilema produz complexidade em termos do que se define como “comportamento” certo ou errado. O outro dilema resulta da (re)introdução da “prática” e, em particular, da sua relação com o problema da normatividade da actividade científica.

Estes dois elementos produziram consequências importantes e resultam, eles também, de um crescente debate sobre o sentido político da produção do conhecimento, mais além da referência científica moderna, mas também em diálogo com esta. O debate permitiu recentrar a reflexão sobre o conhecimento, a sua produção e as suas implicações, especialmente no campo dos estudos associados ao desenvolvimento. Este tema tem estado presente em inúmeros trabalhos produzidos ao longo das últimas décadas, amplificando a discussão em torno da ligação íntima entre os vocabulários da ética, da política e da responsabilidade. Num outro plano, estas reflexões levaram ao “regresso” da ontologia como preocupação central da reflexão sobre a ciência e os saberes. Juntamente com as discussões em torno das condições de produção e validação do conhecimento, esta reflexões reintroduziram igualmente o tema das consequências e implicações do conhecimento produzido, ou seja, sobre o impacto do conhecimento no mundo actual. No seu conjunto, os autores que têm participado desta discussão têm procurado reconfigurar, de forma crítica, a relação entre a epistemologia, a ontologia e a ética, relançando o debate sobre a possibilidade de outras epistemologias, para além do logocentrismo do saber científico do norte.

O desafio que Boaventura de Sousa Santos (2006) lança em relação às epistemologias do sul reflectem a busca deste autor por dar corpo a uma “*construção epistemológica de uma ecologia de saberes*”. Assumindo os saberes do sul como “saberes resultantes da luta”, e por isso validados contextualmente por quem leva a cabo essas lutas, importa avaliar contextualmente os contextos onde trabalhamos, como forma de alterar a relação radical entre o “norte global”, visto como o detentor dos saberes válidos, e o “sul global” receptáculo desta intervenção. Esta alteração radical das condições políticas de produção de conhecimento obriga ao reequacionar das condições da pesquisa, para que esta aconteça em partilha de saberes, e não como a produção de uns sobre outros, estes últimos vistos como permanentes objectos de análise¹.

A produção de um conhecimento engajado poderá ser um ideal moral, uma ética superior, nos antípodas da ética do mercado. De facto, um dos principais desafios que os países do sul global enfrentam no presente, é o da construção de uma pluri-racionalidade epistémica (Masolo, 2003). A globalização económica capitalista contemporânea insiste na produção de uma metafísica imperial que legitima o “eu” sobre o colectivo, na luta pela vida, onde o lucro tem mais valor que a vida. Esta proposta assenta num fundamento ético frágil, assentes no entendimento que a sobrevivência individual é decisiva, mesmo que signifique dispensar a necessidade de justificar a destruição de outro ser vivo. A abertura à diversidade de temas e conceitos universais, incluindo temas ligados à história e sociologia da ciência, à antropologia do conhecimento, à ética e à filosofia política, à filosofia da linguagem, têm contribuído para ampliar o

campo da filosofia, para além do eurocentrismo, a outros pressupostos éticos. Como sublinha Ramose Magobe (1999), a metafísica da filosofia *ubuntu* discorda, no essencial, do dogma contemporâneo da competição. Isto porque, na esfera das relações quotidianas, o conceito *ubuntu* aponta a primazia dos que são/estão em relação ao sujeito individual. O conceito de *ubuntu* é pois central para compreender a organização social e política de muitas sociedades africanas.

“UM DOS DESAFIOS QUE A MODERNA FILOSOFIA EUROPEIA ENFRENTA DERIVA DO ENCONTRO COM OUTRAS TRADIÇÕES FILOSÓFICAS, QUE O CONHECIMENTO MODERNO TEM PROCURADO SILENCIAR, SUBALTERNIZAR OU MESMO OCULTAR ”

Um dos desafios que a moderna filosofia europeia enfrenta deriva do encontro com outras tradições filosóficas, que o conhecimento moderno tem procurado silenciar, subalternizar ou mesmo ocultar. No campo dos direitos humanos, o encontro entre a razão subjacente aos princípios que regem os direitos humanos enfatiza a ideia do ser humano como uma entidade fragmentada sobre a qual os direitos são agregados de maneira contingencial; já a concepção africana salienta a ideia do ser humano como uma totalidade ampla, tendo seus direitos assegurados como tal (Ramos, 1999). As implicações destes distintos enfoques são óbvias.

De igual forma, em grande parte das cosmologias africanas os seres humanos são vistos, normalmente, como seres modestos e respeitosos para com os outros humanos e seres vivos, para com objectos inanimados, assim como em relação às forças “invisíveis” do mundo. Ou seja, as relações entre seres vivos e inanimados, entre o sagrado e o profano, entre a matéria e o espírito, entre a comunidade e o indivíduo são muito ténues, e funcionam de forma dinâmica e flexível; por exemplo, é comum a percepção de que um ser humano se pode transformar num animal ou planta, ou em forças, como o vento, com implicações sérias sobre a forma como a suposta separação entre a natureza e sociedade é entendida. Em muitas das tradições africanas presentes na África Austral, diferencia-se entre plantas, animais, seres humanos e entidades supra-humanas, como os espíritos. Mas esta diferenciação não atribui aos humanos nenhum mandato ou privilégio especial; pelo contrário, a mensagem dominante é a de coexistências respeitosa, de conciliação e contenção. Muitas das expressões e provérbios em uso apontam para a necessidade de as condições bási-

cas à reprodução da vida estarem disponíveis; este facto explica muitos dos tabus a que muitos dos mais velhos fazem referência. Como estas breves referências dão conta, na essência, o que está sob debate são as discussões sobre distintos sistemas de pensar e de construir conhecimento. Os desafios colocados pelos diferentes e sempre contestáveis lugares e identidades, ou pelas metodologias de que nos servimos, são imensos. Para fazer avançar a ideia da pesquisa ética nas várias províncias do mundo (África, Ásia, Europa, América), é preciso ter em conta a forma como as responsabilidades sociais relativamente às aspirações do povo africano são operacionalizadas no trabalho que realizamos. Quer os académicos, quer o povo no meio do qual vivemos e a cujo estudo nos dedicamos, possuem vastos recursos epistemológicos e intelectuais que estamos, ainda, longe de conseguir accionar. Esse facto põe-nos perante um desafio ético permanente: de que lado estamos e com quem estamos, quando estamos a trabalhar no “nosso campo”?

¹ COMO SANTOS SUBLINHA (2006), A AVALIAÇÃO DE QUALQUER INTERVENÇÃO DEVE COMBINAR SEMPRE O COGNITIVO COM O ÉTICO-POLÍTICO, A ECOLOGIA DE SABERES DISTINGUE A OBJECTIVIDADE ANALÍTICA DA NEUTRALIDADE ÉTICO-POLÍTICA. HOJE NÃO SE QUESTIONA O VALOR GERAL DAS INTERVENÇÕES NO REAL TORNADAS POSSÍVEIS PELA CIÊNCIA MODERNA ATRAVÉS DA SUA PRODUTIVIDADE TECNOLÓGICA; PORÉM, ESTE FACTO NÃO DEVE IMPEDIR O RECONHECER DE OUTRAS INTERVENÇÕES NO REAL TORNADAS POSSÍVEIS POR OUTRAS FORMAS DE CONHECIMENTO.



Manifestação de 12 de Março de 2011, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

NÁDIA EM TONS ROSA E VERDE FRESCO

Nádia Reis, sorriso largo, rabo-de-cavalo escuro, no espaço do tamanho de uma mesa de jantar, em tons rosa e verde fresco. É o seu Gel-me-Quer, marca registada, nada de “nails” no nome do seu estúdio de unhas de gel, assente na Estrada Nacional da Baixa da Banheira, no concelho da Moita. Sete mil euros. Foi o montante do empréstimo recebido em Outubro de 2011. De desempregada, Nádia passou a empresária e desafiou as estatísticas de um concelho onde o número de pessoas inscritas nos centros de emprego aumentou quase 20% num ano. Hoje, Nádia, a empresária, lucra mais de mil euros por mês. “Está a ver? Mostra os cálculos do dia-a-dia, feitos no Excel do seu pequeno portátil”.

Vinte e oito anos, duas filhas, Nádia, 12º ano, vendeu minis e cafés numa colectividade, atendeu clientes em lojas de roupa, foi recepcionista numa empresa de reboques, onde imprimiu o seu jeito feminino “num mundo de meia bola e força”, vendeu bolos na Ericeira. Trabalhou numa imobiliária. Ficou desempregada. Pelo meio, consertava e limava as mãos de amigas. Elas gostavam. Nádia também. Agarrou em papel e caneta e criou o esboço de uma empresa para apresentar no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo dos apoios à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego.

Com a candidatura, vieram os balanços e balancetes, a prospecção de mercado, as intenções de indeferimento. A gíria do mundo da gestão e da contabilidade era uma língua estranha para Nádia. Leu legislação, lambeu papel, como diz, fez e refez o projecto. Valeram-lhe as dicas do Gabinete de Emprego e Apoio ao Empreendedorismo do Vale da Amoreira,

os conhecimentos dos amigos e, sobretudo, a sua persistência. Os dias passavam e o financiamento do projecto continuava por aprovar. Um familiar olhou para o esboço de Nádia, acreditou nele, emprestou-lhe o dinheiro. Com os sete mil euros, esta empreendedora pagou trespasse, comprou material, mobiliário e latas de tinta. Abriu o seu Gel-me-Quer. Foi em Outubro de 2011. Quatro meses depois, as receitas já cobriam o valor investido. O projecto foi aprovado no IEFP em Junho de 2012, oito meses após a abertura do estúdio.

Hoje, Nádia faz mapas contabilísticos, *rankings* com as melhores clientes, brindes com chapéus-de-chuva e enroladores de pestanas. Tem 80 clientes fixas, e de todas sabe o nome. Lá está o *ranking* no seu Excel. Uma média de quatro clientes por dia. Uma hora e meia para cada trabalho. Dezoito euros por cada um. Sorriso largo num mundo que parece a preto e branco, mas que Nádia persiste, e consegue, pintar de rosa e verde fresco.

“A GÍRIA DO MUNDO DA GESTÃO E DA CONTABILIDADE ERA UMA LÍNGUA ESTRANHA PARA NÁDIA. LEU LEGISLAÇÃO, LAMBEU PAPEL, COMO DIZ, FEZ E REFEZ O PROJECTO.”

FI-
NAN
-CIA
MEN-
TO

Financiamento s. m. Operação financeira em que a parte financiadora, em geral uma instituição financeira, fornece recursos para outra parte que está a ser financiada, de modo que esta possa executar algum investimento específico previamente acordado. Ao contrário do empréstimo, os recursos do financiamento precisam necessariamente ser investidos do modo acordado em contrato.

fotografia de FÁBIO TEIXEIRA
texto de LÚCIA CRESPO

FI- NAN- -CIA MEN- TO

A soma dos recursos nacionais e internacionais empregues com o objectivo de promover o desenvolvimento é designado por financiamento (do desenvolvimento). Desde o início deste século, o conceito tende a ser operacionalmente usado para incluir a globalidade dos recursos empregues para promover o desenvolvimento à escala mundial e, mais em particular, para erradicar a pobreza. Esses recursos englobam a ajuda pública ao desenvolvimento, o alívio da dívida externa, os créditos e outros produtos financeiros com objectivos de desenvolvimento, as verbas dos orçamentos de investimento nacionais, os financiamentos destinados ao apoio à liberalização do comércio internacional e um conjunto de outros instrumentos libertados por uma mais eficaz governação aos diversos níveis, global, regional e local.

As Declarações das Conferências de Monterrey, em 2002, e de Doha, em 2008, são consideradas como marcos essenciais e orientadores do esforço global para o financiamento do desenvolvimento. Nestas conferências e em várias outras instâncias, tem sido feito um esforço de identificação de recursos a mobilizar. Apesar do impacto da crise financeira iniciada em 2007/08, da crise da dívida soberana na Europa e da diminuição dos ritmos de crescimento global, é de notar que o esforço global de financiamento do desenvolvimento tem vindo a crescer nos últimos anos, principalmente pelo surgimento de novos doadores e pela inovação de fontes e formas de ajuda ao desenvolvimento. Alguns dos principais recursos para financiar o desenvolvimento são seguidamente referidos.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD): parte importante do financiamento provém da APD tal como definida pelos critérios do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE), sendo esta forma de financiamento particularmente importante para os casos dos países com pouca atractibilidade para o investimento directo estrangeiro. Recorrentemente são anunciados e prometidos pelos países de maior rendimento a canalização de uma percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB)¹; as percentagens assumidas no âmbito da APD são de 0,7 do RNB até 2015, esforço relacionado com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)². Desde a Conferência de Monterrey, houve um aumento da ajuda ao desenvolvimento, principalmente nas modalidades de ajuda humanitária e do alívio da dívida externa.

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE): corresponde à aquisição ou criação de meios de produção em países terceiros e implica a participação na respectiva gestão por parte dos investidores, não estando portanto compreendidas operações financeiras especulativas de compra e venda de propriedade com o objectivo de realização de mais-valias. O IDE é identificado como recurso para financiamento do desenvolvimento na medida em que promove o emprego, a criação de riqueza, a transferência de tecnologia e de práticas de responsabilidade ambiental e social, neste último caso com ênfase às práticas que promovem o emprego dos jovens e das mulheres e o cumprimento de códigos anti-corrupção.

COMÉRCIO EXTERNO: a actual ortodoxia económica apresenta o comércio livre como fonte de criação de riqueza e de promoção de vantagens comparativas e competitivas dos países que o praticam. Esta assunção é, porém, bastante polémica na medida em que a liberalização do comércio traz também a destruição de aparelhos produtivos internos, com a conseqüente perda de postos de trabalho e o aumento da dívida externa. O financiamento do desenvolvimento via liberalização do comércio externo deriva da facilitação assimétrica (sem restrições quantitativas e sem taxas aduaneiras) do acesso aos mercados dos países mais ricos por parte dos países mais pobres. Do mesmo modo, são crescentemente citadas como medidas necessárias à liberalização o financiamento de infraestruturas básicas que o facilitem e de redes mínimas de segurança social que absorvam os choques negativos sobre o emprego. Neste contexto, existem fundos e programas de ajuda ao comércio (*Aid for Trade*), que financiam mudanças na legislação e regulamentação, infraestruturas de apoio e formação técnica.

ALÍVIO DA DÍVIDA EXTERNA: a partir dos anos 80 do último século, têm sido levadas a cabo diversas iniciativas de alívio da dívida externa de Países em Desenvolvimento, regra geral decorrentes de negociações nos clubes de Paris (credores públicos) e de Londres (credores privados) e usualmente supervisionadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Essas iniciativas, a última das quais se designa como iniciativa reforçada para os países fortemente endividados (*enhanced HIPC*), permitiram não só o perdão parcial ou total de dívidas externas públicas e privadas mas também o reescalonamento dos montantes não perdoados, constituindo uma das razões maiores para o fim da designada espiral da dívida externa (situação em que os financiamentos servem para pagar dívidas e transformam-se eles próprios em futuras dívidas).

BOA GOVERNAÇÃO: os recursos libertados por práticas de boa governação são provenientes no essencial de melhorias na coerência, coordenação, previsibilidade e eficácia das iniciativas de financiamento empreendidas por uma multitude de organizações internacionais, agrupamentos *ad hoc* (G8, G20) e países. As Declarações de Paris (2005) e de Acra (2008) são marcos importantes na definição das práticas de boa governação, ao aprovarem um conjunto de objectivos para tornar mais eficaz a ajuda e aferir os respectivos resultados: alinhamento pelas estratégias dos países parceiros; apropriação e controlo da ajuda ao desenvolvimento por estes últimos; harmonização e coordenação entre doadores e parceiros; criação de parcerias mais abrangentes, integrando fundos privados e novos doadores.

NOVOS DOADORES: desde o início do presente século novos doadores, eles próprios Países em Desenvolvimento, com particular realce

à China, mas também à Índia, Brasil, países e fundos árabes, Turquia e Rússia, entre outros, vão assumindo um peso crescente no cenário da ajuda ao desenvolvimento levando à introdução no léxico da cooperação de novos termos como cooperação Sul-Sul e cooperação triangular. Parte dos novos recursos têm sido investidos em áreas vitais para os países parceiros, como as infraestruturas de modernização – estradas, pontes, caminhos-de-ferro, portos, aeroportos, barragens. Em muitos casos (China), os novos doadores têm usado práticas de ajuda ligada condenadas pelo CAD da OCDE, e que têm provocado mudanças substanciais no cenário da cooperação e do financiamento do desenvolvimento.

“O CONCEITO TENDE A SER OPERACIONALMENTE USADO PARA INCLUIR A GLOBALIDADE DOS RECURSOS EMPREGUES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO À ESCALA MUNDIAL E, MAIS EM PARTICULAR, PARA ERRADICAR A POBREZA”

RECURSOS INOVATIVOS: têm-se multiplicado iniciativas visando complementar as usuais fontes da APD, como a criação de novos instrumentos baseados no mercado do carbono. Porém, o domínio onde mais se tem avançado desde 2006 é o da saúde pública, com destaque para três iniciativas: a criação da UNITAID, que compra e distribui medicamentos contra o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose, financiada por taxas sobre bilhetes de avião aplicadas em alguns países; a International Finance Facility for Immunisation (IFFI), financiada pela emissão de obrigações governamentais, que tem promovido programas de vacinação; a Advance Market Commitment (AMC), compromisso entre doadores e empresas farmacêuticas, para garantir preços baixos aos fármacos resultantes da pesquisa de vacinas contra a tuberculose.

¹ O RNB, ANTERIORMENTE DESIGNADO POR PRODUTO NACIONAL BRUTO, É IGUAL AO PIB MAIS O SALDO DOS RENDIMENTOS PRIMÁRIOS (O RECEBIDO MENOS O PAGO AO RESTO DO MUNDO EM: REMUNERAÇÕES + IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO + SUBSÍDIOS + RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE).

² OS ODM, APROVADOS EM 2000 PELA ASSEMBLEIA GERAL DAS NU, SÃO OS SEGUINTE: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME, ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL, PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DA MULHER, REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL, COMBATER O VIH/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS, GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ESTABELEÇER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO.



Enquanto se desenvolve o manifesto "15M - ¡Democracia real ya!", a realidade acontece. Este homem está próximo mas completamente à margem do movimento que desde a Puerta del Sol mobilizou o mundo para a alteração do actual modelo de governação.

NOTAS DE UM 25 DE ABRIL COM CHUVA

Li no *Express* (um portal belga de negócios) uma ideia perturbadora colhida de um jornal de Frankfurt por Mylène Vandecasteele. Para lá da crise económica e dos perigos que cercam o euro, “a Europa começa a enfrentar uma outra ameaça, ainda discreta: o fim da democracia”.

Tinha acabado de escutar, da boca do presidente, a longa lista de sucessos portugueses de uma década (que não o impediu de um diagnóstico cáustico, há um ano). Cavaco enalteceu, desta vez, o cartão pré-pago e a via verde do orgulho nacional mas não retomou a reflexão quanto aos limites para o sacrifício. Mais razoável se afigura que o líder da bancada maior da oposição tenha referido os limites do consenso. Não vale tudo, não pode valer tudo.

Um deputado da maioria exibiu, entretanto, o “certificado” que o povo lhe dera para estar ali e, do mesmo passo, sustentou que “o 25 de Abril tem autores mas não tem donos”. Um dos “autores” respondeu-lhe que o povo não passou certificado para a “entrega de soberania”. O “autor” recusou a pretensão de ser dono daquilo que, desde o próprio dia inaugural, “pertence ao povo”.

E uma mulher antiga disse, na Avenida: “aquilo por que lutámos não existe agora”. Afinal, talvez o deputado da maioria devesse ter referido, em vez de certificado, senhas de racionamento. E não penso em pão para a fome do estômago, o pão que começa a faltar nos bancos alimentares.

Outras notas alinhadas por Mylène Vandecasteele, num 25 de Abril à chuva: As regras da democracia supõem que os cidadãos possam dar com frequência uma palavra sobre a política, também sobre a política económica e sobre as medidas que estão a ser tomadas. Mas, cada vez

mais, essa liberdade de expressão “é vista como um factor de instabilidade pelos mercados financeiros”. Mylène lembra o facto de, em França, os mercados terem já começado a sancionar a popularidade de Hollande. Por isso ela escreve, em título: “Democracia na UE: o povo é um elemento perturbador”. Entretanto cita Joseph Vogel, um professor de literatura, que a propósito das decisões tomadas quase exclusivamente em resultado da negociação entre governos, banqueiros e banca central, fala em “soviets da finança”.

“PARA LÁ DA CRISE ECONÓMICA E DOS PERIGOS QUE CERCAM O EURO, ‘A EUROPA COMEÇA A ENFRENTAR UMA OUTRA AMEAÇA, AINDA DISCRETA: O FIM DA DEMOCRACIA!’”

Ontem não vimos, ainda não vimos, banqueiros de cravo na lapela. Mas foi estranho vermos cravos na lapela de alguns que Joseph Vogel talvez incluísse num qualquer “soviete das finanças”.

A PARTIR DA CRÓNICA NO PROGRAMA “SINAIS” DA TSF
A 26 DE ABRIL DE 2012.

GO-
VER
-NA
ÇÃO

Governança *s. f.* Acto de governar. Está relacionado com as decisões que definem as expectativas e o poder de concessão. Consiste em processos ou parte de processos de gestão ou liderança, tradicionalmente administrados por um Governo.

*fotografia de CARLA CARVALHO TOMÁS
texto de FERNANDO ALVES*

GO- VER -NA ÇÃO

Nas últimas duas décadas, o conceito de boa governação adquiriu substancial saliência na cooperação. Tal é reflectido na Declaração do Milénio, onde os Objectivos do Desenvolvimento e da erradicação da pobreza são explicitamente considerados como dependentes “de uma boa governação em cada país”.

Contudo, a ubiquidade da boa governação no discurso e prática da cooperação oculta também desafios em termos da sua definição e operacionalização. Como salienta o investigador holandês Martin Doornbos (2011), a boa governação tornou-se uma “expressão de moda” na cooperação a partir da década de noventa do século passado; e, “como frequentemente acontece com estas expressões, está longe de haver consenso sobre o conceito, ou uma ideia comum sobre como pode ser aplicado concretamente”.

Assim, se a centralidade da boa governação para a cooperação é inegável, importa ir para além do lugar-comum na sua abordagem. Tal requer responder ao duplo desafio enunciado por Martin Doornbos: primeiro, como podemos definir o conceito de boa governação na arena da cooperação? E, segundo, como podemos operacionalizá-lo concretamente na cooperação?

PRIMEIRO DESAFIO: DEFINIR A “BOA GOVERNAÇÃO”

Para definir a boa governação, torna-se necessário primeiro abordar as diferentes perspectivas do conceito, especificamente duas questões-chave que procuramos de seguida clarificar.

A primeira prende-se com a *natureza* do conceito – se esta se centra unicamente nos *processos* de governação (aspectos como a participação dos cidadãos nas decisões; transparência e *accountability* no processo de governação; ou as limitações ao âmbito da governação que o Estado de Direito impõe¹); ou se abarca também *políticas públicas* específicas resultantes (como p.ex. associar a boa governação a políticas públicas que promovam o comércio internacional ou que limitem a intervenção do Estado na economia²).

A opção deve recair numa definição *processual* da boa governação, por três motivos: 1) é um elemento comum a todas as definições do conceito na área da cooperação; 2) permite lidar com uma crítica recorrente ao conceito de boa governação, que se centra na sua apropriação para fazer avançar agendas ideológicas em termos de políticas públicas; 3) permite centrar a acção em dimensões suficientemente consensuais quer nos países doadores, quer nos países parceiros. Tal é particularmente relevante tendo em conta a Declaração de Díli de 2010, que alerta para o facto dos países parceiros serem muitas vezes negligenciados na definição de estratégias de boa governação.

A segunda questão-chave prende-se com o *âmbito* do conceito de boa governação, na medida em que a ausência de clareza na sua definição deriva também de visões excessivamente abrangentes do que é “boa governação”. No limite, virtualmente todas as áreas podem ser subsumidas sob o “chapéu” da boa governação: como a investigação existente ilustra, a boa governação pode ser relacionada a áreas tão diversas como a saúde, a literacia financeira e o sector empresarial, entre (muitas) outras.

Como então definir o conceito de boa governação? Podemos estruturar a sua definição em torno de três princípios centrais da boa governação: a *liberdade*, a *igualdade* e o *controlo*. O primeiro remete para a dimensão dos direitos civis de cada indivíduo. Assim, a boa governação tem como uma das suas funções assegurar a protecção dos direitos individuais, da legalidade e, consequente-

mente, da liberdade individual. Por sua vez, o princípio da igualdade remete para a dimensão dos direitos políticos dos cidadãos, que devem ter oportunidades iguais de influenciarem as escolhas colectivas. Por fim, o controlo político visa dois aspectos interligados: assegurar a capacidade efectiva de governação das instituições democráticas; e, relacionado, garantir a responsabilização e imputabilidade – *accountability* – nos processos de governação.

Podemos então definir a boa governação como *processos que defendem os direitos dos cidadãos e lhes permitem efectivamente escolher as políticas públicas que desejam para o seu país de forma informada, transparente e livre*. A partir desta definição, identificamos seis objectivos específicos da cooperação para esta área:

- / Promover e reforçar os direitos civis (quer na dimensão legal, quer no exercício real por parte dos cidadãos);
- / Promover e reforçar os direitos políticos;
- / Promover a participação eleitoral;
- / Promover e reforçar a participação política;
- / Aumentar e reforçar o *accountability*;
- / Aumentar e reforçar a capacidade de governação.

SEGUNDO DESAFIO: OPERACIONALIZAR A “BOA GOVERNAÇÃO”

A discussão anterior em torno da definição da boa governação é de utilidade limitada se não for possível transpor os seus princípios e objectivos para o terreno da cooperação. Assim, questionamos *como* a boa governação pode ser operacionalizada, examinando quatro dimensões a montante de qualquer acção nesta área: as suas *esferas, prioridades, actores e governação*.

Podemos identificar seis esferas-chave de intervenção na cooperação para a boa governação: o contexto e enquadramento legal, que constituem um alicerce crucial para o exercício dos direitos civis e políticos; os recursos administrativos e técnicos, cruciais para assegurar a capacidade de governação; a vitalidade da sociedade civil, quer como indicador *per se*, quer enquanto mecanismo de *accountability*; o apoio e legitimidade popular, na medida em que a boa governação implica também o envolvimento dos cidadãos; o papel das instituições políticas, pois são estas que operacionalizam os conceitos abstractos de liberdade, igualdade e controlo; e, por fim, a segurança dos cidadãos, considerado um pré-requisito para assegurar a liberdade e igualdade.

A segunda dimensão prende-se com as *prioridades* da cooperação, que devem ter em conta as especificidades históricas, políticas, sociais e económicas dos países parceiros. Como frisa a Declaração de Díli, “o contexto nacional deve guiar cada caminho distintivo para o desenvolvimento sustentável.” Por outro lado, as diferenças entre contextos implicam também que algumas medidas na área da boa governação devem preceder outras. A título de exemplo, a segurança física tenderá a preceder a protecção social: com efeito, a implementação de mecanismos de protecção social, como por exemplo a protecção no desemprego, será de utilidade e impacto escasso num contexto de guerra civil.

Relativamente aos *actores*, a cooperação para esta área requer o envolvimento de um leque abrangente de intervenientes, quer instituições governamentais e quase-governamentais, quer organizações não-governamentais e entidades privadas. Ao mesmo tempo, importa assegurar que esta diversidade de actores se insere numa estrutura de intervenção consistente e coerente, que permita articular o importante trabalho no terreno das diferentes instituições.

Por fim, devemos salientar a importância da “governação” da cooperação. A própria cooperação deve ser pautada por princípios de boa governação como a prestação de contas, a participação e a transparência. Esta prestação de contas deve ser bidireccional, vinculando não só os parceiros em relação aos doadores, mas também os doadores perante os parceiros e demais *stakeholders*. Aprofundar uma cultura de boa governação da cooperação é fundamental para assegurar a sua legitimidade; e é instrumental em termos de gerar um maior fluxo de informação, necessário para melhorar programas e projectos. Em última análise, a cooperação para a boa governação, para ser eficaz, requer uma boa governação da cooperação.

“PROCESSOS QUE DEFENDEM OS DIREITOS DOS CIDADÃOS E LHE PERMITEM EFECTIVAMENTE ESCOLHER AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE DESEJAM PARA O SEU PAÍS DE FORMA INFORMADA, TRANSPARENTE E LIVRE.”

¹ DIMENSÕES PROCESSUAIS FRISADAS NAS DEFINIÇÕES DE BOA GOVERNAÇÃO DO PNUD, DFID, FMI OU BANCO MUNDIAL, POR EXEMPLO.

² RESULTADOS ESPECÍFICOS SALIENTADOS NA ABORDAGEM À BOA GOVERNAÇÃO DO FMI, POR EXEMPLO.



O projecto “Na casa de” foi algo que desenvolvi ao longo de um ano, na freguesia de Campanhã, no Porto. Durante esse período, tive a oportunidade de realizar um conjunto de retratos de pessoas cujas casas não tinham quaisquer condições de habitabilidade. Um desses retratos foi o da dona Laurinda Araújo, de 64 anos, que descrevia o lugar onde morava como “um sítio da doença e da tristeza”.

SÍTIO DAS DROGAS

Porto, Dezembro, 1974. Houve quem mal tivesse pregado olho nas primeiras noites. Era uma alegria infinda dormir num apartamento amplo, ainda a cheirar a tinta, com casa de banho e tudo. O centro histórico, cheio como um ovo, carecia de valente conserto. A cidade prometia fazê-lo.

Para a segunda torre viriam outras famílias das mais insalubres “colmeias” da Ribeira-Barredo. De súbito, o rumor de que esses apartamentos, afinal, seriam entregues a famílias regressadas das ex-colónias portuguesas. Maria José e outros saíram, esbaforidos, da Ribeira-Barredo e forçaram entradas. “Não tínhamos móveis nem nada. Dormimos no chão. Fiz o meu filho mais novo no chão.” Cinco torres de 13 andares irromperam na paisagem, já a chegar à Foz do Douro. Era como se a desafiassem.

A heroína descobriu o bairro mal entrou em Portugal. Era fácil ludibriar a polícia, faltava emprego, abundava trabalho precário e mal pago. Primeiro, circulou com discrição; depois, a deixar perceber transacções de pequenos grupos; por fim, a convocar filas pelas escadas da primeira torre acima.

Maria José prefere nem se lembrar, mas também traficou. “Com quatro filhos para cuidar e um marido toxicod dependente!”

O bairro captou a atenção de quem quis perceber o habitat das drogas. Os moradores aproveitaram para expressar desgosto. Era “um mau lugar para estar”, concentrava criminosos, gente que vivia à margem, o que gerava tensão, tornava-o num “sítio a evitar”.

Morar ali não era ser “cadastrala”. Morar ali era carregar a imagem. Escapar-lhe exigia energia adicional.

Dentro e fora, crescia a descrença no destino colectivo. Pouco a pouco, as cinco

torres, que a desindustrialização rodeou de espaços abandonados, foram cercadas por condomínios de luxo. E, em 2008, o senhorio, a Câmara do Porto, decretou-lhe a sentença de morte. Maria José ia deixar de ter o seu apartamento amplo, com vista de rio e de mar, óptima varanda para banhos de sol.

Porto, Dezembro, 2011. Implodiu-se a quinta torre, a última a erguer e a habitar. As outras ainda lá estão e já o tráfico procura outros territórios de pobreza e exclusão. Os moradores também estão a ser transferidos para outros bairros. Ninguém foi devolvido à cidade, apesar das obrigações do Fundo Especial de Investimento Imobiliário, criado para erradicar o Aleixo e reutilizar os seus terrenos.

“O BAIRRO CAPTOU A ATENÇÃO DE QUEM QUIS PERCEBER O HABITAT DAS DROGAS. OS MORADORES APROVEITARAM PARA EXPRESSAR DESGOSTO.”

HAB- ITAT

Habitat s. m. Conceito usado em ecologia que inclui o espaço físico e os factores abióticos que condicionam um ecossistema e, por essa via, determinam a distribuição das populações de determinada comunidade.

*fotografia de PAULO PIMENTA
texto de ANA CRISTINA PEREIRA*

HAB- ITAT

Habitat é o ambiente natural de uma espécie animal ou vegetal. O lugar onde se vive.

Habitat é um conceito usado em Ecologia que inclui o espaço físico e os factores abióticos que condicionam um ecossistema, e por essa via determinam a distribuição das populações de uma determinada comunidade. O homem há séculos que não habita em habitats naturais, i.e. constrói para si habitats artificiais, à excepção de algumas zonas remotas e perdidas da chamada civilização. Viveu primeiro em grutas, e debaixo de árvores, inserido em pequenas populações de indivíduos. A construção das primeiras cabanas, ou de habitações palafitas, ainda quando vivia apenas da caça, ou já quando deu os primeiros passos como agricultor, constituiu uma primeira artificialização da sua casa e do seu meio. O seu poderoso cérebro conseguiu todavia que o seu quadro mental guardasse para si sempre um elo que considerava essencial com o mundo natural. Este elo permaneceu sempre forte, sobretudo enquanto durou a sua ligação aos campos e à agricultura, que até há cerca de dois séculos era a sua principal actividade, fonte de riqueza e sustento.

Este elo primordial resistiu a tudo – à construção das primeiras grandes casas, vilas e cidades, à expansão da raça humana e das várias civilizações pelas 5 partes do mundo. No entanto, num período de tempo muito curto, nos últimos 100 anos, este equilíbrio alterou-se, e alterou-se profundamente. Apesar de algumas zonas verdes com pouco significado, as grandes cidades constituem gigantescos habitats artificiais da grande maioria da raça humana. A paisagem rural cada vez mais se constitui como uma espécie de ajardinamento. As florestas que restam estão a desaparecer e os rios a ficar cada vez mais poluídos. Mais uma vez o poderoso cérebro do homem acode a este estado de coisas, tentando melhorá-las, e atenuando a mágoa do enfraquecimento do seu elo com a Mãe Natureza, mas basta percorrer uma estrada de província de noite para ver os milhares de pequenas luzes do território já ocupado por milhões de pessoas.

O crescimento do habitat artificial tornou-o um organismo cada vez mais absorvente e complexo. Mais gente obriga a menos espaço individual por pessoa, muitas casas mas mais pequenas, mais agrupadas, em prédios mais altos. Nesta marcha do ser individual para o anonimato impessoal as casas já não são o que eram – uma família, um destino. Foram-se os luxos antigos – espaços e móveis que percorreram os tempos, recordações individuais, marcas pessoais de identidade. Os luxos modernos são luxos de equipamento, como numa nave espacial, a informática, o plasma, os jogos e “networks” de computador, a “cozinha laboratório”, o mobiliário estereotipado de série mas muito caro. As casas e escritórios foram deixando de ter uma relação “selectiva” com a natureza envolvente, i.e. aproveitando os benefícios do meio natural, como a luz e o calor da radiação solar, ou a brisa fresca do vento, e simultaneamente protegendo-se contra os excessos do clima – para cada vez mais se fecharem sobre si mesmos numa postura de “exclusividade” – em que o contacto com o ambiente exterior é evitado, sendo as necessidades de conforto conseguidas através de sistemas mecânicos, artificiais, como o ar condicionado e a iluminação artificial.

Este processo de “exclusividade” contribui fortemente não só para enfraquecer a nossa relação com a natureza, excluindo-a das nossas vidas, mas também é, por exemplo, responsável por um acréscimo muito considerável do con-

sumo de energia a nível mundial – que por sua vez está na origem do aquecimento global. Mas o homem parece – e vai – recusar-se a dar os passos finais deste processo, a abdicar demasiado da sua ligação fundamental e primeira à natureza. Existe hoje um vasto corpo de informação científica que não só confirma a necessidade deste elo vital, mas também propõe estratégias de actuação, amplamente validadas,

“LONGE DE ESTAR DERROTADO O
HOMEM ADQUIRE PROGRESSIVA-
MENTE UMA DIMENSÃO MAIS ÉTICA
DO SEU LUGAR ENTRE TODAS AS
VIDAS DESTE PLANETA, CADA VEZ
MAIS A GRANDE CASA COMUM.”

e necessárias a um desenvolvimento sustentável. Pouco a pouco vão sendo implementadas e respeitadas directivas que visam dar mais valor à flora e fauna restantes, proteger as grandes áreas incultas e pouco habitadas, promovidas a Áreas Protegidas, não só porque recordam as antigas imagens da natureza mas também pelo papel essencial dos espaços verdes no combate ao aquecimento global.

As noções de “Arquitectura Sustentável” ou “Bioclimática” têm vindo a ser valorizadas nesta última década, dando origem a edifícios de concepção “selectiva” ou “passiva”, geradores eficazes de conforto, de ligação com a natureza, por oposição ao habitat “exclusivo” – que sabemos ser na realidade desconfortável, inumano e energívoro. Longe de estar derrotado o homem adquire progressivamente uma dimensão mais ética do seu lugar entre todas as vidas deste planeta, cada vez mais a grande casa comum. O objetivo prioritário da arquitectura bioclimática, por vezes também designada por “arquitectura solar”, é a minimização do consumo energético para manutenção do conforto ambiental dos edifícios, recorrendo ao uso de estratégias de design passivo, i.e. reduzindo a necessidade de utilização de meios mecânicos de climatização ou iluminação através de uma sábia adaptação do edifício ao contexto climático local.

Muitas das estratégias de design passivo, como ventilação natural, o uso da inércia térmica, sombreamento, orientação solar, etc., são no fundo uma adaptação de técnicas seculares a exigências contemporâneas. Este saber, com algumas excepções, foi sendo progressivamente posto à margem da prática e do ensino da arquitectura desde a implantação do movimento moderno. É contudo importante frisar novamente que houve casos de excepção – na génese de muitos dos projectos de grandes arquitectos modernistas como Lloyd Wright ou Le Corbusier estiveram preocupações de ligação do edifício ao meio

natural – resolvidas com recurso ao design passivo, em soluções esteticamente muito criativas.

A arquitectura no quadro de uma concepção bioclimática passa sempre por uma análise aprofundada do contexto climático local. No caso de Portugal é fácil adivinhar uma grande diversidade de soluções de design bioclimático – dada a variabilidade do nosso clima (traduzida em parte e por exemplo, pela nossa arquitectura popular). A aplicação apropriada de muitas destas estratégias de design, na sua maioria amplamente conhecidas há décadas, pode-se resumir em duas palavras: boa arquitectura. A arquitectura bioclimática desenvolve-se num quadro ideológico de sustentabilidade global. Neste sentido, o processo de concepção integra ainda questões ligadas ao impacto ambiental e socio-económico do edifício nas suas várias fases de existência. Por exemplo, o controle na selecção e utilização de materiais que necessitam de muita energia para serem produzidos, como o alumínio, o aço, o plástico ou o vidro, dando preferência a materiais de produção mais económica, como a terra (ex. construção em adobe, tijolo, taipa), alguns tipos de betão, ou madeira (de florestas sustentáveis); a preferência pelos recursos materiais e humanos locais, promovendo o desenvolvimento regional e diminuindo o impacto ambiental dos transportes. A ponderação sobre o tempo de vida estimado do edifício, de modo a prorrogar a necessidade de nova construção, é outro factor-chave. E espero pelo tempo em que a utilização de termos como “Arquitectura Bioclimática” ou “Arquitectura Sustentável” desapareçam dos cartazes à beira de estrada a anunciar empreendimentos duvidosos, ou, melhor ainda, espero que desapareçam de todo do vocabulário da nossa profissão.



USHAHIDI: O TESTEMUNHO COMO INOVAÇÃO SOCIAL

“Não há lugar como 127.0.01”. O tapete de entrada presta-nos as boas-vindas no seu jeito tecnológico. Três ou quatro passos adiante, o sopro do ar condicionado neste 4.º andar na Bishop Road, em Nairobi, eriça a pele e transporta-nos epidermicamente para um microclima bem distante da aridez das ruas da capital queniana.

Sofás e *puffs*, mesas de trabalho povoadas por computadores portáteis ligados à rede sem fios, matraquilhos e uma estante de livros: *Futures of Technology in Africa, Design to Thrive, Web Standards Solutions*.

E como não reparar neste que dizem ser “o mais bem-sucedido negócio na cidade”? Claro, nada como uma chávena de chá ou de café para catalisar a concentração face a colunas infindáveis de código binário.

Este é o iHub, um lugar-rede, misto de espaço de trabalho e comunidade aberta para tecnólogos, programadores, investidores, *designers*. É aqui, nesta manhã de sábado, que encontramos Daudi Were, director de projectos da Ushahidi, a plataforma de fonte aberta (*open source*) especializada em colectar informação dispersa e dar-lhe a forma de um mapa interactivo.

Daudi recorda como tudo começou, em Dezembro de 2007, durante a violência pós-eleitoral no Quénia. Ele assume que o mais importante na inovação não é a tecnologia, mas aquilo que socialmente se pode alcançar através dela.

“Costumamos dizer que a tecnologia é apenas 10 por cento da solução. As interacções, as parcerias, a criação de conteúdos, saber que história contar. Tudo isso joga um papel importante. As nossas redes estão para além da tecnologia. Tudo se resume a estimular a participa-

ção cívica directa, a democratização dos fluxos de informação”.

A seu modo, Ushahidi (testemunho em *Suaíli*) procura ser uma forma de reinventar modelos sociais estagnados e criar novas organizações como forma de resposta a necessidades sociais.

“ELE ASSUME QUE O MAIS IMPORTANTE NA INOVAÇÃO NÃO É A TECNOLOGIA, MAS AQUILO QUE SOCIALMENTE SE PODE ALCANÇAR ATRAVÉS DELA.”

“Transparência, responsabilidade, ligar os cidadãos aos decisores políticos e vice-versa. E não apenas em momentos de crise. Se os cidadãos souberem quem é directamente responsável por esta ou aquela estrada em Nairobi e quanto dinheiro foi ali investido, poderão tomar decisões informadas. Podemos iniciar esse processo com base em informações oficiais. Depois iniciamos um processo de filtragem pela inteligência colectiva”. Têm-no feito por todo o globo: da Somália ao Haiti, de Gaza ao Golfo do México.

INO
VA-
ÇÃO

Inovação s. f. Significa novidade ou renovação. Deriva do termo latino “*innovatio*”, e refere-se a uma ideia, método ou objecto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. Hoje, a palavra inovação é mais usada no contexto de ideias e invenções assim como a exploração económica relacionada, sendo que inovação é invenção que chega ao mercado.

fotografia de SÉRGIO AZENHA
texto de PAULO NUNO VICENTE

INO VA- ÇÃO

A capacidade para inovar é um dos traços primordiais da natureza humana, fundada no seu impulso criador, na necessidade de resolução de problemas e de contornar os obstáculos, que caracteriza o homem. É impossível separar a inovação da história da humanidade, desde a sua origem. Com efeito, a inovação tem acompanhado e marcado de forma decisiva a evolução do homem e do seu viver em sociedade.

Apesar do papel determinante da inovação na História, só recentemente o conceito foi formalizado e estudado de forma sistematizada. Os primeiros estudos sobre o fenómeno surgem na década de 60 do século passado. Se num primeiro momento esta investigação se encontrava quase exclusivamente focada nas questões de ordem científica, nos últimos anos tem-se assistido a um maior enfoque nas questões que dizem respeito ao papel da inovação na economia e seu impacto social. A natureza pluridisciplinar destes estudos torna evidente o carácter transversal da inovação.

Para melhor deslindar a natureza da inovação, importa perceber a sua relação com o conceito de invenção. Segundo Jan Fagerberg, no seu artigo *Innovation – A Guide to the Literature*, “Invenção é a primeira ocorrência de uma ideia para um produto ou processo, enquanto a inovação diz respeito à primeira tentativa de a colocar em prática”. Deste modo, invenção e inovação correspondem a momentos distintos do processo de criação. Tal como também aponta Fagerberg, se a invenção poderá ocorrer em qualquer lado, o mais dos casos nas universidades, a inovação encontra-se mais ligada às empresas e acontece pelo jogo de combinação de diferentes recursos, conhecimentos, capacidades e competências. Assim, mais do que um acto isolado, a inovação resulta de um processo contínuo. Deste modo, o que muitas vezes tomamos como “uma” inovação é fruto da interligação de uma série de inovações.

Joseph Schumpeter, figura maior dos estudos sobre inovação e o seu impacto na economia, define-a simplesmente como novas combinações dos recursos existentes. Atribui a esta actividade uma função empreendedora, dando assim destaque ao papel do inovador enquanto empreendedor na condução deste processo, nomeadamente no que diz respeito à luta que cada um trava contra a inércia e resistência à mudança.

Schumpeter distingue cinco tipos de inovações: novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de fornecimento, exploração de novos mercados, novas formas de organização empresarial. Outra distinção importante que Schumpeter opera diz respeito ao carácter da inovação. A inovação pode assumir uma natureza mais radical ou disruptiva, como por exemplo, com a introdução de um produto totalmente novo, estando assim mais próxima da invenção. Por outro lado, a inovação pode ser de âmbito mais marginal ou adquirir um carácter incremental, como acontece no caso de optimização de metodologias de produção ou organização.

Em qualquer dos casos, a inovação acontece de modo não linear. Diz respeito a um fenómeno complexo, em que não é líquido que as etapas de investigação, desenvolvimento, produção e marketing, tradicionalmente assumidas como as fases do processo de inovação, aconteçam de modo sequencial e estanque.

É um processo cada vez mais aberto, em que é dada maior importância à experiência dos clientes e utilizadores e não apenas ao saber dos cientistas e especialistas. Não é assim um fenómeno exclusivo dos laboratórios, mas joga-se tendencialmente mais no mercado e junto das pessoas.

A inovação tem assumido um papel fundamental nos processos de crescimento económico e concentrado nalgumas indústrias e sectores de actividade. É cada vez mais utilizado como indicador e razão explicativa para diferenças de desenvolvimento entre empresas, países ou regiões. Tal explica o recente enfoque das políticas económicas na promoção da inovação, pois ela é uma trave mestra do crescimento e desempenha um papel crucial na resposta e superação de momentos de crise. Importa agora explorar o carácter inclusivo que esse crescimento económico deve assumir, bem como compreender o papel da inovação não apenas no âmbito económico mas também social.

“A INOVAÇÃO TAMBÉM ACONTECEU E ACONTECE NO DOMÍNIO SOCIAL. MUITO DO QUE HOJE TOMAMOS COMO INDISPENSÁVEL PARA O FUNCIONAMENTO DAS SOCIEDADES FORAM, NA ALTURA DA SUA CRIAÇÃO, TIDAS COMO INOPORTUNAS OU IMPOSSÍVEIS DE REALIZAR.”

A EMERGÊNCIA DA INOVAÇÃO SOCIAL

O entendimento que se tem do conceito de inovação sempre teve um excessivo enfoque nas questões científicas e tecnológicas. É inegável o impacto da valorização da inovação nestes campos, facto que se reflectiu no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços que muito contribuíram para o desenvolvimento da economia. Contudo, a inovação também aconteceu e acontece no domínio social. Muito do que hoje tomamos como indispensável para o funcionamento das sociedades foram, na altura da sua criação, tidas como inoportunas ou impossíveis de realizar. Por vezes, até mesmo desprezadas ou ridicularizadas. Refira-se, por exemplo, a criação dos sistemas nacionais de saúde ou da rede pré-escolar. O que antes era tomado como utópico é hoje um dado adquirido, devido à sua importância na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estes dois exemplos demonstram que a inovação social sempre aconteceu, mesmo quando ainda não era apelidada enquanto tal. A sua recente conceptualização veio não só reconhecer a importância vital da inovação nas questões sociais, como

também atestar a necessidade de incorporação deste conceito na resolução das várias vertentes que as questões sociais podem assumir.

Mas o que é, afinal, inovação social? Geoff Mulgan, no seu texto *Social Innovation: What it is, Why it matters and how it can be accelerated*, define-a como “actividades e serviços inovadores motivados pelo objectivo de responder a uma necessidade social, desenvolvidas e difundidas principalmente por organizações cujas principais propósitos são sociais”. Numa palavra, hoje, como desde sempre, a inovação social acontece quando se encontra uma nova e melhor resposta para uma determinada necessidade social não satisfeita.

Este conceito – Inovação Social – assume, no contexto actual, uma maior importância e pertinência, ao assistirmos à falência dos mecanismos tradicionais de resposta às questões do mundo de hoje, quer em termos económicos como sociais, sendo urgente encontrar novas e melhores respostas que consigam fazer frente aos desafios das sociedades contemporâneas: O aumento da esperança de vida e o consequente progressivo envelhecimento das sociedades obrigam a encontrar novos modelos de trabalho e de segurança social, bem como diferentes modelos de planeamento arquitectónico e urbanístico. A crescente diversidade presente nos países faz com que seja necessário encontrar novas soluções para o ordenamento das cidades que promovam uma efectiva integração. As alterações climáticas exigem que se procure modelos mais sustentados de desenvolvimento.

A inovação demonstra a capacidade do homem de ultrapassar barreiras e superar limites: é esse processo de recombinação e possibilidade de aproveitamento de recursos aplicados à resolução de problemas. A globalização fez com que esse processo pudesse ser realizado à escala mundial. O futuro da inovação passa por promover espaços de colaboração e aprendizagem mútua, envolvendo países em diferentes momentos de desenvolvimento, e fomentar modelos mais equitativos de crescimento, colocando-o ao serviço da sustentabilidade e justiça entre gerações.



Muro que separa os palestinianos residentes em Belém do resto do mundo.

COMBATER O ÓDIO, NÃO O INIMIGO

O palestino Aziz Abu Sarah tinha 10 anos quando o irmão mais velho morreu depois de torturado numa prisão israelita. O judeu Kobi Skolnick foi, assim se definiu, “um colono ultra-ortodoxo, radical e extremista”, a quem os árabes mataram 16 companheiros no Exército. Ambos estavam obcecados com a vingança. Hoje, são guias turísticos numa agência em que cada um descreve uma narrativa pessoal e histórica do conflito. Aziz, 35 anos, galardoado em 2011 pela *National Geographic* como *Emerging Explorer*, é co-fundador da MEJDI (Middle East Justice and Development Initiative), projecto para promover a paz na região através de um “turismo sustentável de apoio às populações locais”. O momento em que decidiu que o seu combate seria contra “o ódio, o medo e a ignorância” surgiu nas aulas de hebraico na universidade. “Só conhecia soldados e colonos. Pela primeira vez, não me trataram como ameaça, e quis conhecer o inimigo.” Juntou-se a uma associação de israelitas e palestinos com familiares mortos em atentados e operações militares. Visitou o Museu do Holocausto Yad Vashem. Alugou a *Lista de Schindler...* “Reconhecer o sofrimento do outro não me obriga a abdicar dos meus direitos. A dor não se esquece, mas temos de aprender a canalizar a raiva. É como a energia nuclear: podemos usá-la para destruir o mundo ou para gerar electricidade.”

Em 2011, um grupo de judeus norte-americanos pediu à MEJDI alojamento num campo de refugiados, em Belém, pagando o preço de um hotel. “Após dois dias e duas noites, “que incluíram fumar narguilé a olhar as estrelas, foi comovente a despedida”, contou Aziz. “Nunca tinha visto palestinos abraçados a judeus e a chorarem por estes dei-

xarem as suas casas.” Kobi, 31 anos, que pertenceu ao ilegalizado movimento terrorista Kach, mudou de rumo quando era militar paramédico. “Não consegui salvar três crianças feridas por um atirador e, revoltado, acelerei o carro para atropelar palestinos desarmados”, revelou. “Um amigo gritou-me: ‘O que estás a fazer?’ Fui, então, em busca de respostas.”

“AZIZ E KOBI NÃO QUEREM QUE OS TURISTAS TENHAM DE ESCOLHER ‘QUEM DEVE MATAR QUEM’, MAS SIM QUE AJUDEM ‘A ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO DE JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO.’”

Aziz e Kobi não querem que os turistas tenham de escolher “quem deve matar quem”, mas sim que ajudem “a encontrar uma solução de justiça e reconciliação para o problema”. Um dia, num passeio por Hebron, na Cisjordânia ocupada, Kobi disse: “Alvejei esta casa quando estava na tropa.” Aziz informou-o: “Aqui vive o meu primo.” Kobi sentiu que tinha de pedir desculpa. No final, sentaram-se os três, “a tentar perceber a mente de um fanático”.

JUS- TIÇA

Justiça s. f. Do latim “iustitia”, por via semi-erudita, diz respeito à igualdade de todos os cidadãos. É o princípio básico de um acordo que objectiva manter a ordem social através da preservação dos direitos na sua forma legal (constitucionalidade das leis) ou na sua aplicação a casos específicos da sociedade (litígio).

*fotografia de NUNO FERREIRA SANTOS
texto de MARGARIDA SANTOS LOPES*

JUS- TIÇA

O conceito de justiça aponta para um conjunto de princípios que orientam a vida de grupos sociais, definindo o que está certo ou o que está errado; associado ao conceito está igualmente a noção de direito, ou seja, de um conjunto de normas socialmente legitimadas e que são aplicadas na resolução dos litígios que afectam as sociedades, como forma de manter a ordem. A justiça, enquanto conceito polissémico, aponta igualmente para o respeito à igualdade - independentemente do género, classe social, raça, etnia, religião - de todos perante as normas que regem uma dada sociedade. Aceder à justiça e ao direito significa a conquista da cidadania e alcançar o estatuto de sujeito de direito e de direitos. O acesso à justiça e o uso do direito actuam, no seu conjunto, como elementos reparatórios das desigualdades sociais, contribuindo para o respeito pela dignidade humana e democratização da democracia (Santos, 2006, 2007).

Garantir o acesso à justiça e ao direito, em qualquer sociedade, significa que os seus membros conhecem os seus direitos, e que não se conformam quando se sentem lesados; significa igualmente que desfrutam dos requisitos para vencer os custos e as múltiplas barreiras para aceder ao direito e aos meios mais adequados e legitimados: os tribunais judiciais nalguns casos, ou a outras instâncias consideradas socialmente legítimas para a resolução dos seus litígios.

No campo da teoria jurídica e da filosofia do direito, a justiça e o direito circunscrevem-se exclusivamente ao direito e ao sistema judicial sancionado oficialmente pelo Estado: o direito oficial e o sistema judicial formal. Porém, como referido, estão vigentes muitos outros conhecimentos jurídicos – tradicionais, populares, camponeses, modernos, indígenas, etc. – que se moldam em práticas jurídicas e judiciais protagonizadas por cidadãos comuns, não profissionais do direito. Tais práticas podem não ser consideradas oficialmente, pelo Estado, como jurídicas ou judiciais, mas de uma perspectiva socio-cultural têm estruturas e cumprem funções semelhantes (Santos, 2003). O alerta para estes elementos e práticas é fundamental quer para compreender as representações e práticas dos cidadãos, quer para compreender o próprio direito do Estado, oficial, e a ciência jurídica que sobre ele se produz. Um e outra são fenómenos sociais que actuam, muitas vezes, em rede com os outros conhecimentos jurídicos e judiciais não profissionais, e as instituições em que estes funcionam.

Se bem que o conceito de justiça esteja associado ao conceito de direito, como a faculdade de julgar – interpretar e decidir sobre um dado litígio – de acordo com as normas locais, estas são predominantemente vistas, no contexto do moderno Estado-nação, como as leis do Estado. A justiça é pois, por vezes, identificada apenas com o conjunto de órgãos que compõem o poder judiciário. Este último aspecto resulta do mito criado pela ideia de Estado-Nação, do Estado como a única fonte legítima de direito. Ou seja, num sentido ideal, todos os cidadãos estão sujeitos à mesma lei, todos estão em igualdade de circunstâncias para recorrer a um tribunal de justiça, onde todos têm o direito de ser julgados com base numa mesma normatividade.

Porém, o direito reflecte uma variedade de fenómenos sociais. Quando uma sociedade apresenta mais do que uma fonte viável de direito ou de ordem jurídica está-se perante uma situação de pluralismo jurídico. O fenómeno do

pluralismo jurídico é concomitante com o pluralismo sociocultural, e portanto, com o pluralismo de conhecimentos. Corpos jurídicos co-existentes podem abranger diferentes espaços geográficos e políticos, assim como longas sequências temporais, muito além do que é formalmente reconhecido. As próprias demarcações entre os sistemas de justiça variam de forma complexa, dependendo nas suas formas e utilidades do papel que os diferentes actores sociais envolvidos atribuem a estes sistemas. As ordens jurídicas (e não apenas as leis do Estado) podem ou não reconhecer outras ordens de diversas maneiras, construindo redes de relações que podem, potencialmente, influenciar actores sociais diversos (Meneses, 2012).

“O ACESSO À JUSTIÇA E O USO DO DIREITO ATUAM COMO ELEMENTOS REPARATÓRIOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, CONTRIBUINDO PARA O RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA E DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.”

Sociedades como a portuguesa, a brasileira, a angolana, ou a moçambicana apresentam situações de diversidade cultural próprias. Porém, em todas elas, o Estado moderno independente apostou na ideologia do centralismo jurídico. Nos dois últimos casos, as reformas legais que acompanharam os anos revolucionários que se seguiram às independências procuraram criar uma cultura legal homogênea com base nas leis do Estado, uniforme para todos os cidadãos. As reformas jurídicas, que pretendiam gerar esforços para se abolir a diferença entre cidadãos colonizadores e súbditos coloniais geraram, em simultâneo, uma atitude de indiferença para com a pluralidade das culturas jurídicas existentes, situação que tem conhecido mudanças nos últimos anos. Em poucas palavras, estes Estados aceitaram, como legítimos, normas instituições jurídicas importadas com grandes benefícios para os empreendedores dessa actividade, perpetuando a situação de definição do funcionamento da justiça e do direito a partir das matrizes definidas nos países do norte global, a serem usadas para todos os outros países e culturas. As disparidades encontradas entre o modelo de referência e as situações de funcionamento do direito e da justiça foram sendo analisadas como situações particulares ou distorções, condições negativas só mitigáveis através de uma aproximação ao modelo (Meneses e Lopes, 2012).

Quer no caso de Angola, quer no de Moçambique, a título de exemplo, em termos de pluralismo jurídico, o que salta aos olhos é a sua enorme riqueza e complexidade. Nestes países funcionam várias ordens

jurídicas e sistemas de justiça. Num segundo plano, assiste-se a uma intensa interpenetração e/ou contaminação recíproca entre essas diferentes formas de direito e de justiça, reflectindo situações de hibridação jurídica. Ao nível das percepções dos indivíduos e dos grupos sociais sobre a justiça e o direito, estas situações traduzem-se em formas de interlegalidade (Santos, 2003). O direito e a justiça, por que se orientam e mobilizam no seu quotidiano, são feitos de vários direitos e justiças, uns usados preferencialmente na família, outros na comunidade, outros no mercado, outros no trabalho e outros, ainda, no espaço público da cidadania. Assim, a análise dos processos de negociação e apropriação dos vários sistemas de justiça que incluem a apropriação das instâncias e sua transformação para servir os interesses das comunidades alertam para a complexidade e vitalidade contemporâneas.

No seu conjunto, no início do séc. XXI, estas experiências, alternativas à justiça oficial e formal, apontam para a possibilidade de construção de um sistema de justiças mais humano, próximo, efectivo e democrático, onde a justiça é feita com o povo e para o povo. E este processo exige que o Estado decida como lidar (apoiar? desqualificar? ignorar?) com os sistemas de justiça presentes. Importa também ter em mente que a ideia de um Estado cuja constituição assente no reconhecer do carácter multicultural da sua justiça sugere claramente que a correspondência homónima entre nação e Estado não é possível nem necessária. A nível das comunidades, cujas várias instâncias participam, com o Estado, na resolução de litígios, estas têm vindo a desenvolver práticas de justiça cuja inspiração assenta nas suas referências culturais tradicionais, agora ampliadas em função das exigências contemporâneas, incorporando princípios globais de direitos humanos nos sistemas de justiça que se renovam em permanência.



Carrupé, arredores de Nampula, Moçambique, Março de 2004.

CÉSAR SCHOFIELD CARDOSO:
"SOMOS UNS E OUTROS, UMA
COISA NOVA"

"Tenho a sensação que, uma vez conquistada a independência, ficamos órfãos de causas, como se não houvesse mais batalhas a travar. A primeira libertação é, paradoxalmente, desses conceitos confusos como a criouldade, que nos obriga a inventariar, catalogar, classificar, definir quem é e quem não é. É a libertação da história violenta, traumática, errónea e rancorosa, para assumirmos tudo o que somos na actualidade.

O mundo todo se tornou crioulo ou vai tornar-se muito rapidamente ou se ainda não se tornou é porque subsistem bolsas de resistência anacrónicas.

A utopia é contagiante. Quando competentemente utópica, muda realmente as coisas, carrega pessoas com ela. Do ponto de vista social e cultural, a utopia é um verdadeira resistência ao pensamento que nos diz que as coisas são como são (más), devem ser assim e vão continuar a ser assim. É preciso negar a fatalidade da desgraça humana e afirmar com muita força que existem soluções mais equilibradas e até mais inteligentes.

A utopia da liberdade, para mim, é exigir mais educação e mais cultura, mais partilha e mais tranquilidade de espírito para resolver as dificuldades, mais criatividade e mais inteligência. Liberdade não é o contrário de estar preso; é a capacidade de se realizar totalmente nas capacidades da pessoa.

Acho sempre interessante a afirmação da criouldade que diz "nem uns, nem outros, somente crioulos" porque entra em completa contradição com o próprio conceito de criouldade, que é inclusiva e devia ser formulado assim: "somos uns e outros, uma coisa nova".

Criouldade é formar culturas novas. Sim, utopia! Há causas a criar: umas parecerão

utópicas, pela sua aparente inalcançabilidade, mas há outras que são mais concretas: cultura e desenvolvimento são sinónimos. Não existe nenhuma sociedade até hoje que se tenha desenvolvido sem o desenvolvimento da Cultura. E quando dizemos Cultura, temos de falar do básico, Educação. Parece infantilmente óbvio. Estou completamente convencido de que a Arte é a catarse de que precisamos."

"A UTOPIA DA LIBERDADE,
PARA MIM, É EXIGIR MAIS
EDUCAÇÃO E MAIS CUL-
TURA, MAIS PARTILHA E
TRANQUILIDADE, MAIS
CRIATIVIDADE E MAIS
INTELIGÊNCIA."

KRI-
OL

Kriol [Crioulo] s. m. Descendente de europeus nascido na América; negro nascido no Brasil; pessoa, animal ou vegetal, próprio de certas localidades; língua, originada pelo contacto de uma língua europeia com a língua nativa de uma região, que se tornou língua materna de uma comunidade; língua de base lexical portuguesa, falada em Cabo Verde ou Guiné-Bissau, que engloba diferentes variedades; linguagem de crioulo.

*fotografia de FERNANDO VELUDO
texto de PAULO NUNO VICENTE*

KRI- OL

Nasci em Cabo Verde, o crioulo é minha língua materna e o português, minha língua segunda. Aprecio a cachupa, tomo um grogue de cana para secar o calor ou combater o frio, assisto ao Kriol Jazz, na Praia, ao teatro no Mindelo e Kolá San Jon em Santo Antão. Gosto de ler e dizer o que penso e, acima das linhas da pobreza onde vivo, sinto que acrescentar isto ou aquilo à lista dos meus pertences só interessa se faz falta, porque não desejo ser reconhecido pelo que tenho, mas pelo que sou.

Entro no projecto pela janela do k perguntando se existe alguma relação entre o que digo, o kriol e a kultura? Sim, em defesa do significado das palavras como valor, porque diz Rob Rieman, o que não está na aparência, permanece no fundo. O que conta não é aquilo que visualmente separa o c do k, porque kriol e crioulo, kultura e cultura, dizem as mesmas coisas em línguas diferentes. E se cada comunidade opta por esta ou aquela grafia por força do seu destino, aqui, a escrita de crioulo e cultura com c fica justificada com o argumento de que o abecedário se escreve em português. Aliás, a letra k existe no alfabeto português para inscrever palavras de origem estrangeira, podendo ler-se como proposta de abertura ao outro e à criouldade enquanto cultura cosmopolita de novas opções.

CULTURA E IDENTIDADE

Na perspectiva do Iluminismo europeu, esse movimento que no século XVIII confiou totalmente na razão, na liberdade do pensamento e na cidadania, cultura opõe-se à barbárie e é culta a pessoa que adquire invulgares conhecimentos da literatura, das artes e das ciências. Já no seu famoso Leviathan, escrito no século XVII, Thomas Hobbes definia cultura como educação e refinamento do espírito.

A Antropologia, ciência com vocação para estudar o ser humano como um todo, dá uma definição geral de cultura como o conjunto de costumes, valores e ideologias de uma sociedade identificada no cruzamento do espaço com o tempo. No sentido mais aberto, cultura e identidade incluem os conhecimentos, as crenças, as artes, a moral, as leis, os costumes, os comportamentos e os hábitos adquiridos pelo indivíduo enquanto membro de uma comunidade, circunstância que confere à alteridade o estatuto de definidor.

Todavia, o consenso sobre os significados da polissémica palavra não basta para evitar a controvérsia sobre a natureza e a função da cultura. Edward B. Tylor (1832-1917), por exemplo, considerou que cultura evolui das sociedades selvagens para o mundo civilizado. Um pouco mais tarde, Franz Boas (1858-1942) defendeu o paralelismo das zonas culturais em que o mundo se divide, exprimindo a sua originalidade através de estilos particulares. Esta diversidade de manifestações ou estilos seria um factor de enriquecimento.

Os discípulos de Boas acrescentaram à teoria do paralelismo e da unidade o princípio da integração na sociedade através da aprendizagem de modelos que variam entre comunidades e gerações. Hoje, a declaração de uma cultura como património da Humanidade expressa o reconhecimento do valor de um universo de símbolos que antecede e transcende cada um de nós.

Os americanos, os cabo-verdianos, os chineses, os franceses, os japoneses, os tuaregues do Mali, os polacos e os sírios têm línguas, hábitos, crenças, leis e condutas diversas num dado momento e ao longo do tempo. Dirão alguns que é a identidade de cada povo, uma qualidade do que permanece igual

a si próprio, mas ao fazê-lo trazem para a discussão um termo armadilhado, que pressupõe o fechamento em épocas e fronteiras no interior das quais uma pessoa ou um grupo afirmam as suas marcas de pertença exclusiva a uma classe, raça, sexo ou religião, sem ter em conta o outro nem as transformações históricas e as consequências da interacção social e cultural.

Bronislaw Malinowski deu um novo impulso à Antropologia, enfatizando o trabalho de campo e a teoria científica, nos termos da qual a organização é um imperativo da vida em sociedade e tem a função de satisfazer necessidades biológicas, psicológicas e sociais. A análise funcionalista da experiência de terreno permitiu a Amílcar Cabral elaborar a teoria da libertação como acto de cultura, uma defesa argumentada da relação necessária entre cultura, liberdade e desenvolvimento.

“A CULTURA COMO DIMENSÃO
SIMBÓLICA DA EXISTÊNCIA SO-
CIAL DE CADA POVO, ARGAMASSA
INDISPENSÁVEL A QUALQUER
PROJECTO DE NAÇÃO E FACTO
GERADOR DE RIQUEZA.”

IDENTIDADE E CRIOLIDADE

A reflexão sobre as transformações e as consequências da interacção social nas culturas sublinha a lógica das múltiplas pertenças. Neste sentido, a ambivalência, o hibridismo e a mestiçagem inscrevem-se nas dinâmicas de integração e tendem a ultrapassar, pela conversação, a simples coexistência hostil e o essencialismo promotor de conflitos. Patrick Chamoiseau e os seus companheiros das Antilhas, do Brasil e da Martinica apresentam a criouldade como um agregado de elementos culturais que a História reúne no mesmo espaço para reinventar a vida. Para o historiador angolano Marcelo Bittencourt o crioulo tanto pode ser um indivíduo negro, como branco ou mulato. É a presença de cultura africana ou europeia lado a lado no seu comportamento que o irá caracterizar como tal. E o escritor José Eduardo Agualusa, o mais conhecido revelador do fenómeno angolano, esclarece que culturas crioulas são mestiças e estas são centenárias.

Na verdade, crioulos já não são os indivíduos, os animais e as plantas trazidas pelos europeus do século XV às várias partes do mundo, nem os filhos deles aí nascidos, nem sequer os sistemas linguísticos resultantes do contacto das suas línguas com as línguas das populações de outras paragens. “Tendo em conta a permanente reciclagem de si mesma que é a vida de qualquer povo” como sugere Eduardo Lourenço, duas asserções parecem lícitas: a identidade é dinâmica e a cultura é constitutiva da vida em sociedade. Criouldade, por sua vez, deixou de ser um fenómeno circunscrito a determinadas ilhas e áreas

continentais para ser uma tendência universal e uma nova utopia, que Lewis Mumford situa entre a loucura e a esperança na Terra do Nunca.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

O descontrolo a que o mundo chegou acrescenta à discussão sobre as diferenças entre o crescimento e o desenvolvimento a dimensão cultural, que assume crescente destaque nas agendas. A ideia é de que os dois termos não se confundem nem se excluem. Em teoria, desenvolvimento é cada vez mais encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social, pressupondo o aumento da riqueza através do crescimento económico.

Na perspectiva de desenvolvimento como expansão da liberdade, Amartya Sen actualiza as quatro liberdades e ameaças de Franklin Roosevelt (liberdade de expressão e de religião contra a penúria e o medo) e convoca a cultura como dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projecto de nação e facto gerador de riqueza, na expressão de Gilberto Gil.

O desenvolvimento não é inerente à vida em sociedade. Em função do poder político, pode acontecer ou não, cabendo aos segmentos organizados da sociedade promover a cultura das comunidades e a pedagogia da participação. E a acção colectiva é a forma de participação local e nacional que mais se tem afirmado à escala mundial como complemento e contrapeso dos partidos políticos e dos Estados na procura de mais liberdade e democracia.



*Guilhermino, aluno da Escola Primária de Cabanelas, Vale de Cambra a brincar no recreio com um réptil. Na velha escola, cravada na serra, sem condições e com 11 alunos e uma professora, existia muito afecto e liberdade. Encerrou em 1998.
Abril, 1994*

AMADOU AGORA JÁ NÃO TEM "MEDO NA CABEÇA"

Amadou veio da Serra Leoa, tem 17 anos. No Centro de Acolhimento para Refugiados, no concelho de Loures, a grande maioria são adultos, mas há menores que chegaram a Portugal sozinhos e que encaixam na categoria burocrática de "menores desacompanhados" - crianças ou adolescentes que, como Amadou, não têm família ou, também, que não sabem se ainda têm família.

Amadou é um adolescente robusto que entra com passada assertiva no centro de refugiados com uma mochila verde às costas, o único objecto que trouxe consigo para Lisboa, onde veio pedir que o protegessem porque mais ninguém o podia fazer por ele. Do pai ouviu apenas contar que morreu na guerra civil da Serra Leoa, a mãe morreu tinha ele cinco anos. Escolheu Portugal porque "sabia que era um país democrático", e, por ser "perto de África", não iria estranhar o clima. Assim foi.

A pergunta parece cliché mas é quase como se o seu sorriso estivesse a pedi-la: "És feliz?". "Sou muito feliz", diz, como se aquele fosse o início de uma sucessão de outros momentos felizes que se vão seguir na sua vida em Portugal, que incluirão "tirar um curso, ter um bom trabalho, gostava de ser mecânico". As razões para se sentir feliz têm a ver com o facto de no centro se sentir protegido. "Sei que não vai vir ninguém para me levar para a floresta." Parece um medo estranho neste edifício localizado num subúrbio onde as árvores escasseiam. Os seus colegas da escola também não percebem quando lhes fala do seu medo. "Para eles é muito estranho. Há alguns que nunca saíram de Lisboa, que nem sequer viram uma floresta. Eles não sabem o que é ter medo na cabeça".

Quando a guerra civil rebentou na Serra

Leoa, a mãe fugiu com ele mas morreu era ele pequeno, e ele acabou por ter que voltar à sua aldeia natal na Serra Leoa, Kombayembeh, onde vivia com conhecidos. Foi aí, num dia à noite, que o agarraram e o levaram para a floresta, tal como fizeram com os muitos rapazes da sua idade que com ele partilharam aqueles dois meses em que quase todos os dias tentou fugir, até conseguir.

"OS SEUS COLEGAS DA ESCOLA TAMBÉM NÃO PERCEBEM QUANDO LHE FALA DO SEU MEDO. 'PARA ELES É MUITO ESTRANHO. HÁ ALGUNS QUE NUNCA SAÍRAM DE LISBOA, QUE NEM SEQUER VIRAM UMA FLORESTA.'"

Na floresta, a sociedade secreta Poro organiza rituais de iniciação para os jovens adultos que incluem marcar-lhes o corpo com incisões. Amadou arregança as calças e mostra pequenas cicatrizes brancas na pele negra. Conta que se era apanhado depois de uma fuga, um dos rituais "de feitiçaria" os obrigava "a saltar em cima de fogueiras, alguns queimavam-se".

No início ainda "tinha dois pensamentos", que é a forma como explica a sua vida de segurança em Portugal e o medo de que o viessem buscar de novo. Agora sabe que não é assim. "Estou aqui, posso sair, é tudo diferente". No quarto que partilha com desconhecidos sente-se livre do medo. Mais ninguém o vai levar para a floresta.

A PARTIR DE REPORTAGEM PARA O JORNAL PÚBLICO A 15 DE MARÇO DE 2012.

LI-
BER-
DADE

***Liberdade** s. f. Em filosofia, pode ser compreendida tanto negativa quanto positivamente. Sob a primeira perspectiva denota a ausência de submissão, servidão e de determinação; isto é, qualifica a independência do ser humano. Na segunda, liberdade é a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional; elemento qualificador e constituidor da condição dos comportamentos humanos voluntários.*

fotografia de ADRIANO MIRANDA
texto de CATARINA GOMES

LI- BER- DADE

Poucos conceitos têm gerado definições tão distintas como a liberdade. Os significados antagonicamente distintos atribuídos ao termo liberal – que lexicalmente significa “partidário da liberdade” – no discurso político nos dois lados do Atlântico ilustram bem este ponto. Nos Estados Unidos, a descrição de alguém como “liberal” será em geral interpretada como indicando um defensor de maior intervenção do Estado na economia, enquanto o seu homónimo europeu tenderá a ser visto como alguém que defende exactamente o oposto.

Nesse sentido, a liberdade é um bom exemplo daquilo que W. B. Gallie classificou como um “conceito essencialmente contestado”. Conceitos essencialmente contestados podem ser definidos como aqueles onde as preferências normativas, associadas a outros factores, levam a definições substantivamente distintas do mesmo conceito por parte de diferentes pessoas, sem consenso entre estas sobre o seu significado.

Neste texto analisamos brevemente o debate em torno do conceito de liberdade antes de examinar a sua relação com o desenvolvimento. Nesta relação sobressaem duas conclusões centrais. A primeira prende-se com a definição de liberdade: situar o conceito de liberdade no contexto do desenvolvimento ajuda a resolver uma parte substancial do debate filosófico em torno da sua definição. A segunda conclusão tem a ver com as implicações da liberdade para o desenvolvimento. Como se irá argumentar, a liberdade desempenha neste um papel central – quer enquanto meio *para* o desenvolvimento, quer enquanto um *fim* em si mesmo do desenvolvimento.

Como definir liberdade? Gerald MacCallum oferece uma definição global do conceito enquanto a ausência de condições impeditivas sobre um agente para que este realize determinados fins. A liberdade envolve então uma relação triádica: entre o agente; as condições impeditivas que sobre ele incidam; e aquilo que ele pretende realizar. Para usar a fórmula de MacCallum, liberdade significa que “ x é livre de y para fazer ou tornar-se z ”, com x a indicar o agente; y as “condições impeditivas como constrangimentos, restrições, interferências ou barreiras”; e z a ser constituído pelas possíveis “acções ou condições de carácter ou circunstância”.

Se esta definição é (largamente) incontestada, as dificuldades surgem em termos da definição do que constituem cada um destes três elementos. O debate filosófico em torno do âmbito dos vértices desta tríade é extenso – e ajuda a explicar por que motivo a liberdade é um conceito essencialmente contestado. Por exemplo, devemos considerar alguém que realiza uma acção baseada em informação insuficiente ou errada como sendo realmente livre quando encetou essa acção? E o que constitui a ausência de “condições impeditivas”? Será simplesmente a ausência de restrições e barreiras sobre o agente (por exemplo, leis que impeçam determinada acção); ou será também a ausência dos meios que permitem a acção?

Mais que o debate abstracto e filosófico, importa situar a liberdade no contexto do desenvolvimento. Será a ausência de restrições sobre o agente suficiente para assegurar a sua liberdade? Tomemos como exemplo um camponês na África subsariana que vê falhar a colheita que o sustenta. Quanto este aceita um empréstimo com taxas usurárias – que quase certamente limitam a sua

capacidade de alimentação posteriormente – dificilmente consideraríamos a sua escolha livre, quando a alternativa ao empréstimo é não se poder alimentar (e, no limite, conseqüentemente não poder sobreviver). O mesmo se aplica em termos da definição da escolha do agente. Serão todas as decisões dos agentes realmente livres? Vários estudos indicam que a mutilação genital feminina é propiciada, entre outros factores, pela crença que esta é uma prática benéfica (por exemplo, por questões de higiene). Na ausência de informação, podemos considerar como *livre* a decisão de uma mãe de permitir a mutilação genital das suas filhas?

“O DESENVOLVIMENTO DEVE ALARGAR O ÂMBITO DAQUILO QUE AS PESSOAS PODEM FAZER – AS SUAS LIBERDADES SUBSTANTIVAS, QUE ALARGAM O ÂMBITO DE ESCOLHAS E CAPACIDADES DO SER HUMANO.”

A análise anterior sugere uma clara articulação entre liberdade e desenvolvimento, com a ausência de desenvolvimento a limitar de forma significativa a liberdade dos indivíduos. Neste sentido, e para citar o título do seu célebre livro, Amartya Sen propõe *o desenvolvimento como liberdade*. Para Sen, o “alargamento da liberdade” é o “fim fundamental” do desenvolvimento, no sentido em que este último constitui “um processo de alargamento das verdadeiras liberdades que as pessoas usufruem”.

Nesta análise, o subdesenvolvimento caracteriza-se pela ausência de liberdade, que limita a capacidade do ser humano de viver a sua vida de um modo (que considere) adequado. Assim, da mesma forma que “a utilidade da riqueza reside naquilo que ela nos permite fazer”, o desenvolvimento deve alargar o âmbito daquilo que as pessoas podem fazer – as suas liberdades substantivas. Estas incluem não só aspectos nucleares da sobrevivência humana, como estar livre da fome, da desnutrição ou da mortalidade prematura provocadas pela pobreza económica; mas também as liberdades que alargam o âmbito de escolhas e capacidades do ser humano, como a educação, as liberdades civis e políticas, a ausência de desigualdades de género (que limitam as liberdades das mulheres), a segurança e a paz.

Como se pode inferir, esta definição de liberdade é relativamente ampla, centrando-se não apenas na liberdade de processos – em termos de ausência de restrições sobre o ser humano – mas também em termos das oportunidades que lhe são dadas. Neste sentido, Sen

considera cinco ‘tipos’ de liberdade centrais para o desenvolvimento: as liberdades políticas; as disponibilidades económicas; as oportunidades sociais; as garantias de transparência; e a segurança protectiva. Ao mesmo tempo, Sen considera estas liberdades não só como fim mas também como “o principal meio para o desenvolvimento”, na medida em que estão profundamente interligadas e se reforçam mutuamente. Como frisa, “as liberdades políticas tais como liberdade de expressão e eleições promovem a segurança económica” – uma ligação evidenciada pela inexistência de fomes em democracias, ao contrário do que aconteceu em contextos onde a participação dos cidadãos era limitada, senão mesmo inexistente, seja por dominação colonial ou pela natureza não-democrática do regime. De igual modo, “as oportunidades sociais, como a educação ou acesso à saúde”, alargam não só as disponibilidades económicas mas também a participação política; e estas, por sua vez, melhoram não só a condição individual como também os recursos públicos para serviços sociais. De igual modo, a transparência ajuda a combater a corrupção, um factor limitador das demais liberdades; enquanto que a segurança protectiva refere-se aos mecanismos que visam assegurar a protecção social em situações de vulnerabilidade, preservando assim as demais liberdades.

Uma nota final para as implicações desta perspectiva. Como Sen frisa, colocarmos a liberdade no centro do desenvolvimento obriga-nos também a repensar a nossa visão do processo de desenvolvimento. A liberdade no contexto do desenvolvimento implica assim vermos os países parceiros – e os seus cidadãos – não como meros “recipientes passivos dos benefícios dos programas de desenvolvimento” mas antes como agentes que “podem de facto moldar o seu próprio destino”. E não será permitir isto, em última análise, o propósito do desenvolvimento?



Vêm de muitos cantos da África subsariana. O seu primeiro objectivo é encontrar um lugar nas famosas pirogas que os podem aproximar da Europa. Até lá chegarem, percorrem milhares de quilómetros numa viagem atribulada por terra. Para os afortunados que sobrevivem à prepotência dos traficantes ou ao infortúnio dos naufrágios, a chegada à Europa representa muitas vezes o início de novas dificuldades. De comum a todos os sobreviventes da migração iniciada no coração da África, há o estatuto da clandestinidade.
Texto de Amílcar Correia

UM GUINEENSE DO TOGO

Fafali, togolês, formado em História na Universidade de Lomé e doutorado em Ciências Políticas na Suíça, chegou à Guiné-Bissau em 1990, “por uma afectação para o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] como Encarregado do Programa dos Voluntários das Nações Unidas. Tinha uma missão inicial de dois anos”. Durante este tempo conheceu dois outros investigadores, a Teresa e o Raul, duas pessoas que acabariam por ser determinantes na sua permanência em Bissau. Da relação com os dois investigadores “nasceu a ideia de que eu poderia ir reforçar a equipa do Centro de História e Antropologia no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa [INEP]”. Em 1992 o togolês abandonou o PNUD para ir trabalhar no INEP como investigador.

Koudawo confessa que o primeiro contacto com a Guiné-Bissau foi um choque. “A pobreza da Guiné contrastava imenso com a opulência material da Suíça, país onde acabava de passar dez anos. Tive algumas dificuldades a superar a falta permanente de luz e água. “Luz bai, luz bin, iagu ka ten foram as primeiras palavras crioulas que aprendi”, confessa.

Mas rapidamente a ligação ao país de Amílcar Cabral intensifica-se, “amei logo a calma do país naquela altura, a simplicidade da gente, amei o verde da paisagem e a riqueza cultural. Depois de dez anos passados na Suíça, a Guiné-Bissau foi para mim um agradável mergulho no banho da África.” O contacto com a realidade guineense remeteu Fafali à sua infância vivida no Togo, “senti na Guiné a trama da unidade cultural das civilizações da África ocidental”.

Decide ficar no país que o acolhera. Hoje exerce o cargo de Reitor da Universidade Colinas de Boé, fundou e di-

rige um jornal, o Kansaré. Colaborou na criação da editora guineense Kusimon, e dirige uma ONG, “Voz di Paz”. Tem tempo ainda para colaborações com rádios e jornais locais: “faço a vulgarização científica em história africana em várias rádios. Comunico pela rádio em crioulo, uma língua riquíssima que adoro e ensino na Universidade, em português. Trabalho diariamente mais em português que em qualquer outra das línguas que domino.

E exalta a diversidade como o grande trunfo do povo guineense, “rico na sua diversidade cultural, complexo na sua organização social. Neste sentido, penso que há vários povos guineenses, e isto é que faz a riqueza do país”.

Quando o referimos como exemplo da migração Sul-Sul, o togolês de 58 anos de idade diz que “é a forma de mobilidade que vai melhor repartir as competências entre países que têm níveis similares ou próximos de desenvolvimento. É um enriquecimento mútuo, uma via de aproximação entre povos que têm semelhanças na abordagem do dia-a-dia”.

“O TOGOLÊS DE 58 ANOS DIZ QUE A MIGRAÇÃO SUL-SUL ‘É A FORMA DE MOBILIDADE QUE VAI MELHOR REPARTIR AS COMPETÊNCIAS ENTRE PAÍSES QUE TÊM NÍVEIS SIMILARES OU PRÓXIMOS DE DESENVOLVIMENTO.’”

MI -GRA ÇÕES

Migrações s. f. Migrações humanas tiveram lugar, em todos os tempos, e numa variedade de circunstâncias. Têm sido, tribais, nacionais, internacionais, de classes ou individuais. As suas causas podem ser políticas, económicas, religiosas, étnicas ou por mero amor à aventura. As suas causas e resultados são fundamentais para o estudo da etnologia, história política ou social, e para a economia política.

*fotografia de NELSON GARRIDO
texto de WALDIR ARAÚJO*

MI -GRA ÇÕES

As migrações são um acto individual e, ao mesmo tempo, colectivo. São uma realidade individual porque migrar é sempre o resultado de uma acção pessoal. O movimento migratório é desencadeado em resultado de uma decisão, tomada com maior ou menor grau de liberdade, e afecta a vida futura de um indivíduo. São uma realidade colectiva porque todos os actos pessoais podem ser explicados a partir de um enquadramento mais amplo. Tanto quando as migrações são voluntárias, como quando são forçadas, todas as deslocações podem ser entendidas no seu contexto colectivo. Por outras palavras, tanto podemos observar as migrações sob uma perspectiva individual (por que migrou?, como se adaptou?, o que sofreu?, o que mudou na sua vida?), como sob uma perspectiva colectiva (o que levou tantos a migrar?, como foram acolhidos?, como se apoiaram mutuamente?, o que mudou nas suas vidas?).

Migrar significa, etimologicamente, mudar de residência. Os estudiosos têm acrescentado alguns atributos ao conceito, de forma a que não se possam confundir a mudança de residência no interior de uma mesma cidade, com uma deslocação para um país a milhares de quilómetros de distância. A migração possui uma tripla dimensão: geográfica, temporal e social. A dimensão geográfica resulta de haver, necessariamente, uma deslocação no espaço. A dimensão temporal prende-se com o carácter duradouro ou episódico do movimento: apenas as deslocações com alguma duração são relevantes, sendo excluídos movimentos breves e circunstanciais (por exemplo, o turismo). A dimensão social está ligada à mudança de meio social. Um migrante, na verdadeira acepção da palavra, muda de local de residência, trabalho e lazer, muda de ambiente social e cultural e, muitas vezes, de língua. É a ruptura social associada à migração que a torna, por vezes, tão penosa.

Um outro vector habitualmente acrescentado ao conceito é a dimensão política. Isso acontece porque devemos distinguir as migrações internas, que sucedem no interior de um Estado-nação, das migrações internacionais, que implicam a transposição de uma fronteira. Mesmo se muitas migrações internas envolvem rupturas violentas, como as deslocações do campo para a cidade, as migrações internacionais implicam outros desafios. É necessário obter autorização política para a deslocação (um visto ou uma autorização de residência); é necessário respeitar uma nova lei; é necessário enfrentar a perda de direitos que decorre da condição de estrangeiro; e é necessário enfrentar a reacção dos nacionais perante os estrangeiros.

Por que se migra? As razões são inúmeras, porque tudo depende do tipo de migração. Antes de mais, existem migrações voluntárias e forçadas, diferenciadas em função do grau de autonomia na decisão. Uma coisa é um trabalhador que avalia, ponderadamente, os custos e os benefícios da migração e, numa dada altura, decide partir. Outra coisa são os indivíduos que, inesperadamente, enfrentam um conflito ou uma catástrofe, humanitária ou ambiental, e se vêm forçados a agir. É nesta última acepção que falamos dos refugiados, protegidos por convenções internacionais e habitualmente alvo de estudos específicos. Mas mesmo no que se refere a migrações voluntárias, tudo separa as migrações económicas ou de trabalho – as mais comuns quando falamos de migrações – das relacionadas com motivos familiares, de saúde ou edu-

cação. Entre os migrantes económicos, há também diferentes grupos sociais envolvidos. Por exemplo, não são sempre os mais pobres que emigram. Muitas vezes a posse de alguns recursos é condição indispensável à saída. Daqui que seja vão tentar procurar explicações gerais para as migrações.

Ainda assim, quando observamos as migrações mundiais encontramos muitas situações recorrentes. Há países e regiões do mundo afectados regularmente por saídas, atingindo sobretudo grupos sociais pouco favorecidos, enquanto outros se habituaram aos impactos das chegadas, colocando os migrantes nos degraus mais baixos da hierarquia social. Embora as condições repulsivas e atractivas sejam dinâmicas, não afectando sempre os mesmos locais do mundo, são os grandes desníveis do desenvolvimento mundial que explicam muitos dos movimentos humanos. Por exemplo, a fronteira do Rio Grande, que separa os EUA do México, marca uma diferença de riqueza superior a três. Um desnível ainda maior sucede no Mediterrâneo: comparando os níveis de riqueza de Espanha e Marrocos, a diferença é superior a seis (dados do Banco Mundial, em 2010, sobre o rendimento nacional bruto per capita em paridade de poder de compra). Perante desníveis desta natureza, não surpreende que a pressão migratória se revele estável ao longo do tempo.

Sabe-se que muitas deslocações humanas resultam de motivos económicos. É a procura de um rendimento mais favorável no país de destino que explica muitas das decisões migratórias. Aquilo que os migrantes de trabalho fazem é calcular os rendimentos e perdas associados à migração e, caso a expectativa seja favorável, assumir os riscos da partida. Em certos casos podem estar desempregados, noutros empregados, mas sabem que se encontrarem trabalho noutro país podem duplicar ou triplicar o seu rendimento líquido. Ao contrário de algumas expectativas mais optimistas, a globalização não tem levado a um equilíbrio económico mundial. Pelo contrário, a manutenção e, em muitos casos, o alargamento dos desníveis de desenvolvimento continuam a ser poderosos causadores de fluxos, resistentes às vontades políticas dos governos. A simultaneidade da pressão económica para o movimento e das políticas restritivas causa, naturalmente, fricções que tornam ainda mais difícil o processo migratório. Mas não surpreende que as migrações tenham mantido uma tendência crescente nas últimas décadas do século XX e hoje afectem todas as regiões do mundo.

Também as consequências das migrações são inúmeras e também elas variam em função dos tipos de migrações. Quando se trata de fluxos significativos, as consequências demográficas, sociais e económicas são imensas. A rarefacção e envelhecimento populacional das regiões de saída contam-se entre as consequências mais graves. O rejuvenescimento ou, pelo menos, travão ao envelhecimento dos países de chegada é uma das consequências mais benignas. Os impactos sociais e

económicos são também grandes, tanto no país de origem como de destino. A estrutura social e a distribuição dos indivíduos no mercado de trabalho são profundamente afectadas. Em qualquer caso, a história de uma sociedade reescreve-se quando as migrações ocorrem. As relações entre os grupos sociais, as práticas culturais e os comportamentos económicos mudam com as migrações.

“A HISTÓRIA DE UMA SOCIEDADE REESCREVE-SE QUANDO AS MIGRAÇÕES OCORREM. AS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS, AS PRÁTICAS CULTURAIS E OS COMPORTAMENTOS ECONÓMICOS MUDAM COM AS MIGRAÇÕES.”

Também a nível pessoal nada mais será o mesmo. Antes de migrar, o potencial migrante avalia novas oportunidades, que se poderão ou não concretizar. Mas perante a possibilidade de melhoria de vida não voltará a aceitar a sorte que lhe cabe no meio onde reside. A mudança pessoal começa antes e prolonga-se depois da migração. Em muitos casos, a vida dos migrantes é dominada pelo sofrimento e pela exclusão, mas noutros os êxitos recompensam a decisão de partida. Tudo depende do sucesso ou fracasso do trajecto migratório. Mas, independentemente do resultado, a biografia e a visão do mundo do indivíduo alteraram-se de modo irreversível. Migrar e mudar são dois termos que, muitas vezes, são sinónimos.



Kateryna ainda não tinha nascido quando, a 26 de Abril de 1986, deflagrou um incêndio na central nuclear de Tchernobil, na Ucrânia. Abriu-se um deserto em redor. Ivankiv, a terra de Kateryna, recebeu os encarregados de apagar chamas e limpar destroços. Os que lá nasceram depois desenvolvem doenças dermatológicas, respiratórias, de tiróide. No Verão, uma família portuguesa acolhe Kateryna, em sua casa, em Matosinhos, para que, pelo menos cinco semanas por ano, ela possa respirar ar puro. Poucas necessidades serão tão básicas.

O DIREITO AO IMPRESCINDÍVEL

Em 2003, quando Charles Taylor ainda era Presidente da Libéria e distribuía guerras e maldade por toda a região, um grupo de mulheres de Monróvia decidiu convocar uma manifestação pela paz. Reuniram-se diante da *Executive Mansion*, exigindo a paz na cara dos mesmos homens que Taylor usava para violentar a população. A guerra não acabou logo, claro, e as mulheres começaram a reunir-se todas as semanas num velho aeródromo da capital. Não desmobilizaram mesmo quando os combates de artilharia invadiram Monróvia e os morteiros voavam por todo o lado.

Seriam umas setenta mulheres no dia em que visitei o grupo, cantando e rezando na pista vazia, vestidas de branco, como pássaros no sol inclemente,

— Queremos o quê?

— Paz!

setenta mulheres “cansadas da guerra, cansadas de não ter voz”. Nas semanas da batalha por Monróvia, houve alturas em que apenas uma delas conseguiu chegar ao aeródromo - mas, pelo menos, uma estava, marcando presença, em nome das outras. Uma ou setenta, a mesma voz, a voz de todas: a voz de um cansaço de violência, um cansaço que se tornou impaciente, inconformado, incontornável, urgente,

— Queremos o quê?

— Paz!

— Queremos o quê?

— Paz!

finalmente potente, corajoso, o cansaço das violações, das amputações e dos filhos perdidos para a guerra dos homens. Durante meses, as mulheres-pássaro desafiaram o perigo e continuaram a protestar e a rezar “até à paz total”. Foi a segunda fase do protesto “Sim à Paz, Guerra Nunca Mais”. O mote da primeira fase era “Basta de Guerra”.

“Não queremos senhores. Queremos líderes”, gritava Mama Suba, deslocada da província de Lofa, no norte do país. Várias mulheres levantaram-se e falaram da sua experiência, diante das outras, diante de mim. Todas perderam algo. Mama Shari, por exemplo, silhueta altiva sentada ao lado da água e de um guarda-sol, perdeu os dois filhos que tinha, quando um *rocket* entrou pela sua casa, numa segunda-feira de Agosto. Margareth foi encontrada pela guerra em 1990, na província de Margibi; os rebeldes da NPFL, de Charles Taylor, cortaram-lhe o braço direito. A amputação não a impede de fazer ouvir a sua alegria, uma alegria furiosa. Margareth faz música, saltando, com uma matraca bem apertada na axila.

“Nós, as mulheres, somos pacificadoras naturais. Já ultrapassámos as nossas diferenças, porque todas sofremos os mesmos crimes”, explicava-me Etweda Cooper, líder do movimento pacifista feminino liberiano. O que faz correr mulheres como ela? “Vimos horrores indescritíveis. Não precisamos de outra inspiração”.

“FOI ELEITA CONTRA VÁRIOS SENHORES DA GUERRA. DITO DE OUTRO MODO: A EXIGÊNCIA DE UM DIREITO DEU LUGAR À NECESSIDADE DE O CONCRETIZAR.”

Hoje, a Libéria tem uma mulher na Presidência da República, Ellen Johnson Sirleaf. Foi eleita contra vários senhores da guerra. Dito de outro modo: a exigência de um direito deu lugar à necessidade de o concretizar. O contrário seria, literalmente, letra morta.

NECE
SSI-
-DA
DES
E DIREITOS

Necessidade s. f. Sensação da falta de alguma coisa indispensável, útil ou cómoda ao homem.

Direitos s. m. São os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei.

fotografia de LARA JACINTO
texto de PEDRO ROSA MENDES

NECESSIDADES E DIREITOS

A condição humana expressa-se em dois elementos fundamentais: a (consciência da) vulnerabilidade face a determinadas necessidades e a interdependência entre indivíduos como determinante na sua satisfação. Contudo, estes dois elementos, interligados, expressam ainda um outro: a sobrevivência, entendida numa perspectiva fisiológica, não se apresenta ainda assim, como fim único ou último da existência humana.

O entendimento desta condição, naqueles três aspectos, traduziu-se na criação de códigos de princípios éticos e morais que orientam a resposta às necessidades humanas, na sua pluralidade, definindo as responsabilidades dos indivíduos e das formas de organização colectiva, mas também as relações sociais de um modo amplo, no que mais tarde se veio a traduzir em sistemas legais de direitos e deveres.

São diversos os códigos orientadores das sociedades humanas. Entre alguns dos mais antigos escritos, encontramos consagrados, nos textos sagrados do Judaísmo, Cristianismo, Hinduísmo, Islamismo, Budismo, princípios fundamentais comuns: o respeito pela vida, o apoio ao próximo, a tolerância, a justiça, incluindo económica, o respeito pelos recursos naturais essenciais à subsistência. Princípios semelhantes podem ser encontrados em textos clássicos de filósofos gregos e romanos, bem como de pensadores africanos, indianos, chineses e persas (Ishay, 2004).

Mas o reconhecimento da dignidade, enquanto inerente à condição humana, nunca foi Universal – muitas vezes, limitado aos homens a partir de certa idade e com determinado património ou ocupação. Às mulheres, aos escravos, às minorias étnicas e religiosas, aos homossexuais, aos estrangeiros, estiveram muitas vezes, reservadas categorias de inferioridade, sub-humanidade, que os impedia de participar na sociedade em condições de igualdade e os tornava vulneráveis ao abuso físico e psicológico. Todavia, se a dignidade da condição humana não lhes era reconhecida, não deixavam de lhes ser constatadas as necessidades básicas de sobrevivência – a alimentação, o vestuário, o abrigo. Neste sentido, caberia à comunidade demonstrar, de acordo com a ética e a moralidade vigentes – formas de compaixão com a situação daqueles que ocupavam lugares considerados inferiores na escala social.

Historicamente, a condição humana, como espaço de igualdade e universalidade no reconhecimento da dignidade, tem sido um terreno contestado quer no que se entende como aspectos inalienáveis da dignidade dos indivíduos quer como titulares dessa condição. Neste sentido, importa referir alguns processos históricos que tiveram influências determinantes no que hoje ainda discutimos.

Para além dos códigos éticos e morais, presentes nas várias civilizações e religiões do mundo e que influenciam o modo de pensar e intervir sobre a condição humana, as transformações políticas, económicas, religiosas e sociais, na história da Humanidade posicionam-nos na actualidade, perante um quadro concreto que se pode caracterizar pela consagração de direitos inalienáveis e universais que, contudo, não deixa de ser alvo de grande debate.

Os períodos do Renascimento e do Iluminismo, na Europa, abriram caminho para processos de rejeição – ainda que de progressão demasiado lenta – da ideia da existência de grupos considerados sub-humanos bem como, de afir-

mação de direitos e deveres inerentes à condição humana e de relações sociais fundamentadas na liberdade, igualdade e fraternidade – princípios proclamados durante a Revolução Francesa de 1789, na senda da Revolução Americana de 1776. Contudo, noutras civilizações, durante o período da Idade Média na Europa, eram já defendidos princípios de governo baseados no respeito pela vida, a liberdade religiosa, a importância da liberdade de pensamento, da educação e da cultura, bem como da justiça económica. São exemplos a governação do Grande Moghul muçulmano na Índia (1542-1605), a China influenciada pelo pensamento de Confúcio, a região do Mediterrâneo durante o período Islamo-Árabe (750-1250) (Ishay, 2004).

“A FOCALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA POBREZA E NA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES FUNDAMENTAIS DESPOLITIZOU O DESENVOLVIMENTO, TORNANDO-O MUITAS VEZES NUMA DISCUSSÃO DE COMO ‘PRESTAR SERVIÇOS, AO MAIOR NÚMERO DE PESSOAS, AO PREÇO MAIS BAIXO?’ ”

Porém, as Revoluções do século XVIII distinguem-se pela criação de códigos legais que abrem a possibilidade de participação dos indivíduos na condução do Estado e na escolha dos seus governantes, o que representa uma mudança nas relações de poder com implicações subsequentes ao nível social e económico designadamente, na capacidade de demanda dos direitos sociais e económicos nos séculos XIX e XX. Mas a afirmação (progressiva) de uma real universalidade, na consagração e garantia dos direitos às categorias sociais que até aí tinham sido excluídas dos mesmos, fundamentalmente, as mulheres, os povos dos países colonizados, as minorias étnicas, acontece depois da II Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas surge no pós-guerra como base normativa e institucional para o reconhecimento de direitos inerentes à condição humana. Entre ambas as declarações, Francesa e a da ONU, passaram mais de 150 anos.

Já em meados do século XX, com os processos de luta contra a colonização, o debate sobre os direitos surge associado ao debate sobre o desenvolvimento designadamente, o direito dos indivíduos acederem aos recursos fundamentais para uma vida condigna (o que representa uma vida condigna é alvo de discussão). Este debate foi aprofundado nos anos 80, no seio das Nações Unidas, tendo-se procurado con-

sagrar o direito ao desenvolvimento como direito dos povos a beneficiar dos progressos económicos da humanidade, através de uma redistribuição mais justa dos recursos em 1986.

A afirmação deste direito e do plano de acção que lhe estava subjacente, designadamente as mudanças nas condições de comércio internacional e de perdão dívida dos países mais pobres, nunca foi plenamente realizada (Nyamu-Musembi e Cornwall, 2004).

A discussão dos direitos aplicada ao desenvolvimento tem evidenciado riscos e potencialidades. Contudo, apesar da ausência de consensos e do recurso ao discurso dos direitos por actores e em contextos muito diversificados, o que comporta também o risco de esvaziar a discussão, esta abordagem implica chamar para o debate do desenvolvimento, da luta contra a pobreza e da cooperação, a sua dimensão normativa, política e ética que não é nova mas que remonta aos fundamentos das lutas de libertação dos Países em Desenvolvimento. Contudo, a focalização da cooperação internacional na pobreza e na satisfação das necessidades fundamentais, despoliticizou o desenvolvimento, tornando-o muitas vezes numa discussão de como “prestar serviços, ao maior número de pessoas, ao preço mais baixo?” (Nyamu-Musembi e Cornwall, 2004).

O debate dos direitos retoma o debate sobre o poder. Retoma o debate. Como garantir direitos e deveres no quadro da cooperação internacional? Quem são os titulares dos direitos e dos deveres? Quem os pode garantir e atribuir sanções pelo não-cumprimento? Quem deve definir quais os direitos fundamentais?

A resposta a estas questões não é simples, universal ou imediata. Requer a consciência de que a mudança nas relações de poder começa no reconhecimento da sua existência, designadamente na cooperação internacional, e implica igualmente interrogar formas de responsabilização colectiva que permitam mudar sistemas de poder, de modo a ultrapassar visões da pobreza como insuficiência de recursos e a possam perspectivar na sua complexidade, incluindo a distribuição daqueles. Neste sentido, temos de repensar termos como “ajuda” que implicam por vezes, processos de inferiorização e dependência e reclamar o sentido dos termos “direito”, “dever”, “individual”, “colectivo” e “cooperação”.



A Fundação J'aime Haiti não tinha mais nada para oferecer quando deu os primeiros passes (sic) em 2006: 20 cestos de basquetebol para bairros pobres de Porto Príncipe, capital do Haiti. Ti Gera (pequeno Gerald), o seu fundador, quase sem mobilidade corporal, vê em tudo uma oportunidade. Muitos cestos e torneios depois, diz que se limita a devolver à comunidade o que ganhou pessoalmente. É agora também Secretário de estado para a Integração das Pessoas com Deficiência.

UMA PRAÇA DA LIBERTAÇÃO PERMANENTE

O balanço final das revoltas árabes só vai poder ser feito quando já tiverem passado muitos anos desde que o primeiro ditador árabe caiu sob a pressão dos protestos populares, a 14 de Janeiro de 2011, na Tunísia. Mas bastou a prova de que manifestações pacíficas e pessoas determinadas podiam derrubar regimes para fazer nascer uma nova consciência do poder do protesto. Um dos símbolos dessa consciência é a praça Tahrir do Cairo, ocupada pelos egípcios até Hosni Mubarak deixar o poder, a 11 de Fevereiro de 2011. Depois do Cairo, pessoas em muitos países árabes chamaram Tahrir às suas praças. O mesmo aconteceu em Espanha, onde o movimento Indignados nasceu em Maio de 2011 e influenciou gente de Washington a Telavive. Pessoas que nunca se tinham manifestado acreditaram que podiam provocar mudanças. Tahrir, que significa Libertação, passou a ser sinónimo de revolta pacífica contra as injustiças, de espaço de solidariedade e de debate.

No Cairo, Mona Shahien quis garantir que esse espírito se tornava permanente e criou uma organização não-governamental dedicada a “educar para uma participação activa na sociedade”. A sua ideia foi acolhida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, que lhe cedeu um espaço, o Instituto Goethe da capital do Egipto, a dois minutos da Praça Tahrir. A jovem chamou-lhe Tahrir Lounge e o projecto está a expandir-se ao resto do país. Em colaboração com outras associações e movimentos, organiza conferências e workshops sobre liberdade de imprensa, redes sociais, partidos e ideologias políticas, tolerância e minorias, direitos humanos e direitos laborais, igualdade entre géneros, corrupção, nacionalizações. Durante a campanha

para as legislativas do final de 2011, ali estiveram políticos seculares e islamistas a responder às perguntas dos egípcios sobre os seus programas. “Participa na mudança”, é o slogan do Lounge.

“ALI TUDO É POLÍTICA, MAS APRESENTADA DE FORMA APELATIVA. HÁ UM PÁTIO COM ALMOFADAS ESPALHADAS PELO CHÃO, MUITAS EXPOSIÇÕES DE FOTOGRAFIA, CICLOS DE CINEMA, CONCERTOS.”

Tal como a Tahrir original atraiu pessoas de todas as idades e meios sociais e económicos, politizadas ou analfabetas, a ideia é chamar pessoas que poderiam sentir-se intimidadas perante um espaço demasiado formal. Ali tudo é política, mas apresentada de forma apelativa. Há um pátio com almofadas espalhadas pelo chão, muitas exposições de fotografia, ciclos de cinema, concertos. “Estamos a tentar construir cidadania, ninguém pode saber o que está errado se não for orientado”, afirma Mona Shahien. Para um país em transição, é fundamental “aprender a dialogar, a fazer concessões”. Essa é, diz “a essência do sistema político”, da democracia.

ONG

ONG [abrev. Organização Não-Governamental] Grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.

fotografia de MARIANA PALAVRA
texto de SOFIA LORENA

ONG

As Organizações Não Governamentais (ONG) tornaram-se, a partir dos anos 80, actores centrais na cooperação internacional para o desenvolvimento, um domínio até então reservado aos governos e às organizações internacionais. Apesar de existir considerável literatura crítica sobre a natureza, as formas de actuação e os impactos das ONG e de o termo fazer parte da linguagem corrente, não é fácil definir o conceito de ONG e estudar estas organizações devido à sua heterogeneidade.

Definições abrangentes descrevem as ONG como “grupos de indivíduos que se organizam para irem de encontro à imaginação e aspirações humanas”, enquanto outras simplesmente consideram qualquer organização não estatal como ONG. As que operam no âmbito da cooperação, que são as que aqui analisamos, são por vezes designadas ONG para o Desenvolvimento (ONGD) e caracterizam-se por estarem empenhadas na mudança social e na redução da pobreza em Países em Desenvolvimento.

A emergência das ONG(D) como estruturas formalizadas é relativamente recente, apesar de aquelas organizações terem raízes históricas longínquas, que alguns situam na actividade dos missionários ou na história dos movimentos sociais. Organizações como a Cruz Vermelha e a Cáritas, surgidas no século XIX, e a Oxfam e a CARE, fundadas no século XX, constituem a matriz moderna das ONG.

É a partir dos anos 80 que se verifica o aparecimento de muitas ONG e o alargamento da sua esfera de actuação e de influência, no quadro de uma nova ordem mundial que “criou a sensação de os Estados não serem já as fontes óbvias de legitimidade da acção social civil, abrindo-se espaço às ONG”. Esta crescente importância tem várias justificações: por um lado, o aumento do financiamento disponível, devido a percepção de que a ajuda oficial não estava a chegar aos mais pobres, a par de pressões dos “doadores” para a diminuição do Estado; por outro, o reconhecimento público que as ONG foram ganhando pelo seu trabalho junto dos mais pobres e pelas campanhas internacionais que conduziram.

Alguns elementos comuns caracterizam as ONG: são organizações que actuam para melhorar a sociedade, em particular aliviando o sofrimento dos mais pobres, têm uma componente de voluntariado, não têm fins lucrativos (ou não repartem o lucro caso exista) e são independentes. Envolvidas, de início, em assistência humanitária de emergência e de prestação de serviços básicos, foram estendendo a sua acção a intervenções de longo prazo (na área do desenvolvimento rural e comunitário, ensino, ambiente, promoção dos direitos humanos, construção da paz e da democracia), tentando ser catalisadoras de mudança social.

QUAL O CONTRIBUTO DAS ONG PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL?

Uma das questões centrais reside na compreensão do contributo das ONG para a mudança social, designadamente em que medida as ONG conseguem cumprir a missão que se atribuem. Sobre isto existem visões contraditórias, que vão “desde a negação completa da sua eficácia até ao exagero das suas capacidades”. Uma forma de analisar o impacto das ONG é através das suas vantagens comparativas. São aceites como sendo mais flexíveis e eficientes, menos

hierarquizadas e burocráticas, com custos administrativos menores, nomeadamente por beneficiarem de trabalho voluntário, e menos vulneráveis à corrupção.

Mas mais importante são as suas abordagens inovadoras: abordagens *bottom-up*, que se centram nas pessoas e no reforço das suas capacidades, fomentando o seu *empowerment*, ou seja, dando aos indivíduos os meios para serem eles próprios autores da sua transformação. A promoção de abordagens participativas envolvendo os mais pobres permite às ONG actuarem de acordo com as preocupações reais das populações e darem voz aos mais fracos.

As ONG estendem, além disso, a sua acção às áreas mais remotas, em condições de extrema adversidade e de injustiça onde o Estado não chega, e contribuem directamente para a melhoria das condições de vida de muitas pessoas.

“UMA DAS QUESTÕES CENTRAIS PRENDE-SE COM TENTAR COMPREENDER O CONTRIBUTO DAS ONG PARA A MUDANÇA SOCIAL E EM QUE MEDIDA CONSEGUEM CUMPRIR A MISSÃO A QUE SE ATRIBUEM.”

QUE QUESTÕES SE LEVANTAM À ACTUAÇÃO DAS ONG?

Não obstante, alguns criticam o limitado impacto positivo do trabalho das ONG, argumentando que as ONG não conseguiram mudar as estruturas que causam a pobreza. Muitas são acusadas de promoverem “o voluntarismo sem competências e novas formas de paternalismo e de caridade confundidas com o desenvolvimento”.

Também a legitimidade da sua acção é criticada. Quem é que as ONG representam e em nome de quem actuam? Que legitimidade têm as ONG para defender uma causa ou influenciar políticas? E que legitimidade tem uma ONG financiada pelo governo de um país para actuar noutro? Ainda que a legitimidade provenha da defesa de valores universalmente reconhecidos, como os direitos humanos, e que as abordagens participativas e parcerias locais “certifiquem” que as ONG representam os interesses das comunidades, na verdade as relações de poder continuam a ser assimétricas e muitos projectos das ONG reflectem mais as preocupações estrangeiras do que as das sociedades locais.

As ONG podem ainda favorecer a emergência de elites locais não representativas da base social local, alimentadas pelos recursos financeiros exteriores e com poucas ligações às preocupações das populações lo-

cais. Outras críticas incidem sobre a reprodução descontextualizada de modelos desenvolvidos noutros locais, ou a propagação, devido a exigências de financiamento, de mensagens populistas de desgraça e simplistas sobre a resolução dos problemas do desenvolvimento, o que levanta sérias questões éticas.

Muitos argumentam que existem poucos dados que comprovem a eficácia das ONG. De facto, não há consenso sobre a maneira de avaliar as ONG, dividindo-se o debate entre os que propõem avaliações de impacto, com base em objectivos e indicadores, e os que defendem avaliações mais qualitativas, que tentam compreender a complexidade dos factores que afectam os projectos e a transformação social.

COMO É QUE AS ONG RESPONDEM A ESTES DESAFIOS?

Estas questões motivaram muitas ONG a iniciarem processos de reflexão e de transformação organizacional, conduzindo, por exemplo, a uma maior profissionalização, à elaboração de códigos de conduta ou ao desenvolvimento de sistemas de prestação de contas e de avaliação. Em resultado da reflexão sobre a eficácia da ajuda, as ONG concordaram recentemente nos “Princípios de Istambul” para melhorar a qualidade de desempenho, estruturado em torno do conceito de eficácia do desenvolvimento, compreendido como um processo de capacitação de populações pobres, vulneráveis e marginalizadas, adaptado a cada contexto e abandonando o tradicional protagonismo europeu.

O desafio é grande. De facto, a influência das ONG é pequena se comparada com a de governos e de agências internacionais, que têm mais poder para influenciar o contexto ideológico global. Não obstante, cabe às ONG evitarem dependências e não serem instrumentos dos modelos vigentes, com vista a mudar os sistemas e as estruturas que determinam a distribuição de poder e dos recursos e assim enfrentarem as questões estruturais da pobreza, para, num contexto de uma cidadania verdadeiramente participativa, contribuírem para a mudança social.



Manifestantes reivindicam uma verdadeira participação democrática no Togo e a queda do presidente Faure Gnassingbé.

UM MURO DE MUDANÇA

Para que serve um muro? Para separar, para delimitar um espaço, para dividir. Bianca e Alexandre provaram que também serve para aproximar duas gerações com a sua proposta para o Orçamento Participativo Escolar da cidade de Lisboa.

Bianca e Alexandre ainda não podem votar nem conduzir. Mas este ano, a sua turma do 9.º ano do curso técnico de Costura e Modelagem na Escola Secundária Marquês de Pombal pôde decidir onde seriam aplicados 10 mil euros através do Orçamento Participativo Escolar da cidade de Lisboa. O tempo para elaborar os projectos era pouco – 2 semanas – e a acção limitada – tinham de se manter dentro da verba atribuída. Mas não deixaram de participar.

Noutras escolas onde o OP Escolar também decorreu, os alunos dos 8.º e 9.º anos ultrapassaram o problema de não poderem aplicar o dinheiro na própria escola (as escolas secundárias estão sob tutela do Ministério da Educação), embelezando o espaço exterior. Aqui foi diferente. Bianca e Alexandre, quer pela idade, um pouco mais avançada que a dos colegas das outras escolas, quer pelas condições de vida mais difíceis, olharam para fora.

Um pouco acima da escola que hoje frequentam, está a sua antiga escola primária, a Escola Básica do Casalinho da Ajuda. Bianca, que vive ali perto, há muito lamentava os muros grafitados. “As crianças até devem ter medo de ir para a escola com aquilo tudo escrito e rabiscado”, acrescenta a jovem.

Teve então a ideia de através da verba do OP Escolar reparar o muro e pintá-lo com desenhos mais adequados às crianças. Tirou fotografias a todas as paredes e deu-as à professora Madalena que lhe preparou a maquete para o desenho. O acompanhamento de Ana Leal, funcio-

nária da Câmara assegurou que a obra não ultrapassava o orçamento e o projecto foi a votação pela turma.

A proposta de Alexandre, a recuperação de outra parte da mesma escola, excedia o orçamento, mas isso não fez com que deixasse de apoiar o projecto da colega. A ideia base era a mesma. “Temos de pensar nos mais novos, porque os mais velhos já se safam sozinhos”, explicou Alexandre.

O projecto de Bianca ganhou por unanimidade e o muro vai ser reabilitado, mas não por qualquer empresa de construção civil ou serviço da Câmara. “Nós, os funcionários da escola, os pais das crianças, as crianças, vamos todos pintar o muro, queremos envolver toda a comunidade”, revela Bianca. A exigência já constava do projecto original e também esta vai concretizar-se.

“BIANCA E ALEXANDRE AINDA NÃO PODEM VOTAR NEM CONDUZIR. MAS A SUA TURMA DO 9º ANO PÔDE DECIDIR ONDE SERIAM APLICADOS 10 MIL EUROS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.”

PAR-
TICI-
PA
-ÇÃO

Participação s. f. Uma noção na teoria de gestão, economia e política. Partilha de algo em comum com os outros.

fotografia de JOÃO HENRIQUES
texto de CATARINA FALCÃO

PAR- TICI- PA -ÇÃO

A participação tem sido, muitas vezes, analisada como um fenómeno espontâneo, como se se tratasse de uma vontade humana universal (Bordenave, 1994). No entanto, a realidade de grande parte dos países democráticos obriga-nos a rever esta concepção, sobretudo se tivermos em conta o profundo alheamento das pessoas face ao espaço público e à vida em comunidade. A insatisfação com a democracia representativa, visível nos elevados números da abstenção eleitoral, na maioria dos países democráticos, é disso um sintoma.

A par disto, o próprio conceito de participação tem vindo a sofrer um processo de esvaziamento, ou até mesmo de excesso de sentido. O uso indiscriminado que dele tem sido feito vulgariza-o e obscurece o seu real significado. A este propósito, Rahnema (*cit.* Almeida, 2001) considera que existe um conjunto de factores que conduziram à expansão do conceito de participação, descendo-o do essencial.

Primeiro, a participação deixou de ser concebida como uma ameaça. Os governos aprenderam a controlar os riscos inerentes à participação das pessoas e dos grupos sociais, recorrendo muitas vezes a situações de participação encaipotada, que mais não são do que novas formas de legitimação política.

Segundo, a participação tornou-se num *slogan* politicamente atractivo. A “propaganda” participativa proferida nos inúmeros discursos políticos cria a ideia de uma maior proximidade entre eleitos e eleitores, dando a impressão que as pessoas são ouvidas nas suas preocupações e aspirações e que serão procuradas respostas concretas através da intervenção dos políticos.

Terceiro, a participação tornou-se uma proposta aliciante do ponto de vista económico. O envolvimento das pessoas no desenho dos seus próprios projectos de vida permitiu que muitos dos custos dos programas de desenvolvimento pudessem passar directamente para os pobres, o que representa um negócio vantajoso. Por exemplo, créditos concedidos a pessoas em situação de pobreza demonstraram que estas são clientes mais confiáveis do que muitos ricos, principalmente se estiverem organizados em contextos participativos locais. Isto permite afirmar que a participação se tornou rentável.

Por último, a participação é concebida como um instrumento de eficácia. A participação da população nos processos de desenvolvimento tem permitido evitar grandes fracassos do passado, nomeadamente porque o conhecimento que as pessoas possuem sobre a sua própria realidade é certamente mais adequado do que as interpretações feitas por técnicos externos e muitas vezes desconhecedores das dinâmicas locais.

Apesar desta expansão e banalização do conceito, denota-se ainda, por parte do poder político, uma resistência em relação aos processos participativos que o vinculam a deliberações partilhadas com os cidadãos. As actuais instituições democráticas foram desenhadas a pensar no sistema de representatividade política, pelo que na sua essência não estão naturalmente preparadas para processos participativos. O mesmo se deve dizer em relação às “escolas políticas”, mais concretamente os partidos, onde os eleitos fazem parte da sua aprendizagem, e cuja finalidade é disputar um campo político junto do eleitorado e, por consequência, o poder de influência e de governação.

Estas tendências fazem com que, não raras vezes, o poder político crie espaços de participação mas apenas quando os pode controlar na globalidade. Esta ideia remete para a proposta de Nuno Vidal, que refere a existência de três utilizações da participação:

/ “usada como um cosmético para melhorar a aparência de algo”, respondendo assim a determinadas exigências de políticas, programas ou mesmo imperativos legais impostos por governos (locais, nacionais ou outros) e agências doadoras que requerem abordagens participativas. Neste caso, os responsáveis pelas intervenções mais não fazem do que “ficcional” e “maquilhar” processos, quando na realidade continuam a seguir as metodologias tradicionais, de tipo *top-down*;

/ “descrevendo uma prática cooptativa”, de modo a mobilizar a comunidade local, no sentido de validar determinadas opções pré-formatadas, ou mesmo como recurso e força de trabalho, reduzindo neste caso custos associados à intervenção. As pessoas são chamadas a participar, despendendo tempo e esforço para se associarem a determinada iniciativa. Isto implica, muitas vezes, que a população é convidada a participar numa iniciativa ou projecto previamente definidos pelos técnicos e políticos que coordenam o processo;

/ “usada para descrever um processo de partilha de poder” (*empowering*) que coloca a ênfase na população e no seu potencial de auto-reflexão e conhecimento sobre as dinâmicas territoriais em que está envolvida, mobilizando-a para a tomada de decisões e para a condução de processos de desenvolvimento. Inversamente ao caso anterior, neste terceiro exemplo os técnicos e os políticos desempenham um papel de auxílio à implementação do(s) projecto(s) definido(s) pela população. Este tipo de participação é o que mais se aproxima das formas de *self-empowerment*, difíceis de acontecer, devido entre outros aspectos a estrangulamentos externos, mas também internos, como é a ausência de espontaneidade da acção comunitária.

Se é verdade que para despoletar práticas de democracia participativa é muitas vezes necessário assegurar a vontade política dos eleitos, é igualmente certo que a sustentabilidade dessas dinâmicas depende da capacidade de apropriação dos processos por parte dos cidadãos.

Salvo raras excepções, a institucionalização da participação não emerge como um processo de conquista política dos cidadãos. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente da vontade política dos eleitos, que assim concedem espaços delimitados, e por si controlados, para a participação dos cidadãos na vida dos territórios.

Esta ideia vem, aliás, no seguimento do defendido por Pedro Demo, ao escrever que a “participação é conquista para significar que é processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência auto-promoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina

completa, nesse mesmo momento começa a regredir” (2001).

O autor adianta ainda que historicamente a tendência neste domínio demonstra que o ponto de partida é a dominação. A sociedade tende a organizar-se em diferentes pólos hierárquicos, onde predomina a relação de cima para baixo, com um lado minoritário a governar o lado maioritário. Não existiram espaços prévios onde predominasse a participação. Se hoje esses espaços se podem encontrar é porque eles foram conquistados ao longo dos tempos, e não porque já existiam. De acordo com esta orientação não é realista apresentar a falta de espaço de participação como problema em si. Na realidade, esse é apenas o ponto de partida¹. Se assim fosse, a participação seria perspectivada segundo uma abordagem assistencialista, de acordo com a qual só se pode participar se for concedida essa possibilidade.

“A CONQUISTA DE ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO IMPÕE COMO EXIGÊNCIA UMA SOCIEDADE CIVIL FORTE, CAPAZ DE SE MOBILIZAR PARA ALÉM DO VOTO ELEITORAL, REIVINDICANDO O EXERCÍCIO DE UMA CIDADANIA ACTIVA NA VIDA DAS SUAS COMUNIDADES.”

Citando novamente o autor, “se partirmos da ideia de que o espaço de participação precisa ser conquistado, centímetro a centímetro, o que ocorre muitas vezes é que não podemos andar metro a metro, mesmo porque todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos” (ibid.).

A conquista de espaços de participação impõe como exigência uma sociedade civil forte, capaz de se mobilizar para além do voto eleitoral, reivindicando o exercício de uma cidadania activa na vida das suas comunidades; uma sociedade civil com vontade de alargar o âmbito da sua participação política aos diferentes aspectos do desenvolvimento dos territórios. Esta passagem de eleitores a cidadãos requer uma real vontade de mudança do estado da democracia e um maior equilíbrio de poderes, contrariando a situação de apatia e descrédito generalizado da população, e procurando conjugar uma mobilização cidadã com uma vontade política governamental.

¹ NÃO SE PODE CERTAMENTE CONFUNDIR ESTA ABORDAGEM COM SITUAÇÕES ONDE A PARTICIPAÇÃO É REPRIMIDA COM RECURSO À PERSEGUIÇÃO E À VIOLÊNCIA.



Jovem à procura de peixe para se alimentar enquanto ao fundo continuam, sem cessar, construções megalómanas. Exemplo dos contrastes que proliferam pelo mundo, em países onde os índices de desenvolvimento humano não acompanham as taxas de crescimento económico.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO QUE “SÓ EXISTE NOS PAPEIS”

Quando o regime tarda em mudar e a oposição não consegue dar resposta às expectativas da população, sobram as ruas. MCK, também conhecido por Kapa, outra alcunha do *rapper* de 30 anos, é um dos que tem agitado as ruas angolanas, dando banda sonora à intervenção cívica.

A tomada das ruas por manifestantes pouco ou nada ligados a partidos políticos é um fenómeno relativamente recente em Angola, com altos e baixos de intensidade, num desafio constante à qualidade da democracia.

Muitos desses manifestantes estão ligados à música de intervenção, que nasce nos musseques de um país onde a música tem mais peso do que a oposição. É assim em África, onde a música é uma ferramenta de luta e um despertador de consciências.

MCK editou o primeiro disco em 2002 e, no ano seguinte, Arsénio Sebastião “Cherokee” foi assassinado quando entoava uma música sua.

A venda do segundo disco, em 2006, foi proibida por orientações superiores e é por isso que o terceiro, recentemente editado, se chama “Proibido ouvir isto”. As rádios públicas não o passam, mas vendeu dez mil exemplares, em quatro horas, nas ruas de Luanda e de outras cidades. As ruas de novo, o lugar mais democrático de todos.

A liberdade de expressão em Angola, país onde o ritmo do *boom* económico não tem sido acompanhado por um semelhante desenvolvimento social, “só existe nos papéis”. É esta incongruência, num país que “tem tudo para dar certo agora”, que, na opinião de MCK, mandou os jovens para as ruas.

Ainda falta qualidade ao desenvolvi-

mento, porque a democracia ainda anda de gatas. “Precisamos de alternância governativa urgente. O parlamento não tem discussão nem oposição. Basta o MPLA mandar 30 deputados levantar a mão e aprovam quaisquer leis”, critica MCK.

As manifestações cívicas são, por estes dias, a maior ferramenta de pressão política e, apesar das “sementes de medo” que o regime angolano vai plantando, prometem continuar a acontecer enquanto houver uma grande maioria de pessoas muito pobres e uma minoria cada vez mais reduzida de pessoas muito ricas.

“AINDA FALTA QUALIDADE AO DESENVOLVIMENTO, PORQUE A DEMOCRACIA AINDA ANDA DE GATAS. ‘PRECISAMOS DE ALTERNÂNCIA GOVERNATIVA URGENTE.’”

Quando foi auscultado pela chanceler alemã, Angela Merkel, quando esta visitou Angola, em Julho de 2011, MCK disse-lhe que as pessoas são os recursos mais importantes do país, mais do que petróleo ou diamantes.

MCK tinha tudo para não ter estudado. Cresceu no musseque, num bairro periférico, sem escola, sem hospitais. Mas fugiu à regra, mostrando que o desenvolvimento também está nas mãos de cada um. Formou-se em Filosofia e construiu, com sacrifício, “uma personalidade integral e vertical, no meio da confusão”.

Sempre sem sair de Angola, a sua “parceira”. Que elogia e que critica. “Não porque a odeio, mas porque a amo muito.”

QUA-
LI-
DADE

Qualidade s. f. Do do latim “qualitate”, é utilizado em situações muito distintas. Por exemplo, quando se fala da qualidade de vida das pessoas de um país ou região, quando se fala da qualidade da água que se bebe ou do ar que se respira, quando se fala da qualidade do serviço prestado por uma determinada empresa, ou ainda quando se fala da qualidade de um produto no geral.

fotografia de JOÃO HENRIQUES
texto de SOFIA BRANCO

QUA- LI- DADE

O carácter eminentemente qualitativo do desenvolvimento é, de uma forma geral, algo de relativamente bem conhecido e aceite. Está, aliás, na base da distinção habitual entre desenvolvimento e crescimento económico, segundo a qual o segundo denota a expansão quantitativa da produção de bens e serviços, enquanto o primeiro designa a transformação qualitativa das estruturas sociais e económicas no sentido do aumento do bem-estar da sociedade. Esta última distinção é, porém, mais complexa do que parece à primeira vista – e um dos motivos para que assim seja consiste no facto da definição de desenvolvimento que lhe está implícita condensar duas acepções do termo, interligadas mas distintas, que é útil analisarmos separadamente: por um lado, o desenvolvimento como processo histórico de mudança socioeconómica; por outro, o desenvolvimento enquanto categoria normativa. A dimensão qualitativa é central em ambas as acepções, mas é-o de formas distintas. Vejamos porque assim é.

Quando falamos de desenvolvimento enquanto processo histórico de mudança socioeconómica, a dimensão qualitativa é central na medida em que não estamos simplesmente a falar de uma determinada sociedade produzir mais do mesmo, permanecendo inalterada nas suas estruturas e formas de organização. Pelo contrário, o crescimento da produção simultaneamente requer e sustenta todo um conjunto de transformações qualitativas – ao nível da expansão da esfera de influência do mercado, da alteração das formas de organização técnica e social da produção, do aprofundamento da urbanização e da alteração da distribuição sectorial da população activa (da agricultura para a indústria e serviços), para referir apenas algumas das dimensões mais centrais. Na verdade, a própria tendência para “produzir mais” e a dinâmica de mudança e inovação constantes que nos habituámos a considerar como algo de natural constituem um fenómeno histórico relativamente recente, que é ele próprio o resultado de transformações qualitativas ao nível da organização das sociedades. Assim, não só a génese do crescimento económico moderno como também a sua sustentação estão intrinsecamente ligadas às transformações qualitativas que referimos atrás: a expansão quantitativa e a alteração qualitativa determinam-se e viabilizam-se mutuamente. Torna-se assim evidente que o desenvolvimento socioeconómico não consiste numa mera reprodução das sociedades a uma “escala maior”, mas sim num processo de transformação qualitativa e multidimensional dessas mesmas sociedades, em grande medida imanente (isto é, não guiada por um plano deliberado mas sim resultante da acção descoordenada de uma multiplicidade de actores sociais) e muitas vezes conflitual.

A outra acepção a que nos referimos no início deste texto consiste no desenvolvimento enquanto categoria normativa. Aqui, não estamos a referir-nos aos processos históricos objectivos de mudança socioeconómica pelos quais passam as diferentes sociedades, mas sim à formulação de visões relativamente àquilo que constitui uma “boa sociedade” – ou seja, à identificação dos aspectos que importa termos em conta para avaliarmos o nível de bem-estar de uma determinada sociedade ou para nos pronunciarmos sobre a maior ou menor desejabilidade de diferentes opções políticas. Ora, também aqui a dimensão qualitativa ocupa um lugar central – ainda que num sentido distinto do anterior.

A expansão quantitativa da produção de bens e serviços numa determinada sociedade tende, em princípio, a permitir a satisfação de necessidades adicionais e, por essa via, a originar um aumento do bem-estar. Porém, essa não é uma consequência *necessária*: a desigualdade no acesso aos bens e serviços adicionalmente produzidos ou as consequências sociais e ambientais não contabilizadas da expansão da produção, para referir apenas dois exemplos, podem ter como consequência que o crescimento da produção esteja associado a um decréscimo do bem-estar (e, nesse sentido, a um retrocesso do ponto de vista do “desenvolvimento”).

Muitos dos aspectos que, de forma mais ou menos unânime, consideramos necessários a uma vida com qualidade e à construção de sociedades decentes não são facilmente (ou de todo) passíveis de expressão através de métricas quantitativas – particularmente quando estas se limitam a traduzir a quantidade de bens e serviços com uma expressão mercantil ou equiparada, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, esses aspectos não são por isso menos importantes: liberdade, participação, paz, justiça social e salvaguarda do ambiente são apenas alguns exemplos de aspectos absolutamente cruciais para o bem-estar dos indivíduos e sociedades que não são contemplados pelas métricas quantitativas habituais.

“A DIMENSÃO QUALITATIVA É CENTRAL NA MEDIDA EM QUE NÃO ESTAMOS SIMPLEMENTE A FALAR DE UMA DETERMINADA SOCIEDADE PRODUZIR MAIS DO MESMO, PERMANECENDO INALTERADA NAS SUAS ESTRUTURAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO.”

Felizmente, existe uma consciência crescente das insuficiências das métricas tradicionalmente utilizadas nas comparações intertemporais e internacionais. O trabalho da Comissão para a Medição do Desempenho Económico e Progresso Social, coordenada por J. Stiglitz, A. Sen e J.-P. Fitoussi (2009), por exemplo, constituiu um esforço sistemático recente no sentido de assinalar essas mesmas insuficiências, chamar a atenção para as dimensões menos visíveis mas não menos centrais do bem-estar social, e propor um conjunto de recomendações com vista ao aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação da qualidade do desenvolvimento. Entre outros contributos, este relatório recomenda que sejam tidos em conta, a par do nível de vida material (sobre o qual incidem as métricas tradicionais), aspectos igualmente centrais como a saúde e a educação; a qualidade do

emprego; o tempo disponível e a qualidade das actividades pessoais; a participação política e a qualidade das instituições; a segurança física e económica; a qualidade dos laços e relações sociais; e as condições ambientais presentes e futuras.

Esta enumeração das dimensões daquilo que constitui uma “boa sociedade” e o rumo desejável do desenvolvimento aproxima-se assim da visão, também ela formulada por Amartya Sen (2003), do desenvolvimento enquanto “expansão das capacidades humanas” – expansão essa que comporta elementos tanto materiais como imateriais. Trata-se de uma visão que tem, também ela, sido alvo de críticas por não ser ainda suficientemente ambiciosa e, em particular, por continuar a assentar implicitamente no individualismo metodológico – na medida em que o nível de bem-estar da sociedade é equiparado à soma do nível de bem-estar dos indivíduos que a compõem, não sendo dada a devida atenção às questões da desigualdade ou das relações de poder entre diferentes grupos e estratos sociais. Porém, constitui certamente um passo importante na direcção certa, uma vez que procura colmatar o fosso artificial entre a economia e a sociedade, ou, no caso concreto em apreço, entre a dimensão quantitativa do crescimento e as dimensões qualitativas do desenvolvimento.

Para efeitos de exposição, começámos este texto sugerindo uma distinção entre duas acepções de “desenvolvimento”: como processo histórico objectivo e enquanto categoria normativa. A terminar, é importante voltar a ligá-las, chamando a atenção para o facto do desenvolvimento, enquanto processo de mudança socioeconómica, ser em grande medida imanente, *mas também* susceptível de orientação segundo o confronto das diferentes visões relativamente à sociedade em que desejamos viver. Importa por isso rejeitar as visões tecnocráticas do desenvolvimento e abraçar a ideia que, em última instância, o que está em causa é a forma como as sociedades se organizam; que as decisões nesse âmbito são intrinsecamente políticas e devem por isso ser democráticas e participadas; e que, mais do que sociedades que produzam *mais*, devemos procurar construir sociedades onde se viva *melhor*.



O “Histórias Fora de Palco” foi um trabalho que me deu imenso gozo realizar, em conjunto com a Crinabel, uma associação de apoio a pessoas com trissomia 21. Em Lisboa, onde realizei o trabalho, existe um grupo de teatro, e este conjunto de fotografias retrata os participantes desse grupo, fora do ambiente de palco e da própria Crinabel. O meu trabalho foi mostrar o lado mais privado da vida de cada um dos participantes, que me guiaram na escolha dos locais onde foram fotografados.

VOZES DE NÓS, A REDE

Acontece uma rede quando mentes, vontades e mãos se entrelaçam para dar frutos, desafiando, muitas vezes, oceanos. Acontece uma rede quando se acredita que a articulação de propósitos e a conjugação de esforços resulta em força e se pratica essa força. Exemplo magnífico é o projecto *Meninos de rua: Inclusão e Inserção*, congregando pessoas em diferentes países e diferentes contextos, tendo como denominador comum a realização de direitos de crianças vulneráveis e excluídas. Estamos a falar de uma rede de pessoas que recusam a passividade, desencadeando acções que libertam as suas energias, os seus talentos, a sua criatividade.

Descrito pelos promotores como um desafio, às vezes uma aventura, um dos primeiros frutos do projecto *Meninos de rua: Inclusão e Inserção* não poderia ter sido mais feliz. Mobilizaram-se sinergias em três países e nasceu o belo álbum *Vozes de Nós*, compilando retratos, histórias de vida e a arte de meninos e meninas são-tomenses, guineenses e angolanos carenciados. Com papel, guache, lápis, conchas, sementes, areia, pauzinhos, cascas, folhas, caricas, latas, etc., os pequenos protagonistas de *Vozes de Nós* produziram ilustrações tão reveladoras e expressivas como as suas comoventes narrativas – histórias das vicissitudes das suas vidas, trágicas tantas vezes, iluminadas e resgatadas porém pela visão e pelo dinamismo de pessoas que, acima de fracturas geográficas, apesar de contextos singulares e diferentes, se unem para sensibilizar consciências e mudar mentalidades.

O que nos diz o álbum *Vozes de Nós*? Que as crianças e adolescentes atingidos pela exclusão e por carências diversas, têm voz. E quando as suas vozes são es-

cutadas na primeira pessoa, sem intermediação, o alcance da compreensão da sua situação é muito maior, potenciando intervenções mais eficazes a favor da mudança.

Depois de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, o projecto alargou-se, foi crescendo e caminhando, abrangendo agora seis países. Podemos pois aguardar, para breve, a continuação dessa bela aventura: mais histórias de vida, mais desenhos e ilustrações, mais *Vozes de Nós*. Uma rede simultaneamente actuante em diferentes espaços e diferentes realidades, ao serviço de um comum objectivo: conferir sentido a palavras como carinho, atenção, amor, construção e futuro. Palavras que, pela força de uma rede de vontade e decisão, são devolvidas como sonoras campainhas às mentes, às bocas e aos corações dos adultos, convocando as suas responsabilidades para com crianças e adolescentes.

“UMA REDE DE PESSOAS QUE RECUSAM A PASSIVIDADE, DESENCADEANDO ACÇÕES QUE LIBERTAM AS SUAS ENERGIAS, OS SEUS TALENTOS, A SUA CRIATIVIDADE.”

RE—
DE

Rede s. f. [Rede social] Uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objectivos comuns. Uma das características fundamentais na definição das redes é a sua abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

fotografia de PAULO PIMENTA
texto de CONCEIÇÃO LIMA

RE- DE

“Primeiro, definirei o conceito de rede, visto que ele desempenha papel central na minha caracterização da sociedade na era da informação. Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é, depende do tipo de redes concretas de que falamos. (...) Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objectivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico susceptível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (Manuel Castells).

AS REDES E OS LAÇOS SOCIAIS

Na era da globalização e da informação, que muitos encaram como o espaço-tempo de uma sociedade cada vez mais individualista e egoísta, outros descobrem uma nova forma de viver em conjunto: em rede. Arquitecto do conceito de “sociedade em rede”, Manuel Castells descreve a moderna organização social como atravessada pelas mais variadas interconexões, particularmente bem adaptadas à economia capitalista e globalizada, que processam novos valores e humores públicos e que são altamente dinâmicas. Entre elas, tornaram-se muito populares as denominadas redes sociais virtuais, exploradoras das potencialidades oferecidas pela *world wide web*: Facebook (845 milhões de usuários activos em Fevereiro de 2012), Twitter (mais de 200 milhões de aderentes), LinkedIn (147 milhões de membros) ou Orkut (66 milhões de usuários). Nelas se retoma o contacto com antigos amigos, trocam-se informações e pensamentos, esboçam-se alianças, criam-se novas organizações e movimentos de contestação.

Ainda assim, estas formas de intercâmbio, que fazem uso das tecnologias mais avançadas, não anulam nem substituem essas outras redes sociais mais concretas e mais antigas, as da baixa tecnologia, que atravessam todos os campos das relações humanas, começando pela família e estendendo-se ao trabalho, às vivências em comunidade ou à construção de uma sociedade civil global. Atribui-se à ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher a célebre frase de que “não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Sustentado pelo pensamento neoliberal, o conceito de “individualismo” é associado à ideia de liberdade de escolha, em que cada um passa a ser responsável pelo seu destino e pela sua sorte, liberto de amarras e constrangimentos. Desafiando-nos para uma outra visão, vários pensadores têm sustentado, ao invés, que individualismo e acção colectiva não são incompatíveis. E que é possível conciliar o percurso único de cada sujeito com a formação de laços sociais, desde que respeitadores do carácter individualizado dos sujeitos. Ilustrando com um exemplo concreto, estudos sobre o envolvimento associativo dos cidadãos indicam que, hoje, é o projecto individual que orienta as suas escolhas de empenhamento colectivo. O projecto individual substitui-se à fidelidade e lealdade duráveis face à associação, originando envolvimento provisórios, diversificados e mutáveis. Daí esse *zapping* associativo, de que os dirigentes tanto se queixam. Por sua vez, os modelos de organização associativa tendem a configurar redes abertas e flexíveis, em permanente recom-

posição ao nível do seu funcionamento e animação. Nelas os sujeitos experimentam a liberdade e a responsabilidade de agir em conjunto e gera-se capital social.

REDES PARA O DESENVOLVIMENTO: AS PARCERIAS

No cenário das políticas para o desenvolvimento, a ideia de rede encontra tradução no conceito e prática de parceria. Por parceria (ou partenariado, numa tradução mais literal do termo inglês *partnership* ou do francês *partenariat*), entende-se “aquele processo pelo qual dois ou mais agentes de natureza distinta e sem que percam a sua especificidade, se põem de acordo para realizar algo num tempo determinado, que é mais que a soma deles, ou que cada um só não poderia fazer ou que é distinto do que já fazem, implicando riscos e benefícios que partilham” (Jordi Estivill).

Formalmente, estas parcerias têm vindo a configurar-se em torno de dois modelos principais, um que toma a forma radial ou de guarda-chuva, e outro que se assemelha a uma teia ou rede. No primeiro caso, existe um centro vertebrado ocupado pelo promotor da acção modelo, a quem compete a sua concepção e promoção. Em torno dele reúnem-se outros agentes que, em função dos seus interesses, recursos e disponibilidade, se mobilizam para a intervenção. O segundo modelo, caracterizado por um funcionamento horizontal, implica equilíbrio e divisão de poderes entre os actores envolvidos. A rede constrói-se e alarga-se a partir das diferentes cooperações, não existindo protagonismos dominantes.

Independentemente do modelo adoptado, a constituição de parcerias visa contrariar a tendência para a sectorialização dos problemas e decisões, bem como o corporativismo. Desenham-se como formas de mediação e solidariedade que promovem o diálogo activo entre os diferentes actores (cidadãos, organizações do terceiro sector, empresas, sindicatos, *media*, autoridades locais e poder central, etc.) e sectores em prol do desenvolvimento. No espaço temporal determinado pela vigência de um programa ou projecto, os agentes envolvidos organizam-se para interpretar colectivamente as necessidades, debater as soluções, mutualizar os recursos e articular actividades, sempre no respeito pela especificidade de cada um deles. Segundo uma lógica que é circular, a estrutura determina a acção, e vice-versa: as características do trabalho em rede potenciam a aprendizagem colectiva e a aquisição de competências fundamentais, o que, por sua vez, interfere sobre a qualidade da parceria, tornando-a mais activa e eficaz.

EM FAVOR DE REDES ABERTAS E POLICÊNTRICAS

Um dos maiores desafios que se colocam às parcerias é o de se abrirem à adesão e implicação de novos agentes, em particular quando está em causa lutar contra o desfavorecimento e a exclusão social e se deseja o envolvimento dos próprios grupos vulneráveis nessas dinâmicas. Com efeito, muitas das parcerias não têm resistido à tendência para

legitimar e mesmo aprofundar a divisão clara e desproporcional entre um pequeno número de cidadãos / grupos / organizações que se envolvem num grande número de redes e parcerias, e uma larga camada da população escassamente implicada e marginalmente influenciadora das decisões finais. Os termos de uma participação centrada nos “suspeitos do costume” implicam que “os ricos tornam-se mais ricos”, ou seja, quem já participa vai ganhando saberes, competências e conexões que facilitam o seu acesso a novas redes.

“UM DOS MAIORES DESAFIOS QUE SE COLOCAM ÀS PARCERIAS É O DE SE ABRIREM À ADESÃO E IMPLICAÇÃO DE NOVOS AGENTES, EM PARTICULAR QUANDO ESTÁ EM CAUSA LUTAR CONTRA O DESFAVORECIMENTO E A EXCLUSÃO SOCIAL.”

Alguns alegam que, focalizados na participação de um grupo restrito, se agilizam decisões, se consegue a participação dos mais capazes e se evitam processos longos e cansativos que dificilmente geram consensos. Contudo, também importa ponderar outros argumentos, como a perda de recursos e conhecimentos potencialmente aportados por esses agentes, a fragilização das legitimidades ou a desresponsabilização das populações. Cativar e facilitar a participação desses novos actores nas redes de decisão implicará investir em contextos e processos (nomeadamente, técnicas) que favoreçam a participação mais alargada. Mas também garantir a existência de mais momentos em que o exercício dessa participação se torna uma realidade, na medida em que é participando que se aprende a participar.



Muitos governos têm ignorado os direitos mais elementares das populações autóctones do Amazonas, sendo estas privadas dos seus territórios e dos seus recursos naturais. A sobre-exploração destes recursos realizada sem ter em conta as populações locais tem provocado a exterminação ou o declínio de numerosas comunidades. Podemos falar de uma verdadeira soberania popular em países onde muitos grupos minoritários não têm uma palavra a dizer sobre o seu próprio destino?

“OLHA O ARROZ QUE ELE TEM!”

Nas margens do rio Cacheu, na Guiné-Bissau, os felupes têm 15 nomes para designar o arroz. Em vida, os homens desta etnia vão guardando uma pequena parcela da sua produção de arroz. Quando morrem, há uma festa, sobretudo quando são muito velhos. São enterrados com arroz e seguem a sua viagem. “Olha o arroz que ele tem!”. A diferença entre as pessoas mede-se, não pela roupa, mas pela quantidade de arroz.

Quem conta a história tem uma paixão por arrozais. Quem conta a história sabe que a soberania alimentar está em risco na Guiné-Bissau. Sabe que os guineenses estão dependentes da importação de arroz. Os grãos predilectos dos homens da Guiné chegam ao país metidos em barcos que partem do Vietname, da Índia ou da China. Antigamente, um saco de castanha de caju valia dois sacos de arroz. A relação inverteu-se.

Pepito, nome pelo qual é conhecido Carlos Schwarz da Silva, guineense de Farim. É Pepito quem conta a história dos felupes. Feito engenheiro agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, recorda os dias de 1975 quando regressou à Guiné à boleia de um avião militar português. Distribuiu sementes de arroz, apaixonou-se por ele, fundou o Departamento de Experimentação e Pesquisa Agrícola e lançou-se à orizicultura na época seca, ao longo da bacia do rio Geba.

Em 1983, é implementado, em conjunto com o FMI, o programa de estabilização económica. Quatro anos depois, chega o programa de ajustamento estrutural, orientado, também, pelo FMI e pelo Banco Mundial. Começa, então, a monocultura de caju, hoje responsável por mais de 90% das receitas de exportação do país. “Disseram: não interessa pro-

duzir arroz se vier mais barato de fora. Vamos focar-nos no caju, exportá-lo e importar arroz”, recorda Carlos Schwarz da Silva. “O agricultor ficou descalço. Plantou, plantou, plantou, dedicou-se à monocultura da castanha de caju, entregou a sua segurança alimentar”, diz Pepito, que fundou, em 1991, a ONG Acção para o Desenvolvimento (AD).

“ANTIGAMENTE, UM SACO DE CASTANHA DE CAJU VALIA DOIS SACOS DE ARROZ. A RELAÇÃO INVERTEU-SE.”

A monocultura de caju, que tem como principal destino a Índia, não será a única responsável pelo declínio da cultura de arroz. E, por isso, além de mudanças nas opções económicas e políticas, há uma mudança cultural a fazer para alcançar a segurança alimentar, apela Pepito. “Temos de convencer o guineense de que ele só vai chegar à auto-suficiência alimentar através do consumo de outras espécies, como milho e mandioca. É que o deserto vem por aí abaixo... Produzir arroz é cada vez mais difícil. Se continuarmos na mentalidade do ‘arroz, arroz, arroz’, chegaremos a um ponto em que não vai haver arroz, nem mais nada”.

SO-
BE-
RA
-NIA

Soberania s. f. Refere-se à entidade que não conhece superior na ordem externa nem igual na ordem interna. Relaciona com a autoridade suprema, geralmente no âmbito do país.

*fotografia de JAVIER MARTÍNEZ
texto de LÚCIA CRESPO*

SO- BE- RA -NIA

O conceito de “soberania” pode parecer algo anacrónico no contexto actual. Num mundo cada vez mais interdependente, o conceito vestefaliano de soberania nacional – baseado na independência e capacidade do Estado nacional de ser o decisor único e final nas questões que se aplicam ao seu território – é cada vez mais entendido como estando sob pressão, senão mesmo ultrapassado.

Com efeito, não é difícil elencar uma série de transformações que têm fundamentalmente desafiado a concepção tradicional de soberania. Estas podem ser agrupadas em três dimensões interligadas. A primeira prende-se com o processo de integração e cooperação política supranacional, que tem abarcado – em maior ou menor grau, de formas mais ou menos institucionalizadas – praticamente todos os países do mundo (*vide* não só a União Europeia, mas também a Mercosur, a Organização da Unidade Africana ou até mesmo plataformas intercontinentais como a rede ACP-UE). A segunda dimensão remete para um processo de integração e interligação económica e social que tem frequentemente avançado de forma mais rápida que a sua congénere política, exemplificado pelo facto do comércio internacional constituir neste momento mais de metade do PIB mundial (em comparação com uma proporção inferior a 20 por cento há meio século atrás). Por fim, e relacionado, podemos identificar desafios de políticas públicas que cada vez mais ultrapassam as fronteiras dos Estados, em áreas tão distintas como as questões ambientais, a economia ou a criminalidade.

Os desafios à concepção tradicional de soberania são particularmente relevantes no contexto da cooperação. Primeiro, por razões históricas. A conquista da soberania formal tende a ser mais recente – e, como tal, frequentemente menos institucionalizada – no conjunto dos Países em Desenvolvimento. Segundo, e relacionado, porque as limitações ao modelo vestefaliano de soberania nacional – no sentido de uma incapacidade do Estado nacional de ser o decisor final – tendem a ser mais intensas nos Países em Desenvolvimento. Este padrão abarca dimensões externas, reflectidas na assimetria de poder entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas decisões transnacionais. Mas, de igual modo, comporta dimensões internas, por exemplo em países onde o desenvolvimento do Estado é incipiente e desigual, muitas vezes devido a heranças históricas. Terceiro, porque o próprio conceito de cooperação implica uma potencial tensão com a noção de soberania, na medida em que envolve actores de diferentes Estados (bem como actores não-estatais), com concepções potencialmente distintas de quem tem o poder final de decisão. A conjunção destes factores pode, no limite, subverter a noção de soberania em países em estado de desenvolvimento – um padrão reflectido por exemplo na aplicação de conceitos como “dependência”, “neocolonialismo” ou “estados em situação de fragilidade” (na medida em que esta implica uma incapacidade de efectivamente exercer a soberania) na análise de Países em Desenvolvimento.

Será então a soberania irrelevante no mundo actual? Como de seguida iremos argumentar, a resposta a esta pergunta é não – o conceito de soberania continua a ser de enorme relevância, sobretudo no contexto da cooperação. Contudo, a soberania que é relevante já não é a do “mundo vestefaliano” – com cada Estado a ser o decisor autónomo e independente – mais não seja porque esse “mundo” desapareceu. Antes, torna-se necessário repensar o conceito de soberania para o contexto actual.

Esta redefinição implica articular dois elementos que tendem a ser analisa-

dos separadamente: primeiro, o significado do conceito de soberania; e segundo, o contexto do mundo actual. Em relação ao primeiro, podemos dizer que a noção de soberania se centra fundamentalmente na *capacidade de um Estado definir o seu próprio destino*. Com efeito, é essa a ideia subjacente ao modelo vestefaliano. Neste, a independência e a capacidade de decisão final são os meios (instrumentais) que o Estado tem para poder definir o seu próprio destino. Em relação ao segundo elemento, podemos caracterizar o mundo actual como um mundo de interdependência e interligação. Como salienta o filósofo político David Held, “o nosso mundo é um mundo de comunidades de destinos sobrepostos, onde o destino de um país e de outro estão mais interligados do que qualquer altura antes”.

Neste mundo interdependente, a possibilidade que um Estado tem de definir o seu próprio destino – por outras palavras, a sua *soberania* – passa pela capacidade que tem de participar na definição de um destino que é não apenas o seu, mas que é também um destino colectivo. Tal como na visão vestefaliana, esta redefinição de soberania continua a pressupor igualdade e apropriação. Contudo, se outrora estes valores eram atingíveis através da independência e autonomia de cada Estado, no mundo “de destinos sobrepostos” requerem uma participação igual em processos que são colectivos e globais.

Desta definição emergem duas implicações centrais. A primeira prende-se com o reconhecimento da interdependência e complementaridade do mundo actual. Tal como no corpo humano, onde órgãos e elementos aparentemente distintos estão intimamente interligados – a tal ponto que a sua sobrevivência depende desta interligação e equilíbrio – torna-se necessário reconhecer a importância das diferentes partes do mundo para o bem-estar colectivo.

A segunda prende-se com a definição de *quem* é soberano. A análise até agora tem-se centrado na soberania do Estado. Mas, como frisa George Soros, “a verdadeira soberania pertence aos cidadãos” – o Estado (e os governos) apenas a recebem por delegação dos cidadãos. Neste sentido, a noção de soberania não pode ser dissociada da democracia, quer em termos da sua componente protectora da liberdade dos cidadãos; quer da sua componente de escolha, que permite aos cidadãos participarem na definição dos seus rumos colectivos.

Qual, então, a relevância da soberania no contexto da cooperação para o desenvolvimento? No marco definicional aqui descrito, a soberania constitui um elemento central da cooperação. Em primeiro lugar, enquanto *meio* para o desenvolvimento. Na medida em que implica o reconhecimento da interdependência do mundo actual, o conceito de soberania obriga a repensar a cooperação como um processo de benefício mútuo – com óbvias consequências atitudinais e comportamentais em relação à cooperação por parte de todos os actores envolvidos. O reconhecimento da soberania implica também a apropriação dos mecanismos, acções e projectos de cooperação por parte dos países parceiros; e, de igual modo, significa que os diferentes actores da cooperação “partilham entre si a responsabilidade pelos

esforços conjuntos que desenvolvem em parceria.” Ao mesmo tempo, tende a gerar uma cooperação mais eficiente e eficaz, na medida em que potencia o intercâmbio de informação entre os vários actores. Num mundo onde nenhum actor pode presumir a capacidade de aceder a toda a informação relevante, esta troca de dados (mas também de saberes e perspectivas) tenderá a melhorar os processos de decisão – e a facilitar a decisiva fase da implementação – da cooperação.

“SE OUTRORA ESTES VALORES
ERAM ATINGÍVEIS ATRAVÉS DA
INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA
DE CADA ESTADO, NO MUNDO
‘DE DESTINOS SOBREPOSTOS’
REQUEREM UMA PARTICIPAÇÃO
IGUAL EM PROCESSOS QUE SÃO
COLECTIVOS E GLOBAIS.”

Ao mesmo tempo, a soberania deve constituir também um *fim* em si mesmo do desenvolvimento. Com efeito, a cooperação serve para permitir que os países parceiros adquiram os meios que lhes permitem definir o seu próprio destino. Neste sentido, a cooperação visa, em última análise, alargar o âmbito e capacidade efectiva de soberania nos Países em Desenvolvimento. Este objectivo pode ser perspectivado quer em termos de áreas, quer de actores. Em relação às primeiras, podemos usar como exemplo a soberania alimentar, um conceito que tem adquirido crescente relevância no discurso e prática da cooperação. Assim, o propósito da cooperação na área alimentar deve ser permitir o alargamento e expansão da efectiva soberania alimentar – definida como o “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o seu direito de decidir o seu próprio sistema alimentício e produtivo” – nos países parceiros, sem negligenciar que a soberania alimentar (tal como as demais soberanias) se exerce num mundo interdependente e interligado.

Em termos dos actores, o alargamento da soberania abarca naturalmente o Estado, e é reflectido por exemplo na Cooperação para o Desenvolvimento do contexto e enquadramento legal, dos recursos administrativos e técnicos, ou das forças armadas e de segurança. Contudo, importa não esquecer que este alargamento da soberania engloba também os cidadãos, implicando assim o reforço da cidadania, das instituições democráticas e da sociedade civil, entre outros. Pois são os cidadãos que, em última análise, detêm – e devem beneficiar – da verdadeira soberania.



Para “Transparência” pensei concentrar-me no direito que todos os cidadãos deveriam ter no acesso à informação, de forma clara e inequívoca. Resolvi fotografar alguém que contribui para que isto aconteça: Maria António, advogada santomense, trabalha em casos ligados à integração de estrangeiros em território nacional. Faz a ponte entre emigrantes e instituições, facilitando um processo que é para muitos estrangeiros impossível executar.

SELECÇÕES SEM PAÍS

O desporto pode ser um veículo importante na afirmação de uma identidade. O Sudão do Sul é um exemplo recente: disputou uma partida de futebol com o Quênia, no dia seguinte a ser formalmente reconhecido como país independente do Sudão.

Mas nem todos podem usufruir desse privilégio. Há um grupo de territórios que, por não terem reconhecimento por parte da FIFA (o organismo que tutela o futebol mundial), não têm lugar nos principais palcos da modalidade. Isto apesar de, noutros âmbitos da sociedade, lhes ser atribuído algum grau de autonomia.

Os casos do País Basco e da Catalunha são paradigmáticos: há uma declarada luta política pela autodeterminação, mas que não passa pelo desporto – para não ferir susceptibilidades. Impedidos de disputar partidas internacionais, por não terem o reconhecimento da FIFA, optaram por não aderir ou apoiar nenhum dos movimentos Não-FIFA, que reúnem territórios e regiões não reconhecidas. Uma estratégia que tem por objectivo não hipotecar um eventual reconhecimento futuro pelo organismo que tutela o futebol mundial. Situação semelhante é vivida pelo Mónaco, Kosovo ou Gibraltar, que no entanto têm vindo a negociar individualmente com a FIFA e a UEFA, federação responsável pelo futebol europeu.

A FIFA alberga um total de 209 associações, ao passo que as Nações Unidas reconhecem apenas 193 países-membros. O Comité Olímpico Internacional, por seu lado, reúne 204 comités nacionais. Onde está a transparência desta contabilidade e quais são os critérios aplicados?

“Qualquer associação responsável pela organização e supervisão do futebol num

país pode aderir à FIFA. Neste contexto, a expressão ‘país’ deve referir-se a um estado independente reconhecido pela comunidade internacional”, pode ler-se no ponto 1 do artigo 10.º dos estatutos da FIFA. Mas este princípio não deve ser interpretado de maneira demasiado estrita, porque logo a seguir é introduzida uma excepção: “Cada uma das quatro associações britânicas [Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte] é reconhecida como membro distinto da FIFA”, lê-se no ponto 5 do mesmo artigo.

“ONDE ESTÁ A TRANSPARÊNCIA DESTA CONTABILIDADE E QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS APLICADOS?”

Para algumas regiões e territórios, a FIFA é uma porta fechada. O que não deixa de ser irónico, num organismo que defende o futebol para potenciar o desenvolvimento – nomeadamente através dos programas “Football for Hope” e “Goal”.

Aqueles que ficam de fora organizam-se em movimentos dispersos. O VIVA World Cup é o principal torneio para territórios não reconhecidos, organizado pela NF Board (Nova Federação ou Não-FIFA). A mais recente edição realizou-se no Curdistão Iraquiano e reuniu, para além da equipa anfitriã, as selecções do Sara Ocidental, Occitânia, Zanzibar, Récia, Tamil Eelam, República Turca de Chipre do Norte, Darfur e Provença.

Equipas diferentes, com motivações diversas, mas representando grupos unidos pela história, cultura, língua, política. E pelo direito à competição desportiva, sob uma bandeira a que chamar sua.

TRA-
NSP-
ARÊN
-CIA

Transparência s. f. Qualidade do que é transparente, permitindo a transmissão de luz através de certos materiais. Metaforicamente, significa que é facilmente visível para os outros as acções desempenhadas por nós.

*fotografia de LARA JACINTO
texto de TIAGO PIMENTEL*

TRA- NSP- ARÊN -CIA

Talvez a questão da transparência nunca tenha estado tanto na ordem do dia. A 7 de Dezembro de 2010, Julian Assange, fundador do *Wikileaks* entregou-se à polícia britânica. A caça ao homem tinha começado dias antes, quando aquele *site* deu início à divulgação de centenas de milhares de telegramas confidenciais enviados pelos serviços diplomáticos americanos colocados em todo o mundo. Assange diz que luta para obrigar os governos à transparência. Desde 2006, a *Wikileaks* já publicou documentos denunciando abusos de poder por parte de autoridades em todo o mundo. Mas foi em 2010 que este *site* realmente saltou para a ribalta. Em parceria com cinco dos mais conceituados jornais do mundo (*Der Spiegel*, *The New York Times*, *Le Monde*, *The Guardian* e *El País*) deu início à divulgação dos telegramas confidenciais do corpo diplomático americano, desencadeando um enorme debate mundial sobre o alcance e os limites da transparência no trabalho governamental.

Em que medida é que as acções do governo e de todo o Estado devem poder ser escrutinadas pelo público? Essa informação deve ser disponibilizada mesmo que ponha em causa a segurança das pessoas? E para que serve a informação dada ao público? Que consequências tem essa informação para a relação entre representantes e eleitores? Este episódio serve para ilustrar as dificuldades não apenas em definir os limites da transparência como em transformar o objectivo da transparência num bem público, ou numa mais-valia para a vida política. Este último objectivo parece-me particularmente importante, e é relevante para este conjunto de estudos. A transparência não deve ser um fim em si mesma, mas deve antes contribuir para a alteração de comportamentos e para a melhoria nas relações entre cidadãos e representantes, entre parceiros internacionais, ou entre ONG.

Para que isso aconteça, é fundamental cumprir alguns requisitos de base. Em primeiro lugar, é preciso que transparência não seja equacionada com o *dumping* de informação. Muitos governos, e instituições em geral, já entenderam que a simples disponibilização de informação, sobretudo se for feita em grandes quantidades, pode servir mais para confundir do que iluminar. Aliás, até certo ponto, o próprio caso do *Wikileaks* ilustra este ponto, na medida em que os documentos tinham de ser trabalhados por equipas de jornalistas para trazer à luz o sentido da informação contida. A internet potenciou muitíssimo a disponibilização de informação. Mas ao mesmo tempo, nunca foi tão necessário a existência de filtros para a compreensão dessa realidade que temos ao alcance de um clique.

UM EXEMPLO

Particpei na elaboração de um índice de transparência do processo orçamental em Portugal. Este é um dos casos em que, na maioria das vezes a informação – em bruto – está disponível. Qualquer um pode consultar o *site* da Direcção Geral do Orçamento e ter acesso a relatórios, propostas, e leis orçamentais. No entanto, é extremamente difícil para um cidadão comum, ou mesmo para um deputado comum, extrair conhecimento relevante sobre o estado das finanças públicas a partir destes documentos. Isto porque os esforços de transparência no sentido de divulgação dos objectivos de políticas para cada ministério, ou

não são realizados de forma explícita, ou a informação relevante está dispersa por variadíssimas secções e, quem não souber juntar as peças, fica totalmente ignorante. Isto sem se poder dizer que a informação não está lá. Portanto, uma das funções mais importantes daqueles que se preocupam com transparência é a exigência, junto das instituições e autoridades, que não camuflam a transparência com informação. É preciso comunicar para expor com transparência. Por vezes, o objectivo mais quantitativo da informação, objectivo a que as autoridades e todas as instituições estão mais sensíveis nesta época da internet, pode até servir para mascarar falta de transparência.

Em segundo lugar, é preciso compreender que embora a comunicação seja fundamental, esta não deve ser por si só o principal objectivo. Para que a transparência seja útil para o sistema político, e para as sociedades em geral, é preciso que esta seja empregue na promoção da responsabilização política, isto é da *accountability*. Cada vez mais, os eleitores e os cidadãos em geral têm níveis educacionais mais elevados, e têm mais conhecimento – devido ao acesso facilitado a informação – sobre a forma como as instituições e as entidades com fins públicos tomam decisões e agem. Esta transformação ao nível do eleitorado gera exigências sobre as instituições. Enquanto anteriormente era possível que uma instituição se assumisse enquanto legítima simplesmente por tradição, por hábito, ou por circunstâncias históricas, essa legitimidade “enquanto dado adquirido” é cada vez mais rara.

“A EFECTIVA APLICAÇÃO DO CONCEITO TRANSFORMA A TRANSPARÊNCIA NUM BEM PÚBLICO E É O ÚNICO CAMINHO POSSÍVEL PARA A RENOVAÇÃO DE RELAÇÕES DE IGUALDADE E LEGITIMIDADE.”

Hoje em dia, a legitimidade depende em parte dos resultados das acções institucionais, e em parte da racionalidade com que as acções são desempenhadas. E para que essas acções sejam aceites, têm de ser conhecidas e compreendidas pelos cidadãos. É neste âmbito que têm vindo a ser feitos grandes esforços na área da Cooperação para o Desenvolvimento, para melhorar a legitimidade das acções de todos aqueles que trabalham nesta área, sejam governos, sejam ONG. Neste domínio, a transparência tem sido entendida de forma lata, nomeadamente na definição de objectivos, motivações e fins, na criação das relações entre parceiros, e na partilha de informação sobre meios e resultados. Essa transparência não só servirá para reforçar a legi-

timidade dos parceiros envolvidos, como também poderá contribuir para maior igualdade entre doadores, e receptores na cooperação para o desenvolvimento.

Como foi referido anteriormente, a promoção e a efectiva aplicação do conceito transforma a transparência num bem público e é o único caminho possível para a renovação de relações de igualdade e legitimidade para todos aqueles que estão envolvidos no processo de Cooperação e Desenvolvimento.



Talvez em nenhum momento se consiga medir tão bem o ubuntu como nos de tragédia. Vede olhares carregados e mãos estendidas num centro provisório de acolhimento de vítimas das cheias, no Chokwé. Moçambique, Chokwé, Fevereiro de 2000

SELECÇÃO DE ESPERANÇAS

À minha frente estavam três jovens mulheres arreigadas pela vontade. Escutei-as. Ana é contida e cautelosa. Cátia é impulsiva e transparente. Filomena é portuguesa no sotaque e determinada na forma como se deixa escutar. Acabara de encontrar as protagonistas da minha reportagem. É essencial mostrar, a quem percorre a vida apoiada no queixume, que somos quase sempre aquilo que fazemos de nós próprios.

Ana nasceu em Setúbal e tem origens em Cabo Verde. De jeito doce e de timbre suave, revela-se a mulher que em menina tomou as rédeas da casa. Aos oito anos suportava a responsabilidade de ajudar a criar o irmão, de ter a mesa posta, a cama feita e a roupa lavada. Apoiava a mãe nos dias ausentes dominados pela destruidora obediência ao álcool. Conviveu com essa presença distante e em vez de recriminar aprendeu a entender e a perdoar. Foi uma aluna exemplar.

Cátia tem Cabo Verde no sangue, mas foi em Portugal que se encontrou. Cresceu na Zona J de Chelas. Debruçada no varandim do 7º andar do prédio onde, ainda hoje, mora, sonhava em biquinhos dos pés que um dia haveria de ajudar muitos daqueles que vira humilhados pelos mais poderosos. Sofrera com as cargas policiais sobre os vizinhos da frente, do lado e de baixo; sobre mães e filhos; sobre crianças e jovens. A inocência da idade não lhe descortinava a resposta para tal atrocidade. Queria ajudar quem a rodeava. Queria ser capaz de apagar o estigma que paralisa quem quer seguir em frente mas que se sente “preso” por que pertence a uma zona que muitos interditarão à honestidade. A Zona J de Chelas sofre com a cicatriz da criminalidade, do tráfico de droga, da delinquência e carimba, sem dó nem piedade, os alheios ao mundo marginal

ou quem anseia refazer a vida. Cátia estuda e trabalha.

Filomena tem na pele um pedaço da Guiné-Bissau, mas todo o jeito está moldado a Portugal. Recebeu-nos no seu refúgio. Já tem uma casa. Nunca antes se recostara num sofá apenas seu; dormira numa cama à sua medida; desfrutara da sua cozinha; olhara o tecto, as paredes e o chão, como pertences. Vivera a vida em instituições. Fora entregue pelos pais à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Aprendeu com o melhor e com o pior. Não se reduziu à insignificância que alguns queriam. Não cruzou os braços. Hoje vive em função dos outros. É assistente social. Perdoou a decisão dos pais. É feliz.

Ana, Cátia e Filomena são exemplos de quem dá sem esperar em troca. Foram convidadas a integrar uma escola de valores, a Academia Ubuntu – projecto dinamizado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Aprenderam a aprofundar sentimentos e acções que têm sempre em vista o outro. Estão a desenvolver projectos ambiciosos de empreendedorismo social.

Saber servir também se aprende.

“ACABARA DE ENCONTRAR AS PROTAGONISTAS DA MINHA REPORTAGEM. É ESSENCIAL MOSTRAR, A QUEM PERCORRE A VIDA APOIADA NO QUEIXUME, QUE SOMOS QUASE SEMPRE AQUILO QUE FAZEMOS DE NÓS PRÓPRIOS.”

U-
BUN-
TU

Ubuntu s. m. Conceito ético ou filosofia humanística com origem na África Austral, centrado nas alianças e relacionamento das pessoas umas com as outras. Significa “eu sou o que sou devido ao que todos nós somos”.

*fotografia de MANUEL ROBERTO
texto de MAFALDA GAMEIRO*

U- BUN- TU

“Sou o que sou em virtude do que todos nós somos” é a frase emblemática da noção de “Ubuntu” (*vide* Bhengu, 1996 e Mbigi & Maree, 1997). Ela expõe a ética na base da visão de mundo que a noção de Ubuntu procura ser. É uma ética assente na ideia de comunidade como o lugar a partir do qual se definem as condições de possibilidade do indivíduo. Com efeito, o indivíduo, na óptica da noção de Ubuntu, constitui-se na sua relação com as pessoas com quem partilha o mundo. A sua identidade é função das suas obrigações morais em relação à comunidade ao mesmo tempo que essas obrigações definem não só os limites dos seus direitos como também o espaço privado a que ele tem direito para se tornar membro consciente da comunidade.

Não há muito que seja verdadeiramente inovador, partindo da ética, na noção de Ubuntu. Do ponto de vista analítico, Ubuntu refere-se à condição de se ser humano. Na sua essência o termo é tautológico na medida em que apenas reafirma a humanidade de cada indivíduo. Este é um tema com uma forte tradição na filosofia moral. O grande precursor foi, como é sobejamente sabido, Immanuel Kant, o filósofo alemão do Iluminismo, que na sua ideia de imperativo categórico destacou o reconhecimento da dignidade humana como a fonte de toda a moral (Kant, 2010). Quando o sistema de pensamento “Ubuntu” compromete o indivíduo com obrigações morais não faz mais do que destacar justamente o imperativo categórico que a dignidade humana constitui.

Todas as chamadas línguas “Bantu”, isto é um grupo de línguas que domina a paisagem linguística africana a partir do sul do Monte Camarões até à África Austral (Obenga, 1985), têm variações deste substantivo (*vide* também Kagame, 1956). Num sentido literal, a noção descreve um tipo de ética que é característico de comunidades pequenas, pouco diferenciadas e que dependem dum forte sentido de solidariedade para a sua sobrevivência. Não se trata necessariamente duma ética que resulte dum exercício aturado de reflexão sobre os preceitos básicos morais que fundamentam a relação entre o indivíduo e a comunidade. Trata-se, isso sim, dum conjunto de implicações pragmáticas extraídas da experiência vivencial. Ubuntu, na sua essência, não é um conhecimento; é uma maneira prática de viver no sentido kantiano de razão prática. O princípio geral ao qual a noção se refere é o princípio do reconhecimento da importância da comunidade para o indivíduo. Exagerar a sua importância como marca distintiva duma maneira africana de estar no mundo pode convocar a ira de Paulin Hountondji (1983), filósofo africano do Benin, que deu o nome de “etnofilosofia” a esforços como o do missionário belga no Congo dos anos 40 do século passado, Placide Tempels (1945) e sua ideia da existência duma filosofia bantu baseada no conceito de “força vital”.

Estas considerações têm várias implicações. Uma, que é fundamental, tem a ver com as condições de emergência da noção e o tipo de serviços que ela está a ser chamada a prestar. Com efeito, foi na África do Sul onde se elevou a noção ao estatuto de preceito filosófico que define a visão africana do mundo (Bhengu, 1996; Mbigi & Maree, 1997). O contexto imediato dessa elevação foi o fim do Apartheid e a necessidade sentida pela nova África de Sul de iden-

tificar nas raízes culturais africanas algo que pudesse dar coerência e substância à ideia duma “Nação Arco-Íris”. Ubuntu satisfaz, no plano retórico, o desiderato duma comunidade sul-africana solidária, não-racial e entrosada em valores telúricos e culturalmente insuspeitos. O que se tem descurado, porém, é o facto de que uma boa parte da coerência filosófica da noção se deve à forte matriz cristã do quotidiano sul-africano. Mais do que em qualquer outro país africano, talvez, a matriz “africana” das visões do mundo que fazem a gestão da vida quotidiana na África do Sul é de difícil discernimento devido à sobreposição duma camada ética profundamente cristã. Historicamente, esta relação teve desfechos trágicos como quando em pleno século XIX as comunidades Xhosa seguiram as profecias duma rapariga de 12 anos, Nongqawuse, e deixaram de cultivar a terra e cuidar do seu gado (Peires, 1989). Quase dois terços da população morreu de fome. Ao mesmo tempo, porém, a mesma relação produziu formas vernáculas de cristianismo (por exemplo, a Igreja Baptista Nazarena da África do Sul) que até hoje desempenham um papel extremamente importante na produção e manutenção duma identidade Zulu que se pretende original, pura e anterior a todo o contacto (*vide* Hexham & Oosthuizen 1996; 1999; Oosthuizen, 1976). Mesmo a proposta negra de Hino Nacional – *Hosi sikelela Afrika* – não passa dum Salmo religioso (Deus abençoe a África!).

Estamos, portanto, perante uma “tradição inventada” que produz uma ficção útil ao projecto de reestruturação moral da sociedade sul-africana depois dos longos anos de penumbra racial. Na sua essência, a noção de Ubuntu não contém muito que se possa considerar realmente africano, mesmo se esse adjectivo é de difícil determinação. Há um forte sentido que a noção de Ubuntu é trivial, algo que num contexto como o da ajuda ao desenvolvimento pode passar despercebido na medida em que o reconhecimento de algo essencialmente africano pode ser funcional à necessidade que o aparato sobre o qual essa ajuda assenta pode ter um forte interesse em alimentar a ideia duma África com identidade moral distinta e autónoma.

A outra implicação é de cunho pragmático. Ubuntu pode ser entendido como uma ética de desenvolvimento no sentido em que descreve um ideal de sociedade. Esse ideal daria substância aos esforços gerais de desenvolvimento na medida em que os elementos que definem a noção de Ubuntu teriam o estatuto de padrões de avaliação do (in)sucesso desse empreendimento. Dito doutro modo, a noção de Ubuntu pode, mais elaborada, servir de critério local para a avaliação do bem estar. Há tempos, a forma como Amartya Sen, Prémio Nobel de Economia, definiu o desenvolvimento, nomeadamente como liberdade (Sen, 2003), permitiu a introdução da ideia de desenvolvimento humano. Essa ideia colocou a ênfase na necessidade de criação

de condições para que cada indivíduo explorasse em pleno as suas capacidades para dessa maneira gozar a liberdade. Ubuntu pode insinuar-se também como uma maneira de definir o desenvolvimento, desta feita, porém, tendo em conta a experiência histórica africana.

“UBUNTU É UMA VÉNIA À ÁFRICA QUE É POSSÍVEL NAS ACTUAIS CIRCUNSTÂNCIAS, UMA ÁFRICA FEITA NO ENTRONCAMENTO ENTRE CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIIS, ALIENAÇÃO CULTURAL E UMA HISTÓRIA COLONIAL MADRASTA.”

Com efeito, um aspecto fundamental da noção de Ubuntu diz respeito à forma como ele reflecte momentos cruciais da formação duma identidade pós-colonial africana. A noção faz vénias em várias direcções. Ela faz uma vénia na direcção do papel central desempenhado pela religião cristã nos esforços individuais de africanos de se orientarem num mundo tornado inóspito pela violência cultural e moral da dominação colonial. Ubuntu curva-se também em vénia profunda à enorme criatividade africana que se manifesta na capacidade de reflectir os desafios do presente com base na articulação do desiderato dum mundo melhor com um passado imaginado. Ubuntu, no final de todas as contas, é uma vénia à África que é possível nas actuais circunstâncias, uma África feita no entroncamento entre constrangimentos estruturais, alienação cultural e uma História colonial madраста (Mudimbe, 1988; Appiah, 1992). A celebração dum idílio africano sugerido pela ideia da harmonia natural entre indivíduo e comunidade pode, apesar de todas as cautelas que devem ser tomadas em relação à profundidade dos fundamentos éticos que são subjacentes à noção de Ubuntu, constituir um ponto de partida para uma reflexão local(izada) sobre o que significa a Boa Vida na África que a História produziu. Na verdade, é nessa reflexão que reside o significado profundo de Ubuntu. Ubuntu é o que é em virtude das condições de possibilidade da História (africana).



“Estas são as nossas armas” assim gritava um grupo de cidadãos na rua, junto à Porta do Sol, de mãos e voz levantadas frente à Polícia. Sem medo e sem violência, exercendo o direito à liberdade de expressão, manifestavam intenções de mudança no sistema que actualmente chamamos de Democracia. A voz, o direito a estar informado e a partilha da palavra. Estas são, de facto, as nossas melhores armas. Madrid, 16 de Maio de 2012

A VOZ QUE ENFRENTA A CÓLERA

Uso a voz como uma arma. Uma arma apontada à violência, à ignorância, ao preconceito. Sou uma entre centenas de guineenses que tornam, todos os dias, o sonho real: o sonho de rádios na comunidade, feitas e geridas pela comunidade e colocadas ao seu serviço. Na minha Guiné-Bissau, que é muito mais do que conflitos, homens de camuflado e olhar perdido, há mais de vinte destas estações que não procuram lucro, mas antes criar opinião pública e ajudar a construir a democracia.

A telefonia sempre fez parte da minha vida. Trouxe-me, desde cedo, notícias de Portugal, de Londres, de França, de Bissau mas, no início de 94, ficou ainda mais próxima quando nasceu no Quelelé a primeira rádio comunitária. Eram tempos difíceis na política e o poder rapidamente a calou até que no fim desse ano, lembro-me bem, a cólera veio sem tréguas.

A Rádio reabriu, alheia às proibições e à pressão. Os moradores participavam nos programas, levantavam, em directo, as dúvidas aos médicos que estavam no pequeno estúdio. Pelas ruas circulavam equipas de residentes em campanhas de sensibilização sobre higiene individual e colectiva, desinfeção dos poços de água, limpeza de lixo, controlo do estado de saúde e evacuação dos doentes sintomáticos para o hospital central. No bairro do Quelelé, a cólera fez um morto; em Bissau matou centenas. Era o princípio de um caminho.

Por todo o país, estas rádios são hoje espaços de partilha, cidadania e reflexão. A minha voz, as nossas vozes, entram nas casas das cidades mas também nos táxis, nas pirogas, nas tabancas onde, tantas vezes, há um transístor no terreiro onde a comunidade se reúne para

escutar. Quando levantamos a via e as nossas mensagens se elevam sobre a terra vermelha, damos notícias, resgatamos tradições, combatemos tabus, promovemos a mudança. É lenta mas está a acontecer! Sou mulher. Sou mulher da rádio e sinto como este trabalho dá força às mães e filhas do meu país. Falo-lhes dos meninos que pedem esmola nas ruas de Dacar em vez de, como os pais pensavam, estarem a estudar o Alcorão, revelo-lhes os perigos do fanado, do parto na mata. Levo também informação sobre sementes, sobre as formas de melhor cultivar e de proteger a natureza desta Guiné que espera, ainda, a sua oportunidade para se concretizar como Estado de Direito e de direitos. Sabemos que ela espreita. A nossa missão é preparar esse dia!

“A MINHA VOZ, AS NOSSAS
VOZES, ENTRAM NAS
CASAS DAS CIDADES MAS
TAMBÉM NOS TÁXIS, NAS
PIROGAS, NO TERREIRO
ONDE A COMUNIDADE SE
REÚNE PARA ESCUTAR.”

A PARTIR DE TESTEMUNHOS DE RADIALISTAS COMUNITÁRIOS DA GUINÉ-BISSAU.

VOZ

Voz s. f. Som produzido pelo ser humano usando as suas cordas vocais para falar, cantar, gargalhar, chorar, gritar, etc. Característica humana intimamente relacionada com a necessidade do homem se agrupar e comunicar.

*fotografia de CARLA CARVALHO TOMÁS
texto de PAULA BORGES*

A voz é uma característica humana intimamente relacionada com a necessidade do homem se agrupar e comunicar. Ela é produto da sua evolução, um trabalho em conjunto que muito se tem transformado ao longo dos tempos, sobretudo nesta Era da Informação e da Comunicação.

Dar voz a quem poderá estar marginalizado e fazer-lhe chegar a informação de que todos carecemos para a prática duma cidadania activa, esclarecida e consciente é uma responsabilidade que cabe a todos nós. Estar atento às maiores necessidades e ouvir a Voz e apelos dessas pessoas, que por motivos vários vão sendo segregadas e afastados dos centros de decisão, é outra tarefa que tem que fazer parte do processo de construção de uma cidadania activa, consciente e esclarecida em relação aos grandes desafios globais. Só assim se conseguirá intervir na mudança, ajudando a criar um futuro desejado e equilibrado para todos.

É fundamental a criação de “espaços voz” junto das populações mais desprotegidas que poderão vir a ser agentes de mudança. Esses sectores da população devem ser envolvidos em todos os assuntos que os afectam, como um elo de ligação com as entidades locais e nacionais reforçando assim a sua participação activa na defesa dos seus direitos. Esta é uma das alternativas que se impõe nestes momentos conturbados.

Esses sectores da população devem ser incentivados a prestarem toda a atenção à informação global e local, de forma a fortalecerem os seus conhecimentos sobre os seus direitos e qual o papel que devem desempenhar na participação das várias actividades sociais e políticas.

Como um dos exemplos destas iniciativas temos o caso de Angola que criou o “Espaço de voz da Criança”, com debates e vários estudos apresentados onde participaram membros do executivo local, directores de escolas, coordenadores infantis, representantes da sociedade civil, instituições religiosas e crianças organizadas, tudo isto para se ouvir a voz de quem mais necessita. Como este exemplo já há muitos outros que podem ser seguidos e até melhorados para dar voz a quem mais está desprotegido e afastado.

Com o crescimento galopante das novas tecnologias de informação e comunicação, o direito ao acesso à informação, a sua permuta e a liberdade de expressão adquiriram (felizmente) novas dimensões. As NTI¹ e nomeadamente as redes sociais² desempenham, agora, um papel fundamental na construção das vozes dos grupos socialmente mais desfavorecidos, reforçando o seu direito à informação e globalmente à cidadania.

À recessão que se verifica actualmente vem juntar-se a pressão exercida sobre numerosos países, pelos elevados preços dos produtos alimentares e energia, que lançaram na pobreza extrema (entre 2005 e 2008) mais de 200 milhões de pessoas. Sabemos no entanto, através de um novo relatório do Banco Mundial, que houve uma ampla redução da pobreza extrema no mundo, concluindo que esta grande recessão global não aumentou a pobreza nos países em desenvolvimento, o que é uma boa notícia (os índices de pobreza no mundo estão a cair).

Torna-se pois necessário criar um processo que reflecta as realidades do século XXI e que continue na senda do que se tem vindo a verificar dando Voz a quem mais necessita. Este sistema que se está a criar através destas Novas Tecnologias, não só deve ajudar a melhorar as condições de vida dos mais pobres e vulneráveis, mas também assegurar que as suas vozes sejam ouvidas nos lugares onde as decisões são tomadas.

Simultaneamente é fundamental liderar e incentivar acções como esta (entre outras)³, que visam dar apoio aos mais desfavorecidos confrontados com a grave recessão económica que agora se vive, concebendo e implementando abordagens inovadoras e de qualidade que possam identificar e desenvolver oportunidades para a mudança.

“AS NOVAS TECNOLOGIAS NÃO SÓ DEVEM AJUDAR A MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS, MAS TAMBÉM ASSEGURAR QUE AS SUAS VOZES SEJAM OUVIDAS NOS LUGARES ONDE AS DECISÕES SÃO TOMADAS.”

A pobreza e a marginalidade social em que vivem vários sectores da sociedade lesam a liberdade de expressão, sempre que a sua opinião e participação são ignoradas e colocadas fora de qualquer debate. A pobreza pode levar a violações gravíssimas dos direitos humanos e por isso devem ser criadas condições que permitam a cada pessoa, gozar os seus direitos económicos, sociais e culturais, bem como os direitos civis e políticos que lhes são devidos. Só assim se poderá realizar o ideal do ser humano livre isento do temor e da miséria, capaz de assegurar a sua liberdade pessoal e direito a uma boa, ou pelo menos razoável, qualidade de vida, requisitos fundamentais para uma vida digna e humana.

Tudo isto se consegue fazendo chegar as vozes e necessidades mais sentidas das populações com maiores dificuldades aos responsáveis que poderão dar o seu contributo para resolução destes casos.

Existe ainda uma escassa participação activa dos mais pobres, sendo-lhes dificultado o acesso à informação e a capacidade de influenciar as decisões que afectam as suas vidas do dia-a-dia, encontrando-se, por isso, privados do seu direito de participação na vida do país e nas decisões que poderiam melhorar o seu nível de vida.

O exercício da liberdade de expressão, sem a discriminação provocada

pela origem social ou posição económica, será fundamental para diminuir o risco da pobreza absoluta com todas as desgraças e prejuízos, para todos, que daí advém.

Sabemos que a falta de participação impede o desenvolvimento aberto de sociedades livres e capazes, agravando a intolerância e a discriminação. A inclusão de todos os sectores da sociedade nos processos de comunicação, decisão e desenvolvimento é fundamental para que suas necessidades, opiniões e interesses sejam contemplados nas de decisões tomadas.

É justamente através de uma participação activa e organizada de toda a sociedade nas instituições do país, que o exercício da liberdade de expressão se manifesta permitindo melhorar a condição dos mais marginalizados e desprotegidos.

Neste sentido, o respeito da liberdade de expressão, dando voz a quem mais necessita, é uma ferramenta fundamental para integrar quem, por razões de pobreza, é excluído tanto da informação, como das decisões. A igualdade de oportunidades a todas as pessoas para receber, buscar e solicitar informação deve ser garantida por todo e qualquer meio de comunicação, sem discriminação.

O direito e garantia de uma voz informada para qualquer pessoa são condições indispensáveis para a subsistência da igualdade e do bem-estar de todos. Além disso, uma opinião pública esclarecida e interventiva, em relação aos desafios da época actual, são os motores em que temos que apostar para que haja possibilidades de mudança.

É nesta perspectiva de informação para todos, na tentativa de construção de uma cidadania activa e de uma opinião pública esclarecida, que apostamos.

¹ NTT – NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.

² AS REDES SOCIAIS TÊM ADQUIRIDO IMPORTÂNCIA CRESCENTE NA NOSSA SOCIEDADE. SÃO CARACTERIZADAS PELA SUA HORIZONTALIDADE, PELA SUA DESCENTRALIZAÇÃO E PARTILHA DE INFORMAÇÕES, CONHECIMENTOS E INTERESSES TENTANDO ALCANÇAR OBJECTIVOS COMUNS. O CONSTANTE CRESCIMENTO DAS REDES SOCIAIS REFLECTE UM PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL, NUM CONTEXTO DE MAIOR PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

³ ORGANIZAÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO COM TEXTO E FOTOGRAFIA, LIVRO/CATÁLOGO – O “ALFABETO DO DESENVOLVIMENTO”.



Há um mundo, tão pequeno e tão grande que todos podemos construir. Um mundo de conceitos. Um mundo aberto ao mundo. Se eu der uma mão e tu um dedinho da tua, podemos abrir uma porta aberta a toda a gente que queira aprender e partilhar. Uma porta aberta ao infinito.

“LI-A NA INTERNET!”

Na Internet?

Quem a terá publicado lá?

Quem a terá divulgado na rede?

Não conseguia acreditar.

Sim, tinha sido eu a escrever aquela história.

Passei dias, semanas, meses a pesquisar nos arquivos, a entrevistar os que tinham vivido o clamoroso epílogo daquela história tão dramática.

Tinha conseguido resgatar imensos recortes de jornal. Em mau estado. Alguém me tinha passado um velho VHS com uma reportagem televisiva. Tinha voltado a percorrer todos aqueles lugares. Tinha seguido a história.

Era um trabalho que queria apresentar num concurso de escrita para migrantes. Pediam uma história original. Uma história de vida. Algo que tivesse realmente acontecido. Algo que tivesse influenciado de maneira drástica a história da imigração em Itália.

Tinha decidido escrever a história de Jerry Masslo.

Tinha ouvido falar muito dele. Para mim era a História.

Não ganhei o concurso.

Mas recebi os parabéns do júri.

Aquela história era muito importante para mim.

Ninguém a tinha escrito ainda de forma exhaustiva.

Se havia algo sobre esta história na internet, então, só podia ser o meu texto.

Os direitos de autor eram meus. Pelo menos podia reivindicar isso, ou não?

Nenhum site podia publicá-la sem a minha autorização.

Tinha que verificar.

Fui a correr para o *internet point*.

La lá poucas vezes.

O processo de autenticação dos utentes incomodava-me.

Mas a lei mandava assim. Um espasmo do 11 de Setembro de 2001.

A curiosidade era grande e fui ver onde tinham publicado o meu trabalho. Tecliei “Jerry Masslo” no motor de pesquisa, seguido do meu nome.

E encontrei a história que tinha escrito. Grandes excertos.

Na barra de endereço havia um nome estranho: Wikipédia.

Nunca tinha ouvido aquela palavra até àquele momento. Tentei perceber mais. Apresentava-se como uma enciclopédia livre. Todos podiam interagir. Passiva e activamente. Fiquei surpreendido. Percebi que não podia pedir nada pelos direitos de autor. O meu nome constava na bibliografia. Com o título do meu trabalho e tudo.

A minha raiva transformou-se então em felicidade: o meu nome era citado na maior enciclopédia de todos os tempos. Não que o meu trabalho fosse grande coisa.

“NÃO QUE O MEU TRABALHO FOSSE GRANDE COISA. MAS ALGUÉM O TINHA LIDO. E O TINHA PUBLICADO ONLINE. PARA FAZER DELE UM PATRIMÓNIO DE TODOS. SENTIA-ME SATISFEITO.”

Mas alguém o tinha lido.

E o tinha publicado *online*.

Para fazer dele um património de todos. Sentia-me satisfeito.

Eu não era Diderot.

Nem D’Alembert.

Não estava destinado ao Panteão.

Mas na grande enciclopédia universal – Wikipédia – havia a minha minúscula pegada.

Uau!

WI—
KIPÉ
—DIA

Wikipédia Projecto de enciclopédia multilíngue livre, baseado na web e colaborativo. É uma combinação de “wiki” (uma tecnologia para criar sites colaborativos, a partir da palavra havaiana “wiki”, que significa “rápido”) e enciclopédia.

fotografia de CARLA CARVALHO TOMÁS
texto de JÉAN-RENÉ BILONGO

WI- KIPÉ -DIA

Com o nascimento no dia 15 de Janeiro de 2001 de Wikipédia, pensado como uma costela de Nupédia, projecto também ligado à livre circulação e elaboração de informações, mas cujos referentes eram investigadores de varias áreas, algo mudou para sempre no mundo da divulgação de conteúdos e da circulação de saberes.

Hoje Wikipédia, através da acção da Wikimedia Foundation, multiplicou-se em vários projectos entre eles complementares, que pretendem cativar públicos-alvo diferentes, direccionando o tipo de informação pretendida em sub-projectos como por exemplo Wiktionary, Wikibooks, Wikisource, Wikispecies, Wikiquote, Wikinews, Wikiuniversity.

Lembro-me que quando era pequena tinha um grande sonho: ter a chamada *Enciclopedia dei Ragazzi*. Na casa onde cresci, cheia de livros, dicionários e papéis havia apenas uma enciclopédia, enorme, em vários volumes que ia crescendo de ano para ano, quase ao mesmo ritmo com que eu própria crescia – era a mítica *Treccani*. Sentia-me frustrada perante aquele verdadeiro monumento de informações às quais, na prática, não tinha acesso porque tudo era pensado para um utilizador adulto, capaz de fazer as ligações entre entradas e temas e sobretudo capaz de orientar-se dentro de uma linguagem em que as informações eram proporcionadas de forma asséptica e pomposamente profissional. Acabei por nunca receber uma *Enciclopedia dei Ragazzi* e fui aprendendo, porém, a procurar informação na monumental *Treccani*. Hoje em dia, mesmo não sendo uma nativa digital, para qualquer dúvida “vou à internet”, aliás vou à Wikipédia, sempre que preciso de conferir uma data, ter a certeza de como se escreve o nome de um determinado autor, ou ter uma ideia geral de um determinado conceito ou de um assunto mais específico.

Hoje em dia eu, como muitos outros, posso ter uma ideia seja do que for com um rápido clique no meu computador e de alguma forma parece-me que o cerne da questão, quando se fala de acesso ao saber global (globalizado?), esteja banalmente aí: eu posso ir à Wikipédia tal como “à internet” em geral, como muitos outros, mas não como *todos* os outros, porque, apesar da globalização e de todos os esforços que se fazem, o *digital divide*, existe e vive junto de nós. Passa pela possibilidade de ter acesso não apenas à gramática da informática na perspectiva do utilizador, mas pela possibilidade material de ter um computador à mão, para não falar de um *smartphone* ou um iPad.

A questão que se coloca é, portanto, a de poder ou não ter facilidade de acesso à rede, condição que, em muitos lugares do nosso planeta global, mas ao mesmo tempo fragmentado, em fronteiras não apenas geográficas, é ainda uma miragem para a maioria dos cidadãos, mesmo das zonas urbanas de uma boa parcela do mundo em que vivemos.

Muitas vezes, mesmo quando se tem acesso à rede, trata-se de um acesso à rede consumido em lugares públicos, quase colectivo, o que cria uma sintaxe do utilizador menos pessoal e mais virada para o contacto, para a comunicação imediata ou para a busca pontual de uma ou outra informação. Daí fosse talvez útil repensar uma forma dessas plataformas de saberes capaz de não prescindir do direito à uma plena cidadania global mesmo no acesso ao saber imaterial, e muitos dos projectos, sem dúvida meritórios que tentam incluir

o mais possível os chamados “outros saberes” tal como a sua “carne viva”, isto é, não apenas as noções mas o sistema de práticas discursivas e culturais que estes saberes produzem. Mas como pensar estratégias inclusivas deste tipo quando ainda está em questão como chegar aos que necessitam de ter acesso à informação? Muitos são os projectos sem dúvida pioneiros que andam nesta direcção na tentativa de “repensar” e por tabela “democratizar” o saber. Wikipédia, enquanto plataforma de conhecimento (como sabemos a quinta por número de usuários do todo o mundo cibernético) que ainda por mais se define “livre e colaborativa” pelo facto de incluir e promover também projectos temáticos e lugares de discussão, pela sua transdisciplinaridade, pelo seu plurilinguismo (280 línguas, evidentemente nem todas representadas com o mesmo número de entradas) não se tem poupado no esforço de alargar a sua plataforma à escala global.

Um exemplo entre outros é o projecto WikiAfrica, que desde 2011 conta também com a pareceria formal com o *Africa Centre* da Cidade do Cabo em qualidade de responsável do *networking* e de implementação de WikiAfrica no continente africano, e que nasceu originariamente da sinergia entre a fundação Associazione Wikimedia Italia e Lettera27 cuja missão, por sua vez, é apoiar o direito à alfabetização, à instrução e mais em geral favorecer o acesso ao conhecimento sobretudo nas zonas menos favorecidas do mundo. WikiAfrica, tem como seu objectivo, nesta perspectiva, aumentar o número de entradas relativas ao continente africano e sobretudo torná-las mais fidedignas querendo atingir o limiar de 30.000 até finais de 2012. Um projecto deste tipo baseando-se sobre a intuição matricial que subjaz ao espírito com o qual foi criada a própria plataforma de Wikipédia, revela a consciência de que a rede é uma possibilidade mas é também o exacto contrário, enquanto poderá tornar-se a médio e longo prazo em mais um elemento de exclusão e de empobrecimento de parte da população do planeta e portanto de progressiva perda da possibilidade de ter acesso, em certas zonas, a uma plena cidadania tanto a nível global, quanto local. Num projecto deste tipo que obviamente se propõe em filigrana também como instrumento para a Educação ao Desenvolvimento, faz com que Wikipédia tente alargar o próprio conceito de plataforma de conhecimento ao propor-se também como espaço de criação de redes e de parcerias concretas com intuições públicas e privadas, tal como festivais, feiras do livro, tendo como finalidade a promoção de cinema, literatura, documentários produzidos em África e em contextos de diáspora e migração, tal como a recuperação de saberes locais em risco de desaparecimento.

Mais uma banalidade: Talvez seja preciso lembrar que a rede é em si rede, isto é possibilidade de pôr realidades diferentes a trabalhar em conjunto, imaginando projectos que possam ter em conta não apenas quem produz este universo de saberes, mas também em que tipo de horizonte cultural se coloca quem deles vai fruir, isto é o famoso “utilizador final”. Seria desejável que uma lógica inclusiva como

a de Wikipédia promovesse uma participação o mais possível activa que estes saberes habitam. A visibilidade dos chamados “saberes outros” não é por si representativa se não se tem em conta uma possível reprodutibilidade dos mesmos saberes. Dar-lhe visibilidade, corpo, existência, exactamente na conexão com o saber que toda a globalização consome, parece-me um primeiro passo que não pode prescindir de uma sinergia entre quem devolve visibilidade (i)material a determinados conteúdos e a base que historicamente os produz. Sem isso parece-me que o rótulo de “contribuições africanas e locais”, tão recorrente nas páginas de apresentação do WikiAfrica, corre o sério risco de limitar-se a evocar um imenso vazio no qual nunca caberão novas lógicas e novas epistemologias.

“A INCLUSÃO DE DETERMINADOS CONTEÚDOS E A FORMA EM QUE SE DECLINA A PRÓPRIA GRAMÁTICA DA SUA ORGANIZAÇÃO PODE FAVORECER A EXISTÊNCIA DE OUTRAS PRÁTICAS QUE PARTICIPEM TAMBÉM DE UM RENOVADO DIÁLOGO ENTRE MUNDOS.”

Talvez valha a pena lembrar que a internet, enquanto repositório de noções e saberes, é também um arquivo e, enquanto tal, a maneira como organiza as suas entradas e os seus descritores acabam por ser, por sua vez, uma organização discursiva e narrativa que não pode prescindir do seu lugar de enunciação. Apenas tendo em conta este elemento poderemos falar de fecundo diálogo entre mundos que possam trabalhar para chegar ao mesmo pé de igualdade na complexa hierarquia do saber global. Por isso, a inclusão de determinados conteúdos e a forma em que se declina a própria gramática da sua organização pode favorecer a existência de outras práticas que participem também de um renovado diálogo entre mundos. Para que sempre menos pessoas tenham que aprender o alfabeto do conhecimento através de uma linguagem sentida como completamente alheia, tendo assim que aplicar e praticar um complexo percurso de tradução do próprio património de saberes que nem sempre “acontece” em pé de igualdade entre os sujeitos que dele participam.



Estrangeiros sempre, mesmo na terra onde nasceram. Eis a realidade das comunidades ciganas pela Europa fora. Esta criança foi acordada com o nascer do dia por militares a cavalo. O acampamento, que existia há anos num terreno privado de Francelos, em Vila Nova de Gaia, foi desmantelado por ordem judicial. Portugal, Vila Nova de Gaia, Maio de 2001

SERGIY E TAMARA SÃO, EM PORTUGAL, UMA NÓDOA BRANCA

Sergiy Plugatar tem olhos muito azuis sob sobrancelhas bem definidas. Tem a pele dourada do sol, mas não chega para disfarçar, fingir que é moreno. Tamara Pryanyk, a sua namorada, é alta e tem uns olhos verdes que com a maquilhagem parecem ainda mais olhos de gata. Quando vão a qualquer lado, Sergiy e Tamara distinguem-se imediatamente.

Os portugueses costumam falar dos seus emigrantes que estão fora mas dentro do país, diz Sergiy, “mantêm uma ideia de nacionalismo”. E dentro dessa ideia, Sergiy e Tamara não têm lugar. A Tamara, que veio da Ucrânia aos 11 anos, já lhe disseram várias vezes assim “de caras”: “Vai embora para a tua terra!”.

Durante o longo fim de tarde de Primavera, quente como no Verão, nos momentos em que não tem clientes na gelataria Ice-it, no Freeport, em Alcochete, onde trabalha em part-time, Sergiy vem à esplanada, traz crepes para Tamara e conversa com os jovens ucranianos e russos que vão aparecendo. Em meia dúzia de mesas se faz uma Rússia, uma Ucrânia. Onde o sol brilha quase todo o ano.

Sergiy diz que sempre vai “ter uma mentalidade russa, ucraniana”. É essa mentalidade que faz com que tenha mais amigos russos do que portugueses e se sinta melhor com Tamara do que com uma namorada portuguesa. Talvez seja também o facto de partilharem o mesmo percurso, de viverem num país que já não lhes é estranho mas ainda não lhes é inteiramente familiar.

Aos 21 anos, Sergiy já trabalhou nas obras, nas vindimas, nas discotecas. Agora está a fazer um estágio numa empresa de instalação e manutenção de painéis solares, parte de um curso profis-

sional. Talvez as energias renováveis sejam o nosso futuro, mas no futuro mais próximo Sergiy duvida se terá emprego. Portugal está difícil para todos. Está mais difícil para ele e para Tamara. “Os portugueses põe-nos à parte”, diz Sergiy. O racismo, percebeu logo aos 13 anos quando chegou a Portugal e todos os dias andava em lutas na escola, não tem uma única cor. “Nós somos uma nódoa branca.”

Quando Sergiy diz que “a comida portuguesa é boa” e que Portugal “tem terras bonitas”, di-lo como se já tivesse partido e voltasse de visita. Ele tem um sonho com 16 mil quilómetros. Na Austrália, Sergiy poderia fazer *surf* e *kite-surf* como faz aqui nas praias da margem sul do Tejo. A Austrália, diz, tem o que Portugal tem: sol e mar. E terá o que Portugal não tem: um futuro para ele e Tamara?

“SERGIY VEM À ESPLANADA, TRAZ CREPES PARA TAMARA E CONVERSA COM OS JOVENS UCRANIANOS E RUSSOS QUE VÃO APARECENDO. EM MEIA DÚZIA DE MESAS SE FAZ UMA RÚSSIA, UMA UCRÂNIA.”

A PARTIR DE REPORTAGEM PARA O JORNAL PÚBLICO A 21 DE MAIO DE 2011, DA SÉRIE DE REPORTAGENS “OS NOVOS PORTUGUESES”.

XENO
FO-
BIA

Xenofobia s. f. Comumente associada à aversão a outras raças e culturas. É também associada à fobia em relação a pessoas ou grupos diferentes, com os quais o indivíduo que apresenta a fobia habitualmente não entra em contacto ou evita fazê-lo.

fotografia de MANUEL ROBERTO
texto de SUSANA MOREIRA MARQUES

XENO FO- BIA

A palavra xenofobia deriva, etimologicamente, de duas palavras gregas: ξένος (xenos), que significa “estrangeiro” ou “estranho” e φόβος (fobos), que significa “medo”. A palavra “xenofobia” designaria, portanto, o sentimento de temor em relação àqueles que, do nosso ponto de vista, são os estranhos ou os estrangeiros, o que corresponde, aproximadamente, ao sentido da palavra nos nossos dias, que nomeia o sentimento de hostilidade, por parte de um determinado grupo, dirigido àqueles que por ele são caracterizados como o “outro”, o estrangeiro, ou o estranho. Este sentimento de hostilidade traduz-se em actos de rejeição violenta ou, mais comumente, em discursos que inferiorizam o outro, justificando muitas vezes o seu estatuto de subordinação na sociedade, bem como a sua menorização política e social, que se traduz na ausência de direitos e no tratamento diferenciado dos membros do grupo que é alvo de xenofobia.

Neste sentido, a atitude xenofóbica está intimamente relacionada com o racismo, que designa também um sentimento de hostilidade e de rejeição de um grupo em relação a outro. Neste caso, falamos de racismo quando o tratamento diferenciado em relação a um determinado grupo encontra a sua justificação num conjunto de características físicas visíveis ou em propriedades genéticas supostamente possuídas pelo grupo que é alvo de racismo.

A ideologia racista opera atribuindo a essas características ou propriedades um significado imaginário que excede aquilo que são os traços objectivamente observáveis, atribuindo assim a esses grupos uma série de propriedades cognitivas e éticas, normalmente inferiorizantes, uma vez que o racismo é uma ideologia de dominação, i.e., uma ideologia que justifica a subordinação de um grupo em relação a outro. Um exemplo possível de um processo de racialização é aquele pelo qual aos indivíduos que são portadores de um determinado traço fenotípico (um exemplo flagrante, mas não único, é a cor da pele) é atribuído um conjunto de atributos de natureza social: capacidades de aprendizagem e de trabalho diferenciadas, diferentes níveis de agressividade, etc.

A divisão da humanidade em raças é assim uma construção imaginária, cuja força persistente consiste na sua capacidade em fazer-se passar por natural, i.e., em fazer com que aquilo que é um produto da história e da cultura – a atribuição de um significado a uma diferença visível ou imaginada e a consequente desvalorização dos indivíduos que a trazem consigo – seja entendido como um dado da natureza, como algo que está inscrito na nossa constituição biológica.

Do mesmo modo, a xenofobia também resulta da construção de uma diferença e da exacerbação dos termos dessa diferença, neste caso das diferenças de nacionalidade. Embora haja outros princípios de diferenciação, o princípio da nacionalidade é, no mundo contemporâneo, o mais poderoso princípio de identificação do “outro” como estrangeiro.

A criação dos Estados-Nação modernos foi acompanhada do esforço de construção de uma identidade nacional, sustentada por uma tentativa de homogeneização linguística e cultural do conjunto populacional sob a administração de um Estado. A soberania moderna assenta, assim, no controlo estatal sobre um determinado território, circunscrito por fronteiras que o separam de outros territórios nacionais, e sobre uma população que se quer unida por uma

identidade nacional. Essa identidade nacional, que é também ela uma construção histórica, um resultado do esforço levado a cabo pelo Estado moderno em produzir essa identidade, apresenta-se o mais das vezes de uma forma “naturalizada”, isto é, como se não fosse ela própria contingente e histórica, mas como se as suas raízes mergulhassem fundo no tempo mítico e imemorial de uma fundação da nação.

O rápido esquecimento da natureza contingente da identidade nacional e o carácter “natural” com que ela se nos apresenta tem como consequência a hipostasiação dessa mesma identidade e a exacerbação daquilo que supostamente separa umas nacionalidades de outras. Assim, a ligação de um determinado indivíduo a um território e a um Estado, que tem a sua tradução institucional na cidadania, adquire, no sentimento desse indivíduo, um carácter substancial, que o leva a exacerbar os laços que o unem aos outros indivíduos que partilham essa identidade, e a reforçar as diferenças em relação aos detentores de outras nacionalidades. Quando a esse sentimento de diferença se junta uma consideração do estrangeiro como indesejável, ou mesmo como cultural ou racialmente inferior, estamos então perante a xenofobia. A xenofobia não resulta, assim, da mera existência do “estrangeiro”. Embora esse seja o seu ponto de partida, a essa divisão entre “nós” e os “outros” junta-se uma consideração hierárquica acerca do “valor” associado a cada nacionalidade e, portanto, do seu carácter mais ou menos desejável.

“O SENTIMENTO DE HOSTILIDADE TRADUZ-SE EM ACTOS DE REJEIÇÃO VIOLENTA OU, MAIS COMUMMENTE, EM DISCURSOS QUE INFERIORIZAM O OUTRO, JUSTIFICANDO MUITAS VEZES O SEU ESTATUTO DE SUBORDINAÇÃO NA SOCIEDADE.”

Este carácter diferenciado da relação com o “outro” nacional é bem visível nos nossos tempos, nos discursos que acompanham os fenómenos de deslocação e realocização massiva de populações. Políticos e meios de comunicação social só costumam referir a imigração como “problema” ou “ameaça” merecedora de atenção e de intervenção quando esta se refere, normalmente, à imigração proveniente de países mais pobres.

É importante ter em atenção que a xenofobia e o racismo, para além de serem fenómenos históricos e culturais, têm uma dimensão colectiva e estrutural, i.e., dizem respeito a relações de poder entre grupos,

relações essas que normalmente se estendem no tempo e constituem traços duráveis nas relações entre esses grupos. O carácter persistente do racismo e da xenofobia está relacionado com a já referida “naturalização” daquilo que nos separa do “outro” nacional ou “racial”, e com o modo como essa diferença está associada a uma hierarquia que por sua vez sustenta uma divisão desigual de riqueza e poder numa sociedade.

Exemplos históricos não faltam: o modo como populações inteiras foram tomadas como prisioneiras, transformadas em propriedade privada e forçadas a trabalhar, i.e., o fenómeno da escravidão, não pode ser entendido sem a inferiorização racial a que essas populações foram sujeitas; o genocídio levado a cabo pelo regime nazi e de que foram vítimas judeus e ciganos, entre outras populações, tem de ser entendido à luz das concepções de hierarquia racial que faziam parte do aparelho ideológico do III Reich. Numa outra escala e com efeitos muito diferentes, nos nossos dias tendemos a considerar “normal” a situação em que muitos imigrantes vivem, privados de direitos que são reconhecidos aos nacionais (p. ex., o direito de voto), e muitas vezes sujeitos a tratamento desigual (p. ex: um salário menor para a mesma tarefa).

A circunscrição do racismo e da xenofobia a atitudes e comportamentos discriminatórios individuais cujo combate passa, antes de mais, pelos tribunais, corre o risco de passar ao lado da dimensão estrutural do racismo, e de pensar que ele está presente apenas em indivíduos disfuncionais ou grupos marginais. Passa, pois, pelo reconhecimento das suas raízes históricas e da sua natureza estrutural a possibilidade de um combate eficaz a estes fenómenos.



Esta imagem partiu da ideia de sobrecarga, caos e interminável rio de informação. Ecrãs descartados e empilhados, barreiras imaginárias com a vida da cidade parcialmente reflectidas numa janela, que ao mesmo tempo que espelha o mundo lá fora nos confunde com camadas ambíguas de sombra e padrões geométricos.

YOUTUBE: A ARMA DA PRIMAVERA ÁRABE

Sou Suhair Atassi, 38 anos, muçulmana sunita. Pertença a uma das famílias políticas e religiosas mais importantes de Homs, “capital da revolução síria”. O meu pai, Jamal, dos primeiros militantes do Partido Baas, deixou cair o Presidente Nuredin, seu primo, a favor de Hafez al-Assad, no golpe de 1970, mas afastou-se assim que o novo líder abandonou o ideal pan-arabista.

Em 2000, quando o meu pai morreu, pouco antes de Hafez, este ofereceu-lhe um funeral “quase oficial”, reconhecendo-o como “patriota de convicções”. Eu, pelo contrário, com Bashar al-Assad, fui várias vezes detida e forçada a 8 meses de clandestinidade até ao exílio em França, desde Novembro de 2011.

O meu delito? Fundar o Fórum Jamal Atassi, espaço de debate no Facebook para exigir reformas. Os vídeos que partilhávamos denunciavam a opressão. O regime privou-me desta existência virtual. Esperávamos uma “Primavera de Damasco” depois de o filho de Hafez chegar ao poder, mas enfrentámos um reino de silêncio, com uma dupla aterradora. Por um lado, a fúria contida resultante da deterioração das condições de vida, corrupção e repressão. Por outro lado, o medo: das perseguições, dos interrogatórios, das pressões sobre familiares, do cárcere sob acusações falsas.

Em Abril de 2011, em Homs, fui testemunha de como foi possível quebrar a barreira do medo. A esperança tornou a despontar. As pessoas compreenderam que podem, por si próprias, reaver a sua humanidade.

Sou Ahed al-Hendi, 27 anos, cristão nascido em Damasco, onde estudei Gestão e ajudei a criar, em 2006, um movimento juvenil laico e democrático.

Sobrevivemos alguns meses até eu ser preso num café de internet, usado para apresentar ao mundo – sobretudo com imagens no YouTube – provas dos crimes da ditadura.

Durante 40 dias na cadeia, a pior tortura foi psicológica. Horrível, a experiência de estar isolado numa minúscula cela, sem acesso a advogado. Desejei muitas vezes morrer. Esperei três meses até poder fugir da Síria: para a Jordânia, Egipto, Líbano e, finalmente, os EUA. Agora, em Nova Iorque, coordeno o programa árabe da CyberDissidents.org., que amplifica as vozes dos *bloggers* pró-democracia no Médio Oriente. Suhair Atassi é uma dissidente corajosa que influenciou muitos jovens activistas. Foi a primeira a organizar manifestações e a insurgir-se publicamente contra Bashar. O Ocidente devia apoiá-la como o futuro da região.

“ESPERÁVAMOS UMA ‘PRIMAVERA DE DAMASCO’ DEPOIS DE O FILHO DE HAFEZ CHEGAR AO PODER, MAS ENFRENTÁMOS UM REINO DE SILÊNCIO.”

YOU TUBE

You Tube Site que permite aos utilizadores carregar e partilhar vídeos em formato digital. É a combinação de “you” (tu, em inglês), com “tube” (que na gíria significa “transmite”).

fotografia de DAVID CLIFFORD
texto de MARGARIDA SANTOS LOPES

YOU TUBE

Um ano após a criação do YouTube (2005), um canal de partilha de vídeos *online*, a revista *Time* elegia como personalidade do ano “You” – os utilizadores digitais. Apesar de os inúmeros acontecimentos internacionais dignos de destaque nesse ano, as novas potencialidades da internet que colocam no centro o cidadão comum apresentavam-se como um admirável mundo novo, toda uma nova história. “É uma história sobre comunidade e colaboração a uma escala nunca vista. É sobre um compêndio cósmico de conhecimento Wikipédia e de milhões de canais de pessoas da rede YouTube e da metrópole online MySpace”, justificava a *Time*.

De facto, a internet e a emergência de redes sociais começavam a abrir novos horizontes ao cidadão comum que, até então, dificilmente penetrava a estrutura dos media tradicionais – seja a televisão, a rádio ou a imprensa – cujo espaço, muito limitativo, era conquistado através de *vox populi* ou de cartas ao director. O fluxo de informação era, portanto, maioritariamente unidireccional.

Porém, nos anos 2000, uma (r)evolução começou a ser desenhada com a emergência dos novos media que possibilitavam a produção e a partilha de narrativas próprias, transbordando as fronteiras tradicionais, ao mesmo tempo que permitiam um maior envolvimento político e social dos cidadãos. A emergência de múltiplas vozes individuais na esfera pública digital provocou ondas de choque nas fundações dos media tradicionais que se viram confrontados com a perda de poder, no que diz respeito à produção e à própria hierarquização da informação produzida para o público.

Os blogues, os *wikis*, os *podcasts*, o YouTube e outras redes sociais como o Facebook ou o Twitter permitiam a produção e partilha de visões individualizadas do mundo e do quotidiano fora dos circuitos tradicionais e do “espartilho” das linhas editoriais. Este fenómeno é por muitos apelidado como a definição de uma *cultura participativa*, caracterizando o utilizador como actor dentro do meio do qual participa.

Sites como o YouTube rapidamente conquistaram o seu espaço e se afirmaram na era digital como plataformas e ferramentas para a democratização da comunicação e da aprendizagem. Neste contexto, o YouTube surge como um medium de intersecção entre a criação e a partilha de conteúdos online, contribuindo para a dinamização de uma cultura participativa, definida por Henry Jenkins (2006) como uma cultura com barreiras relativamente baixas que estimulam a expressão artística e o envolvimento cívico, uma cultura que estimula a criação e partilha de conteúdos próprios e um modelo informal de mentoria, ou seja, de transmissão de conhecimento e de experiência (quem nunca consultou tutoriais no YouTube?).

Assim sendo, é possível identificar quatro formas distintas de cultura participativa: a *afiliação*, traduzida pela associação formal ou informal às comunidades digitais, nomeadamente a redes sociais como o YouTube, o Facebook ou o Twitter; a *expressão*, porque permite ao utilizador produzir e se exprimir de forma criativa através da escrita (blogues), do vídeo (Youtube, Vimeo...), da fotografia (Flickr, Instagram...), entre muitos outros; a *resolução colaborativa de problemas*, trabalhando colectivamente também formal ou informalmente para produzir novo conhecimento ou novas ferramentas (exemplo disso é a Wikipédia e o *software* de código aberto) ou para a resolução de problemas;

a *circulação*, seleccionando e hierarquizando individualmente o consumo da informação ao seu próprio ritmo (como os *podcasts*).

De facto, as ferramentas digitais podem ser entendidas como mecanismos de reforço da democracia e da expressão de uma cidadania completa, dando voz ao cidadão comum. Mas também pode ser vista como uma arma poderosa e pode ser, simultaneamente, perigosa. Neste contexto, o YouTube assume-se como um média híbrido, na medida em que é espaço de expressão para um grupo muito diversificado de pessoas, desde amadores, activistas, políticos, terroristas que co-existem e interagem de forma complexa. Aqui, questionamos se, etimologicamente, *you* significa *tu* ou *vós*, isto é, se o YouTube se refere a um lugar individual de expressão ou, se pelo contrário, é a expressão de visões partilhadas dentro da comunidade online. E por que não uma memória individual e colectiva?

“OS NOVOS MEDIA POSSIBILITAM A PRODUÇÃO E A PARTILHA DE NARRATIVAS PRÓPRIAS, TRANSBORDANDO AS FRONTEIRAS TRADICIONAIS, AO MESMO TEMPO QUE PERMITEM UM MAIOR ENVOLVIMENTO POLÍTICO E SOCIAL DOS CIDADÃOS.”

De qualquer forma, e até certo ponto, o YouTube pode ser entendido como uma ferramenta de política externa ou de recentramento da atenção da comunidade internacional em determinados assuntos. Graças ao YouTube, aos novos media e à evolução tecnológica, assistimos à criação do *jornalismo cidadão* - uma expressão que não gera consenso, mas que não pode ser menosprezada. Qualquer cidadão-utilizador pode, hoje em dia, publicar informação na internet sem passar necessariamente pelo *filtro* do jornalismo. Qualquer cidadão-utilizador tem as ferramentas necessárias para registar determinados momentos (catástrofes, por exemplo) e partilhá-los no YouTube. Basta para isso ter um telemóvel com câmara incorporada ou uma simples máquina fotográfica e acesso à internet. Contudo, parece-nos importante realçar que não substitui o jornalismo – complementa a informação ou centra a atenção mediática em temas até então considerados periféricos ou até mesmo desconhecidos.

Existem dois exemplos recentes destes fenómenos. O vídeo viral “Kony 2012”, produzido pela ONG norte-americana *Invisible Children*, que moveu uma campanha contra o senhor da guerra ugandês Joseph Kony, tornando-o mundialmente conhecido e gerando debate em

torno das crianças-soldados naquela região. Em três dias o vídeo da campanha registou mais de 52 milhões de visualizações no YouTube, e extravasou o debate online, levando jornalistas a questionar a posição política de líderes mundiais relativamente a este caso. Mais recentemente, os trágicos acontecimentos da revolta síria têm sido registados fundamentalmente por cidadãos, já que o acesso ao terreno foi totalmente vedado aos jornalistas. Trata-se de um exemplo, entre outros, de como o cidadão comum pode utilizar o YouTube para denunciar, alertar ou simplesmente dar a conhecer a sua versão da história e, por vezes, substituindo o próprio jornalista.

A crescente importância do YouTube no panorama digital pode também ser demonstrada através de números: em 2007, eram carregados no YouTube cerca de oito horas de vídeo por minuto; quatro anos depois, mais de 68 horas eram partilhadas num minuto - o que significa um aumento de oito vezes em quatro anos. E 2011, o *site* superou as três mil milhões visualizações por dia, o que representa um número equivalente a quase metade da população mundial a ver um vídeo do YouTube num só dia.

Contudo, e apesar da difusão global dos novos media, a cultura participativa não é sinónimo de uma cultura diversificada. Inúmeras geografias continuam subrepresentadas no YouTube e na internet em geral. O acesso, a velocidade e o custo da ligação à internet é muito diferente na Europa ou em África, por exemplo. E, muitas vezes, quando representadas sob a óptica do *ocidental* – seja jornalista, missionário ou turista – constituem uma visão superficial e exterior do lugar que apenas reforça estereótipos (Wall, 2009). Existem portanto comunidades e povos sem participação na comunidade digital e igualmente invisíveis aos media e ao público em geral. Se os media tradicionais (ainda) perpetuam uma imagem estereotipada, equívoca, negativista, de continentes, povos ou comunidades condenados ao fracasso, os novos media afiguram-se como alternativa, como um novo veículo de inscrição e de apropriação que permite dar a conhecer ao mundo a *sua* visão do mundo. O fenómeno surgiu há menos de uma década. Se a evolução tecnológica e a proliferação dos novos media continuar ao ritmo dos últimos anos, esta última reflexão poderá ser amanhã obsoleta.



LER NA ERA DAS DISTRAÇÕES

Há razões para crer que textos longos não fazem sentido na internet, onde as distrações são constantes. O autor americano Nicolas Carr, que escreveu um *best-seller* sobre o assunto, argumenta que este fenómeno de atenção saltitante de quem está em frente a um ecrã está a alterar o nosso cérebro e a retirar-nos a capacidade de pensar em profundidade – o tipo de pensamento que se consegue ao mergulhar num longo texto.

Carr diz haver uma tendência para o encurtamento da informação e entretenimento. No seu blogue, *Rough Type*, escreveu: “Se olharmos para as estatísticas de consumo de informação, vemos indícios consideráveis desta tendência de décadas (...). A duração média de basicamente qualquer produto cultural – revistas, artigos de jornal, segmentos televisivos, soundbites, livros, correspondência pessoal, anúncios, filmes – revela uma compressão de tamanho constante (...). Estudos sobre leitura e investigação comportamental também sugerem que estamos a gastar cada vez menos tempo com cada objecto que passa pela nossa atenção.”

Entre a parafernália de solicitações do mundo digital, diz a teoria, não há lugar para leituras aprofundadas. A prática, porém, parece contrariar a teoria. Pelo menos desde que surgiram os *smartphones*, o iPad e o Kindle. Para além destes aparelhos (e por causa deles) há *sites* como o Longreads, o Longform e o Instapaper, que se dedicam a seleccionar trabalhos jornalísticos para quem gosta de ler em profundidade.

Ken Doctor, um ex-jornalista americano que é hoje analista de media e autor do

livro *Newsonomics: Twelve New Trends that Will Shape the News You Get* argumenta que o Google foi um dos culpados: “Do sucesso do Google, concluímos que as pessoas só queriam ler excertos, histórias curtas ou resumos. Muitas vezes usamos o Google dessa forma, apenas para encontrar uma explicação rápida.”

Agora, observa o especialista, a tecnologia finalmente tornou-se apropriada a um tipo de leitura que nunca se perdeu. “Ler histórias longas nunca desapareceu, especialmente para os que gostam de entender as notícias, como os leitores tradicionais de jornais. O surgimento dos *tablets* veio prová-lo. Há sessões de leitura em papel em paralelo com a leitura digital. Gasta-se mais tempo a ler notícias e a ler histórias mais longas.”

“ESTE FENÓMENO DE ATENÇÃO SALTITANTE DE QUEM ESTÁ EM FRENTE A UM ECRÃ ESTÁ A ALTERAR O NOSSO CÉREBRO E A RETIRAR-NOS A CAPACIDADE DE PENSAR EM PROFUNDIDADE.”

ZAP- PING

Zapping s. m. Acto de mudar de canal televisivo ou frequência de rádio consecutiva e rapidamente, de forma a procurar algo interessante para ver ou ouvir.

fotografia de JAVIER MARTÍNEZ
texto de JOÃO PEDRO PEREIRA

ZAP- PING

"ZAPEAMOS A TV, MAS TAMBÉM A INTERNET, ZAPEAMOS PELAS VITRINES
E PELOS RELACIONAMENTOS. ZAPEAMOS AO COMER DESATENTOS.
ZAPEAMOS PELOS NOSSOS CELULARES E PELAS NOSSAS AMIZADES (...)"
DANILO AMARAL, 10 DE ABRIL DE 2003

Um anúncio criado pela Apple Box Productions, no início deste século, e reproduzido por Henry Jenkins no seu livro mais famoso (2006), apresenta-nos a imagem do jovem telespectador anglo-saxónico: cabelos sobre os olhos, ar desafiador, t-shirt comprida a descer quase até aos joelhos, braços cruzados, telecomando empunhado na mão esquerda, dedo grande apoiado sobre um dos botões-gatilho, em posição de clique. Colocadas ao nível dos seus lábios, duas frases com meia dúzia de palavras, no total: *You've got 3 seconds. Impress me.* "Um passo em falso e ele faz *zapping*", observa o autor, notando que é ele, o *zapper*, quem determina o que vê, quando e como, na televisão. "Ele é itinerante – livre de compromissos (...), indo onde o seu capricho o leva". A palavra *impress* tem, aqui, um duplo sentido, esclarece Jenkins. Conforme for lida do ponto de vista do consumidor ou do anunciante, assim significará: 1) o impacto que causa no telespectador e que o faz manter-se no canal; ou 2) a adição de mais um telespectador ao número dos que naquele momento estão a ser registados pelos aparelhos de medição de audiências.

O uso do controlo remoto¹ era reconhecido nos anos de 1990, nos EUA, como um dos três principais factores que actuavam na escolha de um programa. O seu aparecimento remonta a 1957, data em que Zenith desenvolveu o artefacto pela primeira vez, nesse tempo ligado ainda ao aparelho receptor. A sua função consistia em tornar mais simples abrir ou fechar o aparelho de televisão, ajustar o som, mudar de estação.

Quatro anos depois, a invenção, por Robert Adler, de um aparelho sem fios com as mesmas funções surge no momento em que a televisão começa a tornar-se uma componente essencial do quotidiano familiar.

Com a disseminação do cabo, do telecomando e dos gravadores de vídeo, no início da década de 1980, começaram as preocupações da indústria da televisão e das agências de publicidade, que já em 1984 dirigiam "consideráveis recursos" para medirem a dimensão da actividade de *zapping*. Esta começa a ser vista como uma "força incontrolável e potencialmente devastadora do ponto de vista comercial".

O uso do artefacto atingia sobretudo os ecrãs publicitários, indicaram estudos académicos realizados logo a partir de 1985 e que se prolongaram até aos primeiros anos da década seguinte, na Grã-Bretanha e nos EUA. O mesmo ocorreria em Portugal duas décadas mais tarde, como mostrou um estudo feito pelo autor deste artigo, a partir de dois inquéritos por questionário, a nível nacional, aplicados pelo Obercom em 2006 e 2008².

A resposta da indústria foi imediata. As agências prepararam anúncios mais curtos e mais imaginativos, que distraíssem o telespectador da tentação da fuga. Os programadores, por seu lado, responderam com grandes remédios ao grande mal: colaram programa com programa, cortaram fichas técnicas, esvaziaram a rapidez de resposta do *zapper*, dando-lhe o que ele quer. Mesmo

que seja a retirada de um ecrã publicitário a seguir ao telejornal. É que a medida será compensada pelo *share* do dia seguinte, que se transformará, com o tempo, em mais publicidade...no meio do filme, da telenovela... Praticara-se, em suma, “*zapping* interno”, limitando drasticamente o tempo concedido aos convidados, sobretudo aos políticos, como estratégia de antecipação ao *zapping* do espectador, como bem notou Mário Mesquita (2004), vai para dez anos.

“A ESCOLHA DO TELECOMANDO,
ENQUANTO ARTEFACTO QUE
OFERECE EM *CONTINUUM* AO
TELESPECTADOR O ESPECTÁCULO
DO MUNDO, MARCOU A ENTRADA
SIMBÓLICA DO TELESPECTADOR
NA DIVERSIDADE DAS FONTES.”

Para lá da surpresa, os programadores e anunciantes aperceberam-se, num primeiro momento, com verdadeiro alarme, dos “danos colaterais” da actividade de *zapping*. Do mesmo modo que o uso do controlo remoto simbolizava a possibilidade de uma inédita selecção, controlo e manipulação das emissões por parte dos telespectadores, o *zapping* no momento dos anúncios tornou-se “o maior pesadelo da indústria de televisão norte-americana” (Ang, 1989).

No Brasil, cuja indústria televisiva era fortemente influenciada pelos EUA, conta-se que a rede Globo, do lendário Roberto Marinho, atrasou ao máximo, junto da indústria local, o lançamento dos aparelhos de televisão mais modernos. Isto porque se teria apercebido de que o telespectador mais facilmente iria mudar de canal, agora que não precisava de se levantar da cadeira ou do sofá para o fazer³.

Arlindo Machado encontra virtualidades criativas na actividade de *zapping*. Não deixa, porém, de apontar o perigo da sua prática transportar em si a “(...) reiteração infinita e pleonástica do mesmo enunciado” (1996).

Em contraste com a interrogação central nos estudos feitos nos EUA — os efeitos do *zapping* na publicidade —, em França, a actividade surgiu inserida no movimento mais geral da instabilidade dos comportamentos do consumo e das opiniões: audiências flutuantes, eleitores flutuantes, infidelidade às marcas, aos símbolos, aos *maîtres à penser* (Chabrol e Perin, 1992).

Nos limitados caracteres de que disponho, saliento, por fim, a atenção pioneira (interrompida por morte prematura) que ao fenómeno dedicou António Louro Carrilho. O seu texto data de 1992, e ocupa apenas três

páginas da revista *Vértice*. Como sublinha Mesquita, ele ultrapassa a visão utilitarista dos programadores e publicitários, problematizando a prática do *zapper* como configuradora de novas atitudes enquanto telespectador: “o *zapping* é mais desconstrutivo de um programa comum do que construtivo de um espectáculo individualizado”.

Carrilho detecta cinco atitudes principais do telespectador: de atenção fugaz mas ao mesmo tempo criadora; de liberdade selectiva, que lhe permite escolher o que quer ver e alterar a escolha a qualquer momento; de opulência e de domínio, que lhe oferece o mundo dos canais; de irritação, porque vê tudo sem ver nada, à procura do que não encontra; de individualismo consumista, porque o efeito *zapping* só é gratificante para aquele que a utiliza.

Embora limitada no seu alcance, pois o espectador não altera o produto mas apenas a forma individual de o consumir, esta nova forma de relação com a televisão produz uma afirmação do eu face ao mundo televisivo pela via do telecomando, sustenta o autor, que no entanto retira desta última asserção consequências negativas para a vivência e fruição colectivas do espaço público.

A escolha do telecomando, enquanto artefacto que oferece em *continuum* ao telespectador o espectáculo do mundo (de todos os mundos ou mais do mesmo mundo?), marcou a entrada simbólica do telespectador na diversidade das fontes, através do *zapping*. Esse fenómeno que se impôs e logo entrou na rotina até dos relacionamentos, como tão pitoresca mas inquietadamente observava, nesse início do novo século, o bloguista brasileiro Danilo Amaral, no *post* com que abri e agora encerro esta breve abordagem:

“(…) NEM MESMO BUSH CONSEGUIRÁ TRAZER DE VOLTA A SIMPLICIDADE, O NOSSO CURTO LEQUE DE ESCOLHAS ENTRE O CERTO E O ERRADO. ESTAMOS TODOS CONDENADOS À ANGÚSTIA DA INFORMAÇÃO POR ATACADO.”

¹ NESTE TEXTO, UTILIZO INDIFERENTEMENTE AS DESIGNAÇÕES DE TELECOMANDO, COMANDO À DISTÂNCIA OU CONTROLO REMOTO.

² OS RESULTADOS DESTES DOIS INQUÉRITOS CONSTAM DA MINHA TESE DE DOUTORAMENTO O TELEJORNAL E O ZAPPING NA ERA DA INTERNET, NO ISCTE-JUL, AINDA NÃO ACESSÍVEL, E DE QUE ESTE TEXTO FAZ PARTE, SALVAS AS CONVENIENTES ADAPTAÇÕES.

³ FONTE: POST DE HIRO KOSAKA NO BLOGUE AMARAR.DOUTROMUNDO.COM, EM 16 DE ABRIL DE 2003.

REFE- RÊNCIAS BIBLIO- GRÁFICAS

ÁGUA

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

Babel, M.S. e S. M. Wahid, *Freshwater under Threat. South Asia. Vulnerability Assessment of Freshwater Resources to Environmental Change*, Nairobi, UNEP/AIT, 2008, pp.23-24

Fundación Nueva Cultura del Agua, *Água, Rios y Pueblos*, Málaga, 2009

Gleick, Peter H. (ed), *The World's Water 2007-2007. The Biennial Report on Freshwater Resources*, Washington/London, Island Press, 2006, pp.190-191 e pp. 206-212

Hemson, David et al., *Pobreza e Água. Relações Recíprocas*, tradução de Luís Filipe Sabino e prefácio de Viriato Soromenho-Marques, Lisboa, Sururu-Produções Culturais, 2010

Mishra, Arabinda et al., *Common Property Water Resources. Dependence and Institutions in India's Villages*, New Dehli, TERI, 2008, pp. 123 e segs.

Santos, F.D. e Pedro Miranda (eds), *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação*. Projecto SIAM II, Lisboa, Gradiva-FCG-FCT, 2006

Soromenho-Marques, Viriato (coordenação), *O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação*, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança/Editorial Notícias, 2003

WWF, *Relatório Planeta Vivo 2008*, Lisboa, CESTRAS e Programa Gulbenkian Ambiente, 2009, pp. 18-21

BEM-ESTAR

CARLOS SANGREMAN

Sidgwick, H. (1907), *The methods of Ethics*, 7ª ed., MacMillan, Londres, Reino Unido

Bentham, J. (1791), *Principles of Morals and Legislation*, Doubleday, London, Reino Unido

Baulch, B. (1996), "Editorial: the new poverty agenda: a disputed consensus", in *IDS Bulletin*, Vol. 27, Nº 1, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido

Marshall, A. (1890), *Principles of Economics, an introductory volume*, MacMillan Press, 1986, London, Reino Unido

Pigou, A. C. (1920), *The economics of Welfare*, MacMillan, 1932, London, Reino Unido

Polanyi, K. (1957), *The great transformation*, Beacon Press, Boston, EUA

Stiglitz, J.E., Sen, A. e Fitoussi, J-P (2009) *Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social*, Bruxelas. (Versão em português em <http://content.yudu.com/Library/A1tswy/RELATRI-OSTIGLITZSENF/resources/index.htm?referrerUrl=http%3A%2F%2Fwww.yudu.com%2Fitem%2Fdetails%2F399298%2FRELAT--RIO-STIGLITZ-SEN-FITOUSSI>)

COOPERAÇÃO

TÂNIA SANTOS

Bowles, Samuel e Gintis, Herbert (2011), *A Cooperative Species and its Evolution: Human Reciprocity and its Evolution*, Princeton University Press, Nova Jersey

Braillard, Phillippe, (1990), *Teoria das Relações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Lima, Ludmila Moreira, (2005), *Cooperação, o que vem a ser?* em http://www.unieuro.edu.br/downloads-2005/hegemonia_02_02.pdf, Brasília

Ostrom, Eleanor, (1990), *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge University Press, Cambridge

Rist, Gilbert, (2009), *The History of Development: From western origins to Global Faith, Academic Foundation*, Nova Deli

Wheeler, N, e Dunnem, T, (2002), "Hedley Bull and the Idea of a Universal Moral Community: Fictional, Primordial or Imaged?" in Roberson, B.A (Eds), (2002), *International Society and the Development of International Relations Theory*, Continuum, Londres

DESIGUALDADE

ALEXANDRE ABREU

Davies, James et al (2008) *The World Distribution of Household Wealth*, UNU-WIDER Discussion Paper No. 2008/03

Milanovic, Branko (2007) *Worlds Apart: Measuring international and Global Inequality*, Princeton: Princeton University Press

Milanovic, Branko (2011) "Inequality and its Discontents: Why so Many Feel Left Behind", *Foreign Affairs*, Agosto de 2011

Wilkinson, Richard e Pickett, Kate (2010) *O Espírito da Igualdade*, Lisboa: Presença

ÉTICA

MARIA PAULA MENESES

Masolo, Dismas A. (2003), "Philosophy and Indigenous Knowledge: An African Perspective", *Africa Today*, 50(2), 22-38

Ramose, Magobe B. (1999), *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books Publishers

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma Nova Cultura Política*. Porto: Edições Afrontamento

FINANCIAMENTO

FERNANDO JORGE CARDOSO

Site das Nações Unidas sobre o financiamento do desenvolvimento: <http://www.un.org/esa/ffd/>

Site da União Europeia sobre desenvolvimento e cooperação: <http://ec.europa.eu/europeaid>

Site do IPAD (recentemente integrado no Camões, Instituto da Cooperação e da Língua) com informação sobre a Cooperação Portuguesa: <http://www.ipad.mne.gov.pt>

GOVERNAÇÃO

CARLOS JALALI

"Declaração de Díli: Uma Nova Visão para a Construção da Paz e dos Estados" em http://www.c-r.org/our-work/influencing-policy/Dili%20Declaration_FINAL_12042010.pdf

Advisory Board for Irish Aid, "Good governance, aid modalities and poverty reduction: From better theory to better practice", 2008, em: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/2265.pdf>

Doornbos, M., 2001. "Good Governance": The Rise and Decline of a Policy Metaphor? *Journal of Development Studies*, 37(6), p.93

Grindle, M.S., 2007. Good Enough Governance Revisited. *Development Policy Review*, 25(5), pp.533-574

McNeil, Mary & Malena, Carmen, orgs. (2010). *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*. Washington DC: World Bank

Welsh, Jennifer & Woods, Ngaire, orgs. (2007). *Exporting Good Governance*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, em <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/27401/1/Exporting%20Good%20Governance.pdf?1>

Wild, Leni & Foresti, Marta, *Politics into practice: a dialogue on performance strategies and action in international development*, ODI: 2011, em <http://www.odi.org.uk/resources/docs/2265.pdf>

HABITAT

MANUEL CORREIA GUEDES

Banham, Reyner (1980); *Theory and Design in the First machine Age*, Elsevier, London

Givoni, Baruch (1969), *Man, Climate and Architecture*, ed. Henry Cowan, ASP, London

Goulding, J., Lewis, J.O. (1992), *Steemers Energy Conscious Design: A Primer for Architects*, Published for the Commission of the European Communities by B.T. Batsford, London

Guedes, M.C.; Pinheiro, M; Alves, L. “Sustainable Architecture and Urban Design in Portugal: an Overview”. *Renewable Energy* (ISI), Ed. ELSEVIER, Vol. 34, Nr. 11, November 2009, Oxford, pp. 1999-2006

Hawkes, Dean (1998); *The Environmental Tradition: Studies in the architecture of environment*, E&FN Spon, London

Lopes, L; Correia Guedes, M; VVAA (2011), *Arquitetura Sustentável em Cabo Verde: Manual de Boas-Práticas*, ed. CPLP, 184pp

Olgay, Victor (1963), *Design With Climate - Bioclimatic Approach to Architectural Regionalism*, Princeton University Press, Princeton

INOVAÇÃO

LUÍS JERÓNIMO

Crisp, N. *Turning the world upside down - the search for global health in the 21st Century*, RSM Press, 2010

Fagerberg, J. *Innovation – A guide to the literature*. In: Fagerberg, J., Mowery, D. and Nelson, R. (Eds). *The Oxford Handbook of Innovation*. 2005, Oxford University Press

Mulgan, G. *Social Innovation: What it is, Why it matters and how it can be accelerated*, The Young Foundation, 2007

Vasconcelos, D. *Inovação Social, a agenda do futuro*, Universidade Católica Portuguesa, 2011

JUSTIÇA

PAULA MENESES

Meneses, Maria Paula (2012). “Cultural Diversity and the Law: Legal Pluralism in Mozambique”, in Klute, Georg; Embaló, Birgite (org.), *The Problem of violence: local conflict settlement in contemporary Africa*. Koln: Rüdiger Köppe Verlag, 157-186

Meneses, Maria Paula; Lopes, Júlio (orgs.) (2012). *O Direito por fora do Direito: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Luanda*. Coimbra: Almedina

Santos, Boaventura de Sousa (2007). *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez

Santos, Boaventura de Sousa (2006). *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento

Santos, Boaventura de Sousa (2003). “O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico”, in Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João (org.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento

KRIOL

CORSINO TOLENTINO

Bernabé, Jean Bernabé et al (1989), *Eloge de la Criolité*. Paris, Gallimard, Presses Universitaires Créoles

Cabral, Amílcar (1977), *Unidade e Luta/ A Arma da Teoria*, Vol. I, Seara Nova

Gil, Gilberto (s/d), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento – Uma base de dados para a Cultura*, em <http://unesdoc.unesco.org>

Lourenço, Eduardo (2010), *O Labirinto da Saudade*, Gradiva, 7ª Edição, Lisboa

Mumford, Lewis (2007), *História das Utopias*, Antígona, Lisboa

Ribeiro, António Sousa (2012), *Identidade, Dicionário das Crises e das Alternativas*, Almedina, Coimbra

Sousa, Teresa (2012), “Rob Riemen: O primeiro combate é contra a estupidez dentro de nós próprios”, in *Público*, a 29 de Abril de 2012

LIBERDADE

CARLOS JALALI

Gallie, W.B. (1955), “Essentially Contested Concepts”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 56, no. 1, pp.167-198

MacCallum, G.C., “Negative and Positive Freedom”, *The Philosophical Review*, vol. 76, no. 3, pp. 312-334

Sen, A., (2000), *Development as Freedom*, Nova Iorque: Alfred Knopf Inc [versão em português: Sen, A., 2003. *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa: Gradiva]

MIGRAÇÕES

JOÃO PEIXOTO

Castles, Stephen e Mark J. Miller (2008), *The Age of Migration? International Population Movements in the Modern World*, 4ª ed., Londres, Macmillan

De Haas, Hein (2010), “Migration and Development: A Theoretical Perspective?”, *International Migration Review*, Volume 44, Nº 1, pp. 227-264

Peixoto, João (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas?”, *Socius Working Papers*, 11/04

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta

NECESSIDADES E DIREITOS

TÂNIA SANTOS

Ishay, Micheline E., (2004), *The History of Human Rights, From Human Rights to the Globalization Era*, University of California Press, Londres, Reino Unido

Nyamu-Musembi, Celestine e Cornwall, Andrea, (2004), *What is the “rights-based approach” all about?*

Perspectives from international development agencies, IDS Working Paper 234, November 2004, Londres, Reino Unido

Wilfred, David L., (2011), *The Human Right to Development*, CODESRIA, Dakar, Senegal

ONG

ANA LARCHER CARVALHO E ALEXANDRE MAURÍCIO

Edwards, M., & Fowler, A. (2004). *The Earthscan reader on NGO management*. London: Earthscan

Lewis, D and Kanji, N. 2009. *Non-Governmental Organisations and Development* London: Routledge, em <http://personal.lse.ac.uk/lewisd/images/Non-Governmental%20Organizations%20and%20Development%20vouchers.pdf>

Howell, J. and Pearce, J. 2001: *Civil society and development: a critical exploration*. Boulder: Lynne Reinner

Eade, D. (ed.). 2000, *Development NGOs and Civil Society*, Oxford: Oxfam GB

Ryfman P. (2009) *Les ONG*, Paris: La Découverte

Brauman, R. & Petit, Ph. (2002). *Humanitaire, le dilemme*, Paris: Textuel

PARTICIPAÇÃO

NELSON DIAS

Almeida, António Frago (2001) “Ciudadania y Democracia: una praxis transformadora en el mundo actual”, *Seminário Internacional Formació de Persones Adultes, Ciudadania i Desenvolupament: una perspectiva ecopedagógica e pràxica*, 5 e 6 de Setembro de 2001, Valência: Centre de Recursos i Educació Contínua

Bordenave, Juan E. Díaz (2002) *O que é Participação*, São Paulo: Editora Brasiliense

Demo, Pedro (2001) *Participação é Conquista*, São Paulo: Cortez Editora

QUALIDADE

ALEXANDRE ABREU

Sen, Amartya (2003) *O Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa: Gradiva

Stiglitz, Joseph, Sen, Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (coord.) (2009) *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

REDE

ALCIDES A. MONTEIRO

Castells, Manuel (2007), *A Era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 1: A sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Gulbenkian (3ª Edição)

Estivill, Jordi (org.) (1997), *O partenariado social na Europa: uma estratégia participativa para a inserção*, Porto: REAPN

Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (orgs) (2008), *Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas*, Ribeirão: Húmus

Singly, François de (2003), *Les uns avec les autres – Quand l'individualisme crée du lien*, Paris: Armand Colin

SOBERANIA

CARLOS JALALI

David Held (1998), “Democracy and Globalization”, in Daniele Archibugi, David Held & Martin Köhler, orgs., *Re-imagining Political Community*, Stanford: Stanford University Press, pp. 11-27

George Soros (2004), “The People’s Sovereignty: How a New Twist on an Old Idea Can Protect the World’s Most Vulnerable Populations”, *Foreign Policy* (Jan. 2004). Disponível online em: <http://bit.ly/PIDavj>

Declaração conjunta do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão sobre a política de desenvolvimento da União Europeia (2006), “O Consenso Europeu Sobre o Desenvolvimento”, disponível online em: <http://bit.ly/RTLdtL>

Declaração de Nyélény (2007), Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, Mali, 28 de Fevereiro de 2007

TRANSPARÊNCIA

MARINA COSTA LOBO

OCDE, *The Role of the Private Sector in the Context of Aid Effectiveness*, em <http://tinyurl.com/6jmcmob>

ODI, “Greater aid transparency: crucial for aid effectiveness”, *Project Briefing* n.º 35, Janeiro 2011, disponível em <http://tinyurl.com/6h2kdyp>

Open Budget, *Open Budgets. Transform Lives. The Open Budget Survey 2010*, disponível em <http://tinyurl.com/4fpahsh>

OXFAM, “Whose Aid is it Anyway? Politicizing aid in conflicts and crises”, *Oxfam Briefing Paper*, Fevereiro 2011

UBUNTU

ELÍSIO MACAMO

Appiah, Kwame A. (1992): *In My Father’s House – Africa in the Philosophy of Culture*, London

Bhengu, Mfunisela J. (1996): *Ubuntu – The Essence of Democracy*. Cape Town: Novalis Press

Hexham, Irving, and Oosthuizen GerhadusC. (1996, 1999): *The Story of Isaiah Shembe* (2 vols.). Lewiston, NY: Edwin Mellen Press

Hountondji, Paulin (1983): *African Philosophy – Myth and Reality*, Bloomington

Kagame, Alexis (1956): *La philosophie bantu-rwandaïse de l’Etre*. Bruxelles: Académie Royale des Sciences Coloniales

Kant, Immanuel (2010): *Crítica da razão pura* 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Mbigi, Lovemore/Maree, Jenny (1997): *Ubuntu – The Spirit of African Transformation Management*. Pretoria: Knowledge Resources

Obenga, Théophile (1985): *Les Bantu, Langues-Peuples-Civilisations*, Paris : Présence Africaine

Oosthuizen, Gerhadus Cornelis (1976): *The Theology of a South African Messiah: An Analysis of the Hymnal of the “Church of the Nazarites*. Leiden: E.J. Brill

Peires, Jeffrey B. (1989): *The Dead will Arise – Nongqawuse and the Great Xhosa Cattle-Killing Movement of 1856-7*. Johannesburg: Ravan Press

Sen, Amartya (2003): *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva

Tempels, Placide (1945): *La philosophie bantoue*, Elisabethville : Ed. Lovania

VOZ

ALBERTINA LOBO

Angop, Agência Angola Press – “Espaço voz da criança reuniu 80 petizes”, *Cunene Angola*

Cardoso, Ana *et al* (1999), *Exclusão Social em Portugal - estudo de situações, processos e avaliação das políticas sociais (1996-1999)*, coord. CISEP/ISEG (coord)

Colectivo Brasil de Comunicação Social (2012), “Direito Humano à Comunicação” Copyleft Intervezes

Guerra, Tâmara B. e Amaral, Sérgio T., *Direito de informação*

Lobo, Maria Albertina (2001), *Comunicação, Arte e Técnica de Trocar e Partilhar Ideias*, DGDR, Lisboa

Narayan, Deepa (2000), *A voz dos pobres. Existe alguém que nos escuta?*, Banco Mundial

OEA/CIDH (2011), “Capítulo IV – Liberdade de Expressão e Pobreza”, in *Relatoria Especial para la Libertad de Expresión*, em <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/index.asp>

Patrocínio, Paulo Roberto (s/d), “A voz da periferia e a função do intelectual”, in *A representação de territórios marginais na literatura brasileira*, Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Spivak, Gayatri C. (1995), “Can the subaltern speak?”, in *The post colonial studies reader*. London and New York: Routledge

WIKIPÉDIA

LIVIA APA

Angwin, Julia, *The Web’s New Gold Mine: Your Secrets: What They Know* (a Wall St. J. Investigation) (1st in ser.), in *The Wall Street Journal., Weekend Journal*, Jul. 31–Aug. 1, 2010 (4-star ed.)

Cunningham, W. & Leuf, B. (2001): *The Wiki Way. Quick Collaboration on the Web*. Reading, Mass.: Addison-Wesley

Conti, Cecilia (s/d), “La conoscenza è di tutti”, in *Il Giornale dell’arte*, em <http://www.ilgiornaledellarte.com/fondazioni/articoli/2012/6/113617.html>

Thompson, Bill (2005), “What is it with Wikipedia?”, in *BBC*, a 16/12/2005, em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/4534712.stm>

Wikimedia Foundation (2011), *Wikimedia Strategic Plan. A collaborative vision for the movement through 2015*, em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/foundation/c/c0/WMF_StrategicPlan2011_spreads.pdf

XENOFOBIA

BRUNO DIAS

Balibar, Étienne e Wallerstein, Immanuel; *Race, Nation, Classe: Les Identités Ambigües*. Paris: La Découverte, 1997

Back, Les e Solomos, John (Ed.); *Theories of Race and Racism: a Reader*, Londres: Routledge, 2000

Dias, Bruno Peixe e Dias, Nuno; *Imigração e Racismo em Portugal: O Lugar do Outro*, Lisboa: Edições 70 e Le Monde diplomatique - edição portuguesa, 2012

Frederickson, George M.; *O Racismo: Uma Breve História*. Lisboa: Campo das Letras, 2004

Geary, Patrick J.; *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008

Goldberg, David Theo; *The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism*, Oxford: Blackwell, 2009

Gould, Stephen Jay; *A Falsa Medida do Homem*. Vila Nova de Famalicão: Quasi, 2004.

Macedo, Donald e Gounari, Panayota (Ed.); *The Globalization of Racism*. Boulder: Paradigm, 2006

Miles, Robert; *Racism After “Race Relations”*. Londres: Routledge, 1993

YOUTUBE

ANA FILIPA OLIVEIRA

Chau, Clement (2010), “YouTube as a participatory culture”, in *New Directions for Youth Development*, vol. 2010/128

Fitzpatrick, Alex (2012), “The World Watches Syria’s Uprising on YouTube”, in *Mashable US & World*, em <http://goo.gl/sG6MO>

Grossman, Lev (2006), “You - Yes, You - Are TIME’s Person of the Year”, in *Time*, 25/12/2006, em <http://goo.gl/pTEfj>

Jenkins, Henry (2006), *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*, MacArthur, em <http://goo.gl/UPDYx>

Jenkins, Henry (2007), “Nine Propositions Towards a Cultural Theory of YouTube”, in *Confessions of an Aca-Fan* [Jenkins’ weblog], em <http://goo.gl/jkMEX>

Pellegrini, Dayse *et al* (2010), “Youtube. Uma Nova Fonte de Discursos”, in *BOCC*, em <http://goo.gl/IEVWN>

Wall, Melissa (2009), “Africa on YouTube: Musicians, Tourists, Missionaries and Aid Workers”, in *International Communication Gazette*, n.º 71, 393

ZAPPING

ADELINO GOMES

Ang, Ien (1989), “Wanted: Audiences. On the politics of empirical audience studies”, em Ellen Seiter *et al.* (eds.) *Remote control – Television, audiences and cultural power*. London: Routledge

Carrilho, António Louro (1992) “*Je Zappe Donc Je Suis* ou a televisão na afirmação do *eu* pela via do telecommando”, *Vértice*, II Série, (47)

Chabrol, Jean-Louis e Perin, Pascal (1992) *Le zapping*, Paris: Reseaux, CNET

Jenkins, Henry (2006) *Convergence Culture. Where old and new media collide*, New York: New York University Press

Machado, Arlindo (1996, 2ª edição), *Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*, São Paulo: Edusp

Mesquita, Mário (2004, 2ª edição revista) *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: Minerva Coimbra

NOTAS BIOGRÁFICAS

ADELINO GOMES

Investigador no CIES-IUL, integrou a equipa do estudo Ser jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos (Gradiva, 2011), que prepara nova investigação sobre “As Novas Gerações de Jornalistas”. Participa no “Projecto Jornalismo e Sociedade”, que prepara uma Carta de Princípios para o jornalismo que está aí a chegar. Embora reformado, considera-se ainda e sempre jornalista, profissão em que se iniciou em 1966.

ADRIANO MIRANDA

Estudou na Cooperativa de Ensino Artístico Árvore no Porto e no Ar.Co em Lisboa. Fotógrafo do Público desde 1996, foi editor de fotografia de 2001 a 2005. Professor e formador na área da Fotografia, leccionou no Ar.Co, no CENJOR e, actualmente, no Instituto Politécnico do Porto. Tem livros publicados e está representado em colecções em Portugal e no estrangeiro. Faz parte do colectivo 121212 que está a realizar um levantamento social de Portugal no ano de 2012.

ALBERTINA LOBO

É vice-presidente da Associação Tropical Agrária (ATA). Desde 1983 que tem desenvolvido projectos na área da Comunicação e Desenvolvimento Rural, nomeadamente em Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Ciências Agrárias pelo Instituto Superior de Agronomia-UTL.

ALCIDES A. MONTEIRO

Doutorado em Sociologia e professor auxiliar na Universidade da Beira Interior, onde dirige o curso de 2º Ciclo em Empreendedorismo e Serviço Social. Autor de vários artigos e colaborações em livros dedicados ao desenvolvimento local/regional, terceiro sector e voluntariado.

ALEXANDRE ABREU

Alexandre Abreu é doutorado em economia pela School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres e investigador do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG/UTL. Os seus interesses de investigação principais incluem as migrações e a economia política do desenvolvimento.

ALEXANDRE MAURÍCIO

Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Políticas Locais e Descentralização pela Universidade de Coimbra. Foi gestor de projectos na Câmara Municipal de Lisboa e no Ministério da Educação. É coordenador editorial escolar no grupo Leya.

ANA CRISTINA PEREIRA

Repórter do Público. Sempre pronta para zarpar. Cronista do Diário de Notícias – Madeira. Autora dos livros de reportagem “Meninos de Ninguém” (Ulisseia, 2009) e “Viagens Brancas” (Arcádia, 2011). Tem participado em projectos de solidariedade, entre os quais destaca “Desafios – direitos das mulheres na Guiné-Bissau”, que co-assina com Nelson Constantino Lopes (ACEP e LGDH, 2012).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Trabalha no sector da Cooperação para o Desenvolvimento desde 2009, nomeadamente na ACEP e no CEsA/ISEG.

ANA LARCHER CARVALHO

Professora Convidada do ISCTE-IUL e investigadora do Centro de Estudos Africanos. Lecciona cadeiras de ONG e desenvolvimento, avaliação de projectos e economia e poder em África. Tem trabalhado como consultora para a ONU, UE, BAD e outras organizações internacionais.

BRUNO PEIXE DIAS

É membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e investigador associado da Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Ex-coordenador da Rede Europeia de Informação sobre Racismo e Xenofobia.

CARLA CARVALHO TOMÁS

Em 1997 ingressou na licenciatura em Comunicação Social pela Escola Superior de Educação de Coimbra. Enquanto estudante colaborou com As Beiras e o Diário de Coimbra. Estagiou no Público em 2001, permanecendo até finais de 2006. Muda-se para Madrid em 2007, onde se mantém como fotógrafa *freelancer*.

CARLOS JALALI

Político, doutorado pela Universidade de Oxford, professor na Universidade de Aveiro e director do Mestrado em Ciência Política na UA. A sua investigação centra-se na área das instituições políticas portuguesas em perspectiva comparada; partidos e sistemas de partidos; e comportamento eleitoral, tendo vasta bibliografia publicada em torno destas temáticas.

CARLOS SANGREMAN

Economista do ISEG, doutor em Estudos Africanos do ISCTE e Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro. Foi consultor no PNUD, Banco Mundial e União Europeia na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Investigador em vários projetos nos PALOP e Timor, na área do Desenvolvimento. É coordenador geral da UA para a Cooperação e membro da direção do CEsa/ISEG.

CATARINA FALCÃO

Conclui a licenciatura em Relações Internacionais, no ISCSP (2010). Fez a pós-graduação em Jornalismo Multiplataforma promovida pela Imprensa e FCSH/UNL e estagiou no semanário Expresso, na SIC e na Rádio Renascença. Após a conclusão da pós-graduação começou a trabalhar no jornal i, onde escreve principalmente na secção de Política. Participou na redacção dos livros de actas das Conferências do Estoril, em 2009 e 2011.

CATARINA GOMES

Trabalha há 14 anos no Público. Interrompeu a sua actividade profissional para ver Portugal ao longe e pensar no jornalismo à distância, rumando a Londres, onde tirou o Master of Sciences in Media and Communication na London School of Economics. No jornalismo, o que mais gosta é de escrever reportagens e histórias de vida.

CONCEIÇÃO LIMA

Poeta e jornalista santomense, trabalhou e exerceu cargos de direcção na rádio, na televisão e na imprensa escrita, em São Tomé e Príncipe, e foi jornalista da BBC. Em 1993, fundou o já extinto semanário *O País Hoje*. Licenciada em Estudos Africanos, Portugueses e Brasileiros pelo King's College de Londres, é mestre em Estudos Africanos pela School of Oriental and African Studies (Londres).

CORSINO TOLENTINO

Cabo-verdiano. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, é membro do Conselho de Administração da Fundação Amílcar Cabral e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

DAVID CLIFFORD

Nasceu no Canadá e apaixonou-se pela fotografia aos 15 anos. Formado em Fotografia no Ar.Co em Lisboa, integra em 1998 o departamento de fotografia do Público, onde exerceu funções de subeditor e, mais tarde, de editor de fotografia até 2008. Já expôs em Portugal, Espanha e França e é co-autor de 3 livros. Actualmente é fotógrafo *freelancer*, enquanto desenvolve projectos pessoais de carácter documental.

ELÍSIDO MACAMO

Moçambicano, é doutorado em sociologia pela Universidade de Bayreuth (Alemanha) e actualmente professor de Estudos Africanos na Universidade de Basileia (Suíça), onde é director do Centro de Estudos Africanos e responsável pelo Programa Interdisciplinar de Doutoramento em Estudos Africanos.

FÁBIO TEIXEIRA

Natural do Funchal, na ilha da Madeira, descobriu o fotojornalismo no Jornal Universitário de Coimbra, enquanto estudava Psicologia. Actualmente em Lisboa, trabalha por conta própria e já publicou em diversos jornais e revistas, em particular no Público, onde estagiou. Encontra na fotografia uma óptima desculpa para saltitar entre mundos e contar histórias.

FERNANDO ALVES

Jornalista da TSE, é autor do programa Sinais nas manhãs da TSE.

FERNANDO JORGE CARDOSO

É doutorado em Economia pelo ISEG e especialista em Estudos Africanos e do Desenvolvimento. Actualmente é director de estudos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, e investigador no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL e no Instituto Marquês de Valle Flôr.

FERNANDO VELUDO

Nasceu no Porto (1958). Formado em Fotografia na Cooperativa Árvore, iniciou-se como fotojornalista em 1988, colaborando com o Expresso e o Diário de Notícias. Em 1989, integra a equipa fundadora do Público, onde foi editor de redacção do Porto durante sete anos. Em 2007, sai para encabeçar o projeto nFactos, uma empresa de jornalismo multi-meios, que produz trabalhos jornalísticos nas áreas da Imprensa, Rádio, Televisão e Internet.

JAVIER MARTÍNEZ

Nasceu em Saragoça, Espanha. Em 2008 concluiu o Curso Avançado na Ar.Co. Ao mesmo tempo, trabalhou como editor de fotografia em vários jornais nacionais. Actualmente faz parte do colectivo de artistas Atelier Concorde. Em paralelo, trabalha particularmente na área de vídeo, na agência de notícias Global Imagens.

JÉAN-RENÉ BILONGO

Dirigente sindical, jornalista, escritor. Nasceu nos Camarões em 1975. Emigrou para Itália em 2000, fez todo o tipo de trabalho até chegar à Confederazione Generale del Lavoro (CGIL).

JOÃO HENRIQUES

Fotojornalista, trabalhou sempre como *freelancer*. Estudou Jornalismo e Fotografia e estagiou no Público, onde continuou a colaborar regularmente. Colabora também com a The Associated Press e trabalha como *freelancer* para as revistas Timeout, Sábado e Playboy. Em 2010, realizou o sonho antigo de trabalhar em África: atravessou o continente pela costa ocidental, documentando histórias relacionadas com futebol, no ano do primeiro Mundial em África.

JOÃO PEDRO PEREIRA

Jornalista do Público, onde escreve sobre media e tecnologia. Tem dedicado os últimos anos a explorar o potencial do jornalismo

digital. Fundou em 2006 uma editora de livros electrónicos. Cresceu em Santa Maria da Feira, estudou em Coimbra, vive em Lisboa.

JOÃO PEIXOTO

Professor e investigador no SOCIUS/ISEG. Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações. A sua principal área de investigação são as migrações internacionais. É autor de vários livros e trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais.

LARA JACINTO

Fotógrafa *freelancer* e licenciada em Design Multimédia pela Universidade da Beira Interior, terminou, em 2011, o Curso Profissional de Fotografia, no Instituto Português de Fotografia. Até 2010, foi designer em projectos de edição escolar, ano em que venceu o concurso Jovens Criadores. Em 2011, foi vencedora do concurso Novos Talentos FNAC.

LEONARDO NEGRÃO

Nasceu em Lourenço Marques, Moçambique, em 1966. Foi refugiado com 6 anos, em Lisboa. Começou a fotografar com 14 anos, com uma Agfa Óptima. Ingressou como estagiário auto-didacta no Diário de Notícias em 1992, passando para quadro da empresa um ano depois. Tem vários prémios a nível nacional. Actualmente trabalha na recente agência fotográfica criada no grupo, a Global Imagens.

LIVIA APA

Investigadora no Dipartimento di Studi Letterari, Linguistici e Comparati dell'Università degli Studi di Napoli "L'Orientale" na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. Ocinema africano e a relação entre língua e cidadania são algumas das suas áreas de investigação.

LÚCIA CRESPO

Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, é jornalista desde 1999. Actualmente, é editora do "Weekend", o suplemento de fim-de-semana do Jornal de Negócios. Antes, dedicava-se, em especial, às temáticas do empreendedorismo, responsabilidade social e economia solidária.

LUÍS JERÓNIMO

Luís Jerónimo, integra a equipa do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano

da Fundação Calouste Gulbenkian, onde se tem dedicado às questões da inovação e empreendedorismo social. É licenciado em Filosofia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nasceu a 1 de Agosto de 1981 em Castelo Branco.

MAFALDA GAMEIRO

Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP, é jornalista na RTP desde 1991. Iniciou a carreira no Telejornal e, em 2000, transita para a grande reportagem. Em 2009 assume a coordenação do programa Linha da Frente que recebeu o prémio de Melhor Programa de Informação 2011, pela SPA. Tem várias reportagens premiadas.

MANUEL CORREIA GUEDES

Doutor em Arquitectura, é professor associado no Instituto Superior Técnico-UTL, director do Architectural Research Centre. Coordenador nacional do projecto SURE-AFRICA, do projeto ASIA-LINK com a Universidade de Cambridge e de dois projectos sobre Sustainable Energy Efficient.

MANUEL ROBERTO

Nasceu em Inhambane, Moçambique, no final do ano de 1965. Iniciou a sua carreira nos anos 1980, como fotógrafo, no semanário moçambicano Domingo. Em Portugal, trabalhou no Jornal de Notícias e n'O Primeiro de Janeiro, antes de integrar em 1994 o jornal Público onde permanece e exerce a função de subeditor de fotografia. Participou em várias exposições colectivas.

MARGARIDA SANTOS LOPES

Jornalista e estudiosa do Médio Oriente desde 1979, quando iniciou a carreira na agência ANOP. Em 1989, integrou os quadros fundadores do diário Público, onde foi editora da Secção Internacional e da revista Pública e é, actualmente, redactora principal. Ganhou o Prémio Norberto Lopes, da Casa da Imprensa, em 1993. É autora de três livros, o mais recente, *Novo Dicionário do Islão*.

MARIA PAULA MENESES

Investigadora do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, em Moçambique, é doutorada em Antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA). É igualmente membro do Centro de Estudos Sociais da Univer-

sidade de Coimbra, onde integra o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito, que co-coordena.

MARIANA PALAVRA

Nasceu há 34 anos junto ao mar, em Ovar. Cedo sonhou ser estrangeira. Migrou primeiro para Coimbra para estudar jornalismo. Depois de uma passagem tímida por alguns órgãos de comunicação social portugueses, aterrou em Macau em 2002 para ser jornalista na televisão local. Do Oriente para as Caraíbas em 2009. Um ano na rádio da ONU no Haiti (e um terramoto) depois, trocou o jornalismo pela protecção das crianças na mesma missão de paz das Nações Unidas. Pouco tempo depois, entrou na UNICEF. Ainda lá anda, na agência da ONU para as Crianças, e no Haiti.

MARINA COSTA LOBO

Doutora em Política pela Universidade de Oxford (2001), é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem trabalhado sobre instituições, partidos políticos e comportamento eleitoral. É autora de *Governar em Democracia* (ICS 2005) e de vários artigos em revistas nacionais e internacionais.

NELSON DIAS

Licenciado em Sociologia e Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ambos pelo ISCTE. Presidente da Associação In Loco. Consultor das Nações Unidas e do Banco Mundial para a implementação do Orçamento Participativo em Cabo Verde e em Moçambique, respectivamente.

NELSON GARRIDO

Licenciado em Comunicação Social e em Fotografia. Participa na edição do livro "15 anos de fotografia" editado pelo Público. Em 2005, ganha 3 menções honrosas no concurso de fotojornalismo da revista Visão, e vence a categoria de fotografia de arquitectura do Euro Press Photo Awards da Fuji Film. Foi premiado no Premio Estação Imagem|Mora em 2010 e 2011. Desde 1999 é fotojornalista no jornal Público.

NUNO FERREIRA SANTOS

Fotojornalista desde 2003 no jornal Público, cobre diariamente acontecimentos de sociedade, política, cultura ou desporto. Entre as

reportagens que fez para o Público contam-se um trabalho sobre tuberculose na Sibéria ou a cobertura das manifestações na Grécia, em Fevereiro de 2010. Em Julho de 2010 esteve no Iraque para uma série de reportagens.

PAULA BORGES

Jornalista da RDP-África, realiza o “Boletim de Saúde” e “Objectivos do Milénio”, este distinguido com uma Menção Honrosa pela APF. Recebeu o prémio “Jornalismo pela Tolerância” (Rádio, 2002). Trabalhou na SIC-Notícias e na D&D e em vários jornais. É licenciada em Comunicação Social e pós-graduada em Relações Internacionais pelo ISCSP, foi bolsista da FLAD na Boston University.

PAULO NUNO VICENTE

Documentarista e jornalista (RTP-Antena 1). Tem realizado trabalhos em África, Médio Oriente, Europa e América Latina. Prémio Direitos Humanos e Integração (2009), na categoria de Rádio. Bolseiro de investigação no Programa de Doutoramento UT Austin/Portugal – Digital Media. Docente universitário e formador profissional no domínio do jornalismo multimédia.

PAULO PIMENTA

Fotojornalista do jornal Público, empresta o seu olhar a uma câmara há longos anos. Em 2010, recebeu o galardão máximo do concurso Estação Imagem Mora e, em 2012, foi novamente premiado, desta vez na categoria Artes e Espectáculos. “Na Casa de...” (2011) e “Histórias fora de Palco” (2012) são os seus trabalhos mais recente – exposições distintas, mas com preocupações sociais em comum.

PEDRO ROSA MENDES

Escritor, jornalista e académico. Autor de ficção, reportagem e ensaio. Colaborador de diversas publicações internacionais. Candidato a doutoramento na EHESS (Paris), onde desenvolve uma investigação sobre a influência do Bloco Soviético na Guiné-Bissau. Membro do grupo interdisciplinar “Elites africanas na URSS” que envolve historiadores, sociólogos e cientistas políticos de diversos países. Reside actualmente em Genebra, Suíça.

RICARDO ALEXANDRE

Jornalista da Antena1, onde foi director-adjunto (2005-12), coordenou o Programa da

Manhã, fez reportagem de guerra nos Balcãs, Afeganistão e Palestina, tendo obtido dois prémios nacionais. Tem trabalhos publicados nos principais jornais portugueses e em vários livros. Professor universitário, é licenciado em Sociologia, mestre em Sociedades e Políticas Europeias e doutorando em Relações Internacionais.

RITA COLAÇO

Repórter há 10 anos. Em 2006, uma grande reportagem sobre a Coreia do Norte valeu-lhe uma menção honrosa da AMI. Formada em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Mestranda em Estudos Asiáticos na Universidade Católica de Lisboa. Mãe de primeira viagem desde 2011.

SÉRGIO AZENHA

Licenciou-se em Jornalismo pela Universidade de Coimbra em 2002 e enveredou pelo fotojornalismo. Após um estágio no Jornal de Notícias, inicia a sua actividade profissional no jornal As Beiras e depois no Público. Em 2005 torna-se *freelancer*, mantendo colaborações com jornais diários, revistas e agências noticiosas. Colabora também com a UC, a Universidade Católica e o Círculo de Leitores.

SOFIA BRANCO

Jornalista há 12 anos, actualmente na Agência Lusa. Professora de Direitos Humanos e Direitos das Mulheres na Universidade Nova de Lisboa, está a fazer Doutoramento em Sociologia. Autora do livro *Cicatrizes de Mulher*, sobre mutilação genital feminina, é membro do Fórum de Peritas e Peritos do EIGE. Foi já distinguida com seis prémios de jornalismo e direitos humanos.

SOFIA LORENA

Jornalista da secção Mundo do Público desde 2001, escreve particularmente sobre países árabes e muçulmanos. Esteve no Iraque em 2003 e em 2010. Estudou árabe no Iémen, viajou pela Síria, Líbano, Israel, Palestina, Turquia, Bahrein ou Kuwait. Em 2011, ganhou o prémio Gazeta de Imprensa pela série de reportagens sobre o Iraque, publicadas em Agosto de 2010.

SUSANA MOREIRA MARQUES

É jornalista freelancer. Publica regularmente no Público e no Jornal de Negócios. Com a série de reportagens “Os Novos Portugueses”

(Público, 2011) ganhou o Prémio AMI – Jornalismo contra a Indiferença e o 1º Prémio “Direitos Humanos & Integração” (Imprensa), atribuído pela Comissão Nacional da UNESCO e o Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

TÂNIA SANTOS

Trabalha no sector do Desenvolvimento desde 2004 em temas como sociedade civil e participação social, relações Estado-sociedade e políticas públicas de bem-estar. Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo ISEG-UTL e Licenciada em Política Social pelo ISCSP-UTL. Colabora actualmente com o CEsa-ISEG num projecto de pesquisa sobre financiamento internacional das ONGD portuguesas.

TIAGO PIMENTEL

Estudou Jornalismo na Universidade de Coimbra e aprendeu muitas outras coisas fora dela. Viveu alguns meses em Macau antes de se tornar jornalista do Público, em 2009. Interessado em questões relacionadas com desporto, identidade e desenvolvimento.

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

Professor catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Foi Vice-Presidente da Rede Europeia de Conselhos do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. É membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS); coordenador científico do Programa Gulbenkian Ambiente (2007-2011); membro do *High Level on Energy and Climate Change* do Presidente da CE (2007-2010).

WALDIR ARAÚJO

Nasce na Guiné-Bissau em 1971 e aos 14 anos viaja, pela primeira vez, para Portugal. Na bagagem leva o prémio obtido no concurso literário do Centro Cultural Português, em Bissau. Em Lisboa prossegue os estudos secundários e frequenta o curso de Direito. Jornalista desde 1996, integra a redacção da RDP-África desde 2001.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

ALFABETO DO DESENVOLVIMENTO
conceitos / histórias / imagens

AUTOR

ACEP e outros

DICIONÁRIO UTILIZADO

Wikipédia

REVISÃO

ACEP

PARCEIROS

ACEP - Associação para a Cooperação
Entre os Povos
Av. Santos Dumond, 57, 4º esq, 1050-202 Lisboa
www.acep.pt

Associação IN LOCO
Campus da Boa Esperança, Av. da Liberdade,
101, 8150-101 São Brás de Alportel
www.in-loco.pt

CEsA - Centro de Estudos sobre África
e do Desenvolvimento
Rua Miguel Lupi, 20 - 1249-078 Lisboa
http://pascal.iseg.utl.pt/~cesal

CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

APOIO FINANCEIRO

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Guide Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL**ISBN**

978-989-8625-00-7

ADELINO GOMES
ADRIANO MIRANDA
ALBERTINA LOBO
ALCIDES A. MONTEIRO
ALEXANDRE ABREU
ALEXANDRE MAURÍCIO
ANA CRISTINA PEREIRA
ANA FILIPA OLIVEIRA
ANA LARCHER CARVALHO
BRUNO PEIXE DIAS
CARLA CARVALHO TOMÁS
CARLOS JALALI
CARLOS SANGREMAN
CATARINA FALCÃO
CATARINA GOMES
CONCEIÇÃO LIMA
CORSINO TOLENTINO
DAVID CLIFFORD
ELÍSIO MACAMO
FÁBIO TEIXEIRA
FERNANDO ALVES
FERNANDO JORGE CARDOSO
FERNANDO VELUDO
JAVIER MARTÍNEZ
JÉAN-RENÉ BILONGO
JOÃO HENRIQUES
JOÃO PEDRO PEREIRA
JOÃO PEIXOTO
LARA JACINTO
LEONARDO NEGRÃO
LÍVIA APA
LÚCIA CRESPO
LUÍS JERÓNIMO
MAFALDA GAMEIRO
MANUEL CORREIA GUEDES
MANUEL ROBERTO
MARGARIDA SANTOS LOPES
MARIA PAULA MENESES
MARIANA PALAVRA
MARINA COSTA LOBO
NELSON DIAS
NELSON GARRIDO
NUNO FERREIRA SANTOS
PAULA BORGES
PAULO NUNO VICENTE
PAULO PIMENTA
PEDRO ROSA MENDES
RICARDO ALEXANDRE
RITA COLAÇO
SÉRGIO AZENHA
SOFIA BRANCO
SOFIA LORENA
SUSANA MOREIRA MARQUES
TÂNIA SANTOS
TIAGO PIMENTEL
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
WALDIR ARAÚJO

PROJECTO DE:

acep



CEsA | Centro de Estudos sobre
África e do Desenvolvimento

im LOCO
desenvolvimento e cidadania

PATROCÍNIO:

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL

FUNDACÃO
PORTUGAL
AFRICA

ISBN 978-989-8625-00-7



11111111111111111111